

INSTITUTOS DO MILÊNIO

PROJETO: Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Belém, Natal, Goiânia e Maringá.

PROCESSO N°: 420.272/2005-4

VIGÊNCIA: 2005/2008

RELATÓRIO FINAL SINTÉTICO - *Por autorização do Sr. Josealdo Batista do Setor de Prestação de Contas e do Sr. Alcibiades Junior Coordenador do Programa Institutos do Milênio, estamos enviando neste momento uma versão preliminar que deverá ser substituída pela definitiva até o final do mês de junho de 2009.*

COORDENADOR: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro – IPPUR/UFRJ

VICE-COORDENAÇÃO: Suzana Pasternak – FAUUSP

INSTITUIÇÃO SEDE: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO PROJETO:

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA) – coordenadora; Instituto de Tecnologia (ITEC), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (UFPA); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) - Programa Pará/Amazônia; Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas; Observatório de Políticas Urbanas – PROEX - PUC Minas; Programa de Pós-graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial da PUC Minas; Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - NPGAU/EA/UFMG; Programa de Pós-Graduação da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas; Mestrado em Relações Internacionais da PUC Minas; Ação Urbana; Núcleo de Direitos Humanos, Desenvolvimento e Democracia e Mestrado em Direito Cooperativo e Cidadania da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná - UFPR (coordenadora); Laboratório de Geografia Humana e Regional e Mestrado em Geografia do Departamento de Geografia da UFPR; Laboratório de Arquitetura e Urbanismo do Departamento de Arquitetura da UFPR; Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES (colaboradora); Universidade Federal do Ceará- UFC (Departamentos de Geografia, Arquitetura e Urbanismo, Psicologia, Teoria Econômica); CEARAH Periferia- ONG; Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Prefeitura de Goiânia-Secretaria Municipal de Planejamento/Departamento de Ordenação socioeconômico; UEM – Universidade Estadual de Maringá; Prefeitura Municipal de

Maringá; UNIFAMMA; Universidade Autônoma de Madrid; ONG Soma Ambiental; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Núcleo Avançado de Políticas Públicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio grande do Norte - UFRN (coordenadora); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN; Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN; Departamento de Estatística da UFRN; Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) (coordenadora); Departamento de Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Departamento de Urbanismo - Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UFPE); Universidade Federal de Pernambuco - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE); Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE Pernambuco; Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ (coordenadora); Programa de Pós-graduação em Urbanismo -PROURB/UFRJ; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE; Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPCIS/IFCH/UERJ; Centro de Ciências do Homem, no Laboratório de Estudos da Sociedade Civil e do Estado, da Universidade Estadual do Norte Fluminense - Darcy Ribeiro; Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ; Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia – CRH/UFBA (coordenadora); Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP e Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU/USP.

RESUMO

O Observatório das Metrôpoles desenvolveu 2005/2009 o programa de pesquisa em rede TERRITÓRIO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq/ Institutos do Milênio. Este programa reuniu pesquisadores de instituições dos campos universitário, governamental e entidades não-governamentais, organizadas como Núcleos em 11 das principais metrôpoles brasileiras - Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém- e na aglomeração urbana de Maringá. Seu principal objetivo foi identificar as principais tendências de transformação econômicas, sociais, institucionais e territoriais destas metrôpoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa o país nos últimos 20 anos. Associado a estes objetivos acadêmicos, o Observatório das Metrôpoles buscou neste período manter sua intenção de aliar suas atividades de pesquisa e ensino com a realização de atividades que auxiliem os atores governamentais e da sociedade civil no campo da

governança democrática das metrópoles brasileiras.

Em resumo, formamos hoje um *Instituto em Rede* sobre o tema das metrópoles brasileiras e os desafios do desenvolvimento. A produção de resultados comparáveis tem nos permitido a identificação de tendências convergentes e divergentes entre as metrópoles, geradas pelos efeitos das transformações econômicas, sociais, institucionais e tecnológicas por que passa a sociedade brasileira nos últimos 20 anos. Acreditamos que o conhecimento gerado, embora refira-se especificamente às 12 regiões mencionadas, assegura uma compreensão mais ampla a respeito dos impactos das transformações sobre as grandes cidades brasileiras, permitindo confrontar os resultados alcançados com as tendências apontadas pelas pesquisas internacionais.

As atividades do programa foram realizadas através de das seguintes linhas de pesquisa:

Linha I - Metropolização, dinâmicas intrametropolitanas e o território nacional.

Linha II - Dimensão sócio-espacial da exclusão/Integração nas metrópoles: estudos comparativos.

Linha III - Governança urbana, cidadania e gestão das metrópoles.

Linha IV - Monitoramento da realidade metropolitana e desenvolvimento institucional.

I. APRESENTAÇÃO DA REDE DE PESQUISA: quem éramos o que somos e o que pretendíamos no período 2005/2009.

1.1. Histórico

O *Observatório das Metrôpoles* tem origem no projeto **Avaliação da Conjuntura Social e do Desempenho das Políticas Públicas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro** cujo objetivo foi analisar as transformações do quadro de carências e desigualdades sociais na RMRJ ao longo da década de 80, financiado pelo Banco Mundial/Prefeitura do Rio de Janeiro. Este projeto possibilitou a constituição de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - IPPUR/UFRJ, o Programa de Urbanismo também da UFRJ e a organização não-governamental Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE, tendo como temática central a reflexão sistemática sobre novos desafios metropolitanos do modelo de política urbana desenhada na Constituição Federal de 1988 e afirmado com a Constituição do Movimento Nacional da Reforma Urbana, diante das transformações econômicas do final dos anos 80.

O escopo comparativo da pesquisa foi ampliado, integrando novas instituições e novas metrôpoles com a intenção de tratar das questões colocadas pela literatura que analisava a reconfiguração territorial. Segundo essas análises, existiriam tendências à marginalização de algumas metrôpoles com a afirmação do modelo de inserção internacional adotado depois de 1991. Ao mesmo tempo, interessava avaliar os eventuais obstáculos à adoção de uma política de desenvolvimento intra-metropolitano, baseada na concertação e negociação entre setor público e sociedade e entre os diversos níveis governamentais, na mobilização dos recursos locais e na criação das condições necessárias à superação do ajuste defensivo, como recomenda a literatura internacional. Em que medida o possível aprofundamento do quadro de desigualdades sócio-espaciais no interior das metrôpoles e seus efeitos sobre o tecido associativo dificultam a construção e implementação de tal política? Com efeito, as visíveis tendências à dilaceração e segmentação sociais do espaço metropolitano podem instaurar um ambiente social e político altamente desfavorável à adoção de uma estratégia de desenvolvimento local endógeno, tanto em razão da consolidação de imagens negativas de algumas metrôpoles, exportadas até para o exterior, quanto pelo esgarçamento da sociedade civil organizada e pela difusão de uma cultura cívica predatória (Santos, 1992) que produziria uma “cidade escassa... por não conseguir prover de cidadania as grandes massas, isto é, não consegue contê-las sob sua lei e sua guarda” (Carvalho, 2000:56). Qual tem sido o desempenho institucional dos governos estadual e local frente ao quadro de desigualdades sociais? A fragmentação institucional da gestão metropolitana consequente à inexistência de mecanismos de cooperação intergovernamental e a emancipação de distritos municipais têm facilitado a criação de governos habilitados técnica e politicamente para assumirem funções de desenvolvimento? Os governos municipais das capitais das regiões metropolitanas, com raras exceções, têm contribuído fortemente para o aprofundamento deste quadro de fragmentação institucional, na medida em que adotam políticas fundadas na guerra fiscal e vêm se eximindo do papel de ator público capaz de incentivar ações

cooperativas. Tal papel teria importante impacto na construção de uma estratégia de desenvolvimento metropolitano, uma vez que poderia induzir ao estabelecimento de mecanismos de concertação e negociação entre os atores econômicos, sociais e políticos. Para tanto, seria imperioso superar a concepção localista de política pública inerente aos modelos de planejamento hoje em moda na sociedade brasileira, tais como o plano estratégico. Ao mesmo tempo, o quadro de fragmentação institucional também resulta da inexistência de políticas federais de incentivos seletivos à cooperação metropolitana.

Na ausência de políticas de desenvolvimento e considerando as tendências de reconfiguração territorial da economia, como as metrópoles têm respondido às transformações da economia brasileira? Que efeitos os impactos estas mudanças têm produzido na estrutura social e espacial das metrópoles? Qual tem sido o desempenho das políticas locais nas áreas metropolitanas tendo em vista o grau de organização da sociedade civil, a capacidade institucional e administrativa dos governos locais? Em que medida o quadro de desigualdades sócio-espaciais e o desempenho político-institucional dos governos estadual e municipal se colocam como obstáculos à construção e implementação de uma política de desenvolvimento fundada na concertação e negociação entre as forças locais, capaz de minimizar os riscos de marginalização das regiões metropolitanas?

1.2. Observatório das Metrôpoles: quem somos?

Procuramos difundir a nossa metodologia e formar outros grupos de pesquisadores, o que resultou na expansão e ampliação da Rede. Durante o período 2005/2009, o Observatório funcionou como um **Instituto Virtual** dos campos universitário (programas de pós-graduação), governamental (fundações estaduais e prefeitura) e não-governamental, sob a coordenação conjunta do IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.

1.3. O que o Observatório das Metrôpoles pretendeu no período 2005/2009

No período anterior ao Programa Milênio, o Observatório das Metrôpoles consolidou-se institucionalmente e amadureceu acadêmica e intelectualmente, pelas seguintes razões:

- a) Foi realizada a avaliação das tendências mais recentes da hierarquia dos aglomerados urbanos com funções metropolitanas que compõem a rede urbana brasileira, bem como das diferenças existentes entre as regiões metropolitanas formalmente constituídas quanto ao efeito grau de integração dos municípios nelas incluídos. Trata-se de um trabalho recentemente concluído que deverá servir de referência na elaboração das estratégias do Ministério das Cidades orientadas ao incentivo da adoção de um sistema de gestão metropolitana levando em consideração as especificidades do sistema federativo brasileiro que, de um lado, na Constituição de 1988 aprofundou o estatuto do município como ente federado e, por outro lado, concedeu aos governos estaduais a competência da função de criação das áreas metropolitanas. A instituição de organismos de gestão

metropolitana depende de um acordo de cooperação entre governos estaduais e municípios, o que significa dizer que há a necessidade de incentivos seletivos de caráter institucional. É necessário, contudo, dar continuidade a este trabalho visando à descrição das dinâmicas demográficas e sociais de organização interna das metrópoles.

- b) Foi realizada a análise sistemática da estruturação social das metrópoles consideradas e suas transformações ao longo dos últimos 20 anos (1980-2000), bem como dos seus padrões de mobilidade social, o que foi conseguido através da criação de um sistema de classificação das ocupações utilizadas pelo IBGE como instrumental analítico da estratificação social brasileira, inspirados nas experiências nacionais e internacionais mais reputadas, tais como as desenvolvidas por Nélson do Valle e Silva (s/d; 1973), Desrosières, Goy, Thévenot, (1983) Desrosières, Thévenot, (1992), Erick Olin Wrigth (1964) entre outros e adaptado às condições contemporâneas do mercado de trabalho¹. A continuação deste trabalho é fundamental em razão das evidentes transformações em curso na estrutura social brasileira, com o aprofundamento das mudanças iniciadas na década de 90.
- c) Com base neste instrumental analítico e no desenvolvimento de um método apropriado de análise social do território, para o qual serviram de inspiração os trabalhos realizados para a França por Tabard (1993) e Tabard e Chenu (1993) em parceria com Edmond Preteceille (1988;1993 e 1994), do *Centre de Sociologie Urbaine* – CSU no quadro da cooperação CNRS/CNPq², realizamos uma sistemática e detalhada análise da organização social do território das metrópoles brasileiras no plano intra-urbano, através da qual pudemos avaliar as tendências de divisão, segmentação e segregação residencial como expressão das transformações econômicas, demográficas e sociais por que passa o Brasil desde o início dos anos 90. Pelas mesmas razões mencionadas anteriormente, é indispensável dar continuidade e aprofundar o conhecimento das transformações da dinâmica da organização social dos territórios das metrópoles brasileiras. Acrescente-se que, em função dos resultados das fases anteriores, torna-se hoje necessário aplicar a análise quantitativa realizada sobre novos temas e desenvolver novos instrumentais de pesquisa capazes de descrever e explicar as emergentes relações entre as tendências recentes da organização social do território metropolitano com os antigos e novos mecanismos de produção de desigualdades. Assim, além de atualizar e aprofundar o conhecimento consolidado, é preciso desdobrar a compreensão obtida, agora buscando também descrever e interpretar os padrões de sociabilidade e interação social que materializam a metamorfose da ordem social metropolitana, contrapartida dos processos e tendências que vêm sendo analisados desde o início das pesquisas que deram origem ao Observatório das Metrópoles. Isto se torna

¹ A descrição e demonstração do potencial metodológico do sistema de classificação sócio-ocupacional criado pelo Observatório para representar os princípios da organização social dos territórios das metrópoles brasileiras encontram-se em Ribeiro e Lago (2000)

² Trata-se do programa “Reestruturação econômica e social das grandes metrópoles: estudo comparativo Paris-Rio de Janeiro”. Os resultados da aplicação desta metodologia encontram-se em Preteceille. E. & Ribeiro, L.C.Q. “Tendências da segregação social em metrópoles globais e desiguais: Paris e Rio de Janeiro nos anos 80”, trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da ANPOCS, 1998 e publicado na Revista EURE, vol. XXV, n. 76, pp. 79-102, Santiago do Chile, dezembro 1999. A reflexão sobre a aplicação desta metodologia às metrópoles brasileiras encontra-se em Ribeiro, L.C.Q. “Segregação Residencial e Políticas Públicas: análise do espaço social da cidade na gestão do território”, in Saúde nos Grandes Aglomerados Urbanos: uma visão integrada, Projeto de Desenvolvimento de Sistemas e Serviços de Saúde, OPAS/OMS, Brasília, 2003. Para o conhecimento global da aplicação desta metodologia para as metrópoles brasileiras ver Ribeiro, L.C.Q. (org.) *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a conflito e a cooperação*. Perseu Abramo: Rio de Janeiro, 2004.

fundamental, uma vez que as estruturas sociais das áreas metropolitanas, além de expressarem as macro-desigualdades da economia e da sociedade, geram de novos tipos de desigualdades, pela conexão entre as antigas e sedimentadas segmentações da sociedade brasileira com os fenômenos de segmentação e segregação sócio-territorial das últimas décadas – afirmação que será retomada e justificada adiante. Este desdobramento envolve o recurso ao banco de dados atualizado (abaixo mencionado) como base para os necessários estudos qualitativos sistematicamente construídos, e permitirá a discussão das formas de vida que estão se estruturando nas metrópoles brasileiras, em conexão com o avanço da modernização sócio-cultural e da globalização e seu impacto desorganizador das estruturas e das instituições responsáveis pela ordem social gerada no modelo anterior de desenvolvimento nos planos da família, do domicílio e do bairro.

- d) Este conjunto de trabalhos ensejou a construção de um banco de indicadores sobre (i) a realidade metropolitana nas escalas nacional e regional, (ii) os padrões de organização social do território das metrópoles e suas conexões com as desigualdades sociais e (iii) sobre o desempenho institucional dos organismos públicos envolvidos com a gestão metropolitana. Para disponibilizar amplamente tais indicadores, foram desenvolvidas duas ferramentas - o METRODATA e o SERVIDOR DE MAPAS com uma dupla finalidade: de um lado, na ampla utilização de indicadores padronizados sobre os temas habitacionais, demográficos, ambientais e fiscais pelas equipes da rede; de outro lado, pelo acesso via internet (www.observatoriodasmetropoles.net) na referência para uma ampla e diversificada gama de atores – governamentais ou da sociedade – envolvidos na discussão das políticas públicas nas áreas metropolitanas, na medida em que com o uso das ferramentas desenvolvidas pelo Observatório os dados podem ser transformados em mapas sociais e tabelas simplificadas de indicadores. É necessário potencializar estes serviços de difusão de informações de maneira a servir de instrumento de (i) monitoramento da realidade metropolitana e das políticas públicas, (ii) de desenvolvimento de condições institucionais de gestão das metrópoles e (iii) de esclarecimento das populações envolvidas.
- e) Na linha de pesquisa sobre a governança metropolitana foram realizados vários estudos de caso sobre os impasses e dificuldades de gestão de diversas regiões metropolitanas, apresentados como teses de doutoramento e dissertações de mestrado, além de um *survey* nacional sobre os conselhos municipais e seus integrantes, no qual foram entrevistados quase 1.000 conselheiros com o objetivo de avaliar a real capacidade destes novos aparatos de gestão exercerem efetivamente a função de mediação entre sociedade e poder local. Além deste trabalho avaliou-se, com base nos dados dos anexos da PNAD de 1988 e da PME de 1996, o grau de associativismo das populações metropolitanas, procurando explicar as diferenças em função dos processos de divisão, segmentação e segregação sócio-territorial. Esta primeira aproximação indica a necessidade de estudos mais amplos, que permitam uma análise nacional e comparativa dos impasses institucionais da gestão metropolitana. É preciso explorar outras dimensões dos entraves à adoção de uma política de gestão metropolitana, bem como avaliar, nas experiências internacionais, eventuais soluções aplicáveis no Brasil. Em especial, deve-se pesquisar de maneira mais sistemática e aprofundada a relação entre as tendências de reforço das da fragmentação institucional decorrentes dos efeitos fragmentadores dos processos sócio-espaciais. Por fim, caberia mencionar o Ministério das Cidades e a Sub-Secretaria de Assuntos Federativos da Presidência da República têm gerado demandas de informações e conhecimentos que o Observatório das Metrôpoles

tem tentado fornecer, mas que dependem de novas pesquisas, sobretudo aquelas que possam aprofundar e sistematizar os condicionantes institucionais da governança metropolitana através de estudos nacionais e comparativos.

- f) Quanto aos objetivos de transferência de resultados do trabalho de pesquisa para a sociedade, têm sido realizadas várias atividades pelo Observatório, sobretudo com a intervenção da FASE, a mais importante tendo sido a que criou o Programa Interinstitucional de Formação de Conselheiros Municipais, que já realizou 10 cursos espalhados pelas metrópoles do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Belém, Recife e formou cerca de 1.200 conselheiros. Pode-se acrescentar a participação do Observatório das Metrópoles na Coordenação do Movimento Nacional da Reforma Urbana, através da qual se procura alimentar o debate sobre as políticas urbanas no plano da sociedade e a participação na rede mundial de Observatórios Urbanos organizada pelo PNUD.

Com base nesta experiência, o Observatório procurou orientar as suas atividades pelos seguintes objetivos.

- 1- Tendo como referência as transformações econômicas e sociais que vêm passando o Brasil desde o final dos anos 1980, este projeto pretende avaliar as mudanças do processo de metropolização do país, levando em consideração a relação dos aglomerados urbanos com o território nacional e com o sistema urbano, bem como identificar as diferenças entre estes aglomerados em termos dos graus de integração dos municípios na dinâmica metropolitana.
- 2- Analisar a evolução do quadro de desigualdades sócio-espaciais das metrópoles quanto ao acesso ao bem-estar urbano e às oportunidades no período 1980/2000, bem como identificar a relação destas desigualdades com os processos intrametropolitanos de diferenciação, segmentação e segregação residencial.
- 3- Desenvolver e difundir metodologias de análise social do espaço que possam identificar e mensurar as conexões dos processos sócio-territoriais de divisão, segmentação e segregação residencial com os mecanismos de reprodução das desigualdades sociais e a pobreza urbana nas áreas metropolitanas.
- 4- Com base nos resultados das pesquisas, incentivar a reflexão sobre os modelos de política urbana voltada para as áreas metropolitanas que possam aliar os clássicos objetivos de provisão de serviços coletivos e de regulação do uso do solo urbano, com políticas sociais que incorporem em sua concepção a dimensão sócio-territorial da reprodução das desigualdades e da pobreza urbana.
- 5- Avaliar o quadro institucional dos aglomerados urbanos com função metropolitana no sentido de identificar as condições que incentivam ou bloqueiam a gestão integrada destes territórios.
- 6- Utilizar as informações e os conhecimentos gerados em ações direta ou indiretamente realizadas pelo Observatório das Metrópoles que fortaleçam a capacidade institucional dos atores sociais e gestores das políticas públicas em desenvolverem a consciência da dimensão metropolitana dos problemas sociais e urbanos.
- 7- Promover o livre e amplo acesso aos conhecimentos e informações gerados pelo Observatório das Metrópoles pelas entidades e movimentos sociais que realizam ações de exigibilidade (*advocacy*), pressão política (*lobbying*) e concertação visando assegurar o *direito à cidade* nas áreas metropolitanas.

II – SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DO PROGRAMA DE TRABALHO

“Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos em busca de um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos, cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente de nossas debilidades. Mas não ignoramos que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-Nação.” (FURTADO, 1992: 35)

2.1. O Problema Metropolitano Interroga a Nação

A escolha deste trecho da vasta obra de Celso Furtado expressa a nossa visão sobre os desafios colocados à sociedade brasileira diante dos claros sinais emitidos pelas nossas cidades. Nelas experimentamos o lado mais dramático e desafiador da questão social³ brasileira. Ingressemos na terceira onda da modernização capitalista sem completar o processo de construção do nosso Estado-Nação. Com efeito, cidades estão hoje no coração dos dilemas da formação social brasileira: temos que governar a população, com frágil capacidade de governar a nossa economia. Não seria então exagero afirmar que as cidades sintetizam os efeitos da disjunção entre nação, economia e sociedade inerentes à sua condição histórica de periferia da expansão capitalista, acelerados pela subordinação à globalização hegemônica pelo capital financeiro. É preciso dar uma resposta às ameaças de perda da coesão social, sem a qual seremos apenas um mercado, mas não uma sociedade.

Será que, por outro lado, estará no enfrentamento da nossa questão urbana a vivência coletiva da *prova crucial* mencionada por Celso Furtado, capaz de territorializar os laços entre o Estado e a Nação e interromper sua acelerada disjunção? Estaremos sendo excessivamente dramáticos?

É possível! Os acadêmicos, geralmente, gostam de assumir ares de Cassandra, na busca de prestígio e utilidade sociais. Mas, o que pensar diante de alguns números alarmantes sobre a nossa realidade urbana? Tomemos o mais experimentado no cotidiano pelo cidadão brasileiro: a violência. Os dados sobre a criminalidade violenta nas metrópoles brasileiras são tão impressionantes que levaram o historiador Luiz Mir (2004) a cunhar a expressão “*metrópoles da morte*”. A taxa de homicídios dobrou em vinte anos e cresce a velocidade 2 vezes superior do que no resto do país. A juventude das nossas metrópoles está sendo vítima de algo não distante de um genocídio. Cano e Ferreira (2003: 313) após

³ “A questão social é uma aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco da sua fratura. Ela é um desafio que interroga, coloca em questão a capacidade de uma sociedade (o que em termos políticos chama-se nação) de existir como um conjunto legado por relações de interdependência” (Castel, 1995:18).

avaliarem as estatísticas sobre as taxas de homicídios frente à tabua de mortalidade brasileira, concluem que entre os homens de 15 a 34 anos, 3,1% são mortos por homicídio em algum momento das suas vidas. “Esta cifra, bastante elevada, dá uma idéia muito precisa do impacto longitudinal da violência na pirâmide demográfica e na sociedade.”

A violência certamente é a ponta do *iceberg* das tendências à perda da eficácia normativa da sociedade, um dos pilares da sua existência. A violência, ao mesmo tempo, acelera tais tendências. Segundo Soares (2000:271), “nas favelas do Rio, o início do século XXI coincide com o predomínio agressivo dos valores da guerra feudalizada: a hegemonia masculina afirma-se, paralelamente, à supremacia da coragem e da lealdade, sempre restritas às artes da guerra e ao âmbito hierarquizado e excludente do grupo de referência, o que corresponde à afirmação de um quadro explosivo de faccionalismo fratricida” (Soares, 2000:271). As práticas violentas pautadas por estes valores, por outro lado, “destroem as estruturas familiares e a dinâmica da reprodução cultural, ao inverter, artificialmente, as relações de autoridade intergeracionais, convertendo-as em laços de poder militarizado”. Nas favelas, há uma permanente disputa em torno de supremacia moral de duas estruturas: a familiar e a do tráfico.

Parece que vivemos em nossas cidades uma dinâmica des-civilizatória, se considerarmos que a experiência urbana esteve historicamente relacionada com os processos civilizatório e racionalizador das relações sociais e das motivações dos indivíduos, como bem nos mostraram Norbert Elias e Max Weber. O quadro da criminalidade violenta interroga a capacidade da sociedade manter a sua coesão, pelos seus impactos em várias dimensões da sociabilidade. Desertifica o espaço cívico da sociedade, restringe a incorporação extensiva do *direito de cidade* pela manutenção de vasto contingente de brasileiros o regime da insegurança social.

Mas não é apenas a exacerbação da criminalidade violenta presente em nossas grandes cidades que interroga a nação. São ainda alarmantes os números sobre a precariedade urbana prevalecente em nossas cidades. Tomemos duas necessidades consideradas básicas na viabilidade da vida urbana: moradia e saneamento: Tomemos as três principais metrópoles brasileiras: no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte estima-se que cerca de 20% da população morem em favelas e em São Paulo 2,5 milhões de pessoas. Por outro lado, cerca de 70% da população morando em favelas concentram-se nas 32 maiores cidades do país. A taxa de incorporação da população nos serviços de saneamento básico (coleta de esgotamento sanitário com coleta por rede geral) tem sido tão lenta que nas regiões metropolitana cerca de 40% vivem sob a precariedade sanitária. A precariedade urbana, seja ela habitacional ou sanitária, também interpela a Nação. Subjacente à moradia em favela encontra-se a institucionalização de um regime de propriedade paralelo, assegurado por normatividade *ad hoc*, local e precária, incapaz de assegurar aos indivíduos a plenitude da independência⁴. Ao mesmo tempo, a manutenção de importante parcela dos moradores da cidade fora ao acesso ao saneamento básico tem implicações da criação de outra vertente da insegurança básica que bloqueia a aquisição dos valores civilizatórios⁵ que fundamentam a existência do sentido de comunidade política.

⁴ Sobre o papel da proteção da plena propriedade privada como da autonomia dos indivíduos, pilar da democracia moderna ver a reflexão de Robert Castel (2003:16). “La propriété dans une République moderne cuja configuração foi desenhada por Locke é um suporte incontornável graças ao qual o cidadão por ser reconhecido como tal em sua independência”.

⁵ “Evidentemente, a beleza, a limpeza e a ordem ocupam uma posição especial entre as exigências da civilização” (Freud, 2003:47).

A METROPOLIZAÇÃO DA REDE URBANA

Mas, a nossa realidade urbana tem outro lado pouco conhecido e sempre esquecido nos debates sobre as cidades e seus problemas. Trata-se do potencial de energia, riqueza e oportunidades decorrentes da existência de uma complexa rede urbana. Antes de descrevermos as características da nossa rede urbana, vale à pena refletirmos acerca de alguns elementos históricos da sua formação.

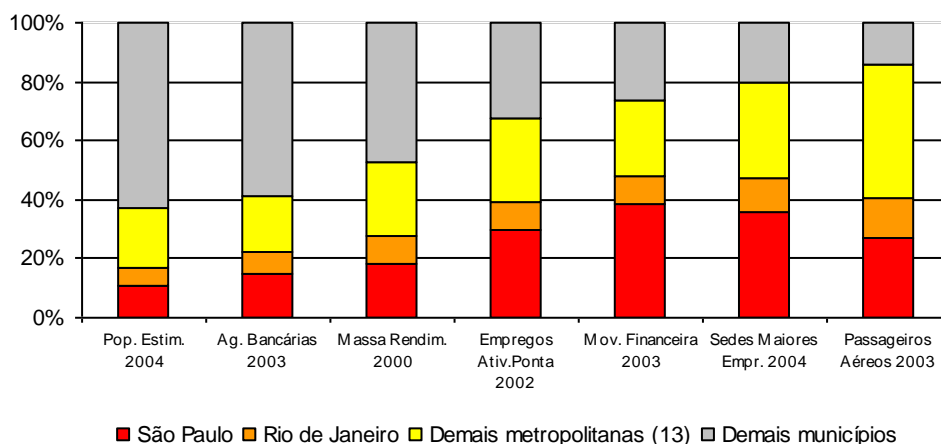
São vários os conceitos e noções formulados por analistas da nossa urbanização para caracterizar o caráter peculiar da sociedade urbana que herdamos do modo de desenvolvimento. Como homenagem a um dos principais intérpretes deste processo, adotamos aqui a noção de *urbanização paradoxal* (Faria, 1991). Um grande número de pequenas cidades e um pequeno número de grandes metrópoles. Brandão identifica em nossa rede urbana a característica de um “sistema disperso e difuso de cidades” (2007:133). Por esta noção o autor quer chamar a atenção para o caráter descentralizado da nossa rede urbana, resultante no processo de crescimento econômico desde sua fase colonial, marcado pelo constante deslocamento espacial do eixo dinâmico.

As características multi-escalar e heterogênea da nossa urbanização foram aceleradas nos períodos recentes, e podem ser descritas das seguintes formas:

- a) **37 Grandes Aglomerados Urbanos.** A multiplicação dos Grandes Aglomerados Urbanos – GEUBs, constituídos por regiões metropolitanas, RIDES e capitais com forte capacidade de polarização do território nacional. Segundo trabalho realizado pelo Observatório das Metrópoles, o território nacional é articulado por uma rede de 37 GEUBs com capacidade de organizarem redes e sub-redes de cidades, onde residem aproximadamente 76 milhões de pessoas (45% da população nacional) que possuem uma renda agregada mensal (ano 2000) de aproximadamente R\$ 31 bilhões; ou seja, 61% da renda nacional. A importância dos GEUBs para a economia nacional pode ser avaliada pelo fato da média da sua renda per capita ser 36% superior à renda nacional e quase o dobro (194%) da renda per capita de outras cidades que não se constituem enquanto aglomerados urbanos complexos. Como constatamos no mencionado estudo, os GEUBs são singulares no contexto urbano, regional e econômico brasileiro, tanto pela escala, como também pela densidade econômica.
- b) **15 GEUBs com funções metropolitanas.** A segunda característica decorre da existência em nossa rede urbana de 15 GEUBs que se caracterizam como aglomerados urbanos que apresentam características de tamanho, concentração de atividades econômicas e capacidade de interconexão próprias das novas funções de comando, direção e coordenação; funções econômicas próprias das metrópoles que tem papel relevante na “econômica em rede” (Veltz, 1996) emergente com a globalização e a reestruturação produtiva. A relevância das 15 aglomerações consideradas metropolitanas pode ser verificada a partir de sua participação no conjunto de indicadores utilizados para definir a hierarquia dos espaços urbanos brasileiros (Observatório, 2005a; 2005b). Observa-se que, na maioria dos indicadores, a soma da participação das quatro categorias metropolitanas supera 50% do total do Brasil, sendo maiores as participações referentes àqueles indicadores que refletem funções propriamente metropolitanas (Gráfico 1). Entre as diversas categorias, a que inclui a RM de São Paulo participa com 30% ou mais do total de empregos em atividades de ponta, número de sedes de grandes empresas e movimentação financeira no

Brasil.

GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DAS CATEGORIAS INTEGRANTES DOS GRANDES ESPAÇOS URBANOS NO TOTAL DO BRASIL



FONTE: Observatório das Metrôpoles, 2005

É notória, pois, a concentração nessas aglomerações, com relação ao total dos municípios brasileiros, das sedes de empresas entre as 500 maiores do Brasil (79,4%), das operações bancárias e financeiras (73,7%), dos empregos em atividades de ponta (67,2%), da massa de rendimentos (52,4%), das agências bancárias (41,2%), da população estimada para o Brasil em 2004 (36,9%), assim como do movimento de passageiros no tráfego aéreo (74,3%).

Tomando em conta apenas os 15 espaços considerados metropolitanos, cabe anotar ainda que, no ano 2000, os mesmos detinham 39% da População Economicamente Ativa (PEA), 37% do total das pessoas ocupadas (PO) do Brasil, 43% das pessoas ocupadas na indústria de transformação (Mapa 2). As RMs de São Paulo e do Rio de Janeiro respondiam por 18% da PEA brasileira, 17% da PO e 21% do pessoal ocupado na indústria de transformação. A RM de São Paulo somou o expressivo estoque de 7,2 milhões de ocupados e a do Rio de Janeiro, 4,1 milhões; desse total, 1,8 milhões estavam ocupados na indústria, dos quais 1,4 milhões na RM de São Paulo. As demais unidades metropolitanas contribuíram com um estoque de aproximadamente 13 milhões de ocupados, sendo 1,9 milhões na indústria.

- c) **13 Grandes Cidades.** Outro aspecto notável da nossa urbanização é que ela gerou um expressivo número de grandes cidades. O Brasil se insere entre os 10 países do mundo que apresentam concentrações urbanas em cidades de mais de um milhão de habitantes. Nestas 13 grandes cidades moram 18% da população brasileira.
- d) **Dois mega- cidades. Rio de Janeiro e São Paulo.**
- e) **Uma cidade-região em formação em torno da região metropolitana de São Paulo.** A hipótese da emergência de uma cidade-região⁶ no Brasil vem

⁶ Este quase conceito vem sendo debatido na literatura internacional nas áreas da economia e da geografia e decorre de algumas interpretações a respeito dos impactos da globalização e da re-estrutura produtiva nas grandes metrópoles que foram berço do desenvolvimento industrial anterior. Elas passam a se constituir em centros de serviços e de comando da economia global em diversas escalas, por abrigarem atividades financeiras, de serviços à produção, comercializáveis à distância. Geralmente as atividades que conferem as

sendo objeto de vários trabalhos de investigação que colocam em evidência empírica tal tendência. O trabalho pioneiro de Tolosa (2002) já apresentou alguns indicadores que apontam para a constituição de uma região urbana global integrando o eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Posteriormente este mesmo tema foi objeto de reflexão de Diniz (2007) que assume certa cautela quanto ao conceito proposto pelo primeiro autor, considerando, que a existência de grande distância territorial seria um fator de estrangulamentos limitador a configuração desta região. De qualquer forma, seja que escala assumir, parece haver consenso entre especialistas sobre a emergência de metrópoles com enorme complexidade, aumentando ainda os traços de multi-escalaridade e heterogeneidade da nossa rede urbana.

- f) **A dispersão urbana.** Ao lado da existência destes relevantes aglomerados de grandes espaços, com peso de polarização do espaço nacional e alguns com funções metropolitanas, o sistema urbano brasileiro também se caracteriza pela dispersão, expressa na existência de 5.300 cidades com população até 100 mil habitantes, representando cerca de 93% das cidades e concentrando 41% da população nacional.

Temos, pois, uma rede urbana que se organiza em multi-escala e elevado grau de heterogeneidade. Tais características da sociedade urbana podem ser consideradas como ativos, se levarmos em consideração que as grandes cidades, especialmente as metrópoles, aumentaram seu papel indutor do desenvolvimento econômico nacional, como bem já mostraram trabalhos clássicos como de J. Jacobs (1969) e pesquisas recentes sobre a relação entre globalização e cidades (Veltz, 1996).

Mas, para que as cidades sejam mais do que meras plataformas de atração de capitais, mas, ao contrário, constituam-se em territórios da ancoragem duradoura dos circuitos econômicos, é necessário que contenham os elementos requeridos pela nova economia de aglomeração da fase pós-fordista, entre os quais se destacam os relacionados aos meios sociais germinadores da inovação, confiança e cooperação. A redução dos custos da distância e das externalidades pecuniárias – produto da revolução dos meios de transportes e comunicação e dos novos sistemas de gestão empresariais – contam hoje menos do que os efeitos de aglomeração decorrentes da densificação das relações sociais, intelectuais e culturais⁷. Esta afirmação está fundada no resultado de vários trabalhos de

novas funções às antigas metrópoles estão concentradas nas áreas mais centrais, mas conformam um território econômico em nova escala e com nova configuração, elementos novos que criariam um território articulado com rede de rede de interações econômicas. Parte desta rede seria formada pelas atividades que dão suporte a esta função de comando, coordenação e direção da economia globalizada. Sendo extensa a literatura sobre o tema, nos cingimos neste texto a mencionar alguns autores mais reconhecidos no mundo acadêmico especializado, tais como Sassen, (1991), Scoot, et al,(2001) e Markusen (2005). Vale à pena a observação de Diniz (2007) sobre a necessidade de considerar no exame das tendências à conformação deste novo modelo de cidade não apenas as decorrentes das transformações do sistema sócio-productivo, mas também os encarnados pelos atores econômicos e suas estratégias políticas na apropriação do território.

⁷ Pierre Veltz (1996, p. 247), ao terminar sua análise da relação entre globalização e o papel das metrópoles, conclui que “a redução dos custos da distância ou o crescimento das externalidades monetárias contam menos que a densificação das relações sociais, intelectuais e culturais”. As conclusões do autor e de outros analistas de metrópoles consideradas exitosas em seus projetos de reestruturação têm consolidado em parte da literatura enfoques que relacionam a coesão social das cidades e a sua competitividade. O próprio Veltz diz de maneira enfática:

pesquisa sobre os impactos da globalização e da reestruturação produtiva nas grandes metrópoles, entre eles o de Veltz (1996; 2002). Neste sentido, as condições que tornam as cidades competitivas no sistema urbano global são aquelas promotoras da coesão social, pois a qualidade de vida e a existência de ambiente social indutor de relações de confiança e cooperação tornaram-se condição para a eficácia dos processos econômicos. Estudos mostram que as metrópoles onde prevalecem menores índices de dualização e de polarização do tecido social são as que têm levado vantagens na competição pela atração dos fluxos econômicos; ou seja, as que recusaram a lógica da competição buscando oferecer apenas governos locais empreendedores e as virtudes da mercantilização da cidade.

DIMENSÃO ESPACIAL DA EXCLUSÃO/INCLUSÃO SOCIAL

Os 15 aglomerados urbanos que hoje estão preparados para exercer as funções econômicas requeridas pelo novo modelo de produção e distribuição engendrado pela globalização e pela reestruturação produtiva concentram os efeitos da crise social e institucional decorrentes do dismantelamento destes mecanismos de amortecimento do conflito social. A análise da dinâmica demográfica das 15 aglomerações metropolitanas indica a continuidade do caráter concentrador do modelo de organização sócio-territorial brasileiro. No conjunto de municípios dessas 15 áreas, o incremento populacional entre 1991 e 2000 foi de 10.081,7 mil pessoas, 1.120,2 mil ao ano, o que correspondeu à taxa de crescimento anual de 2,00%, superior à média nacional. Segundo estimativas do IBGE, no período 2000/2006 teremos um incremento total de aproximadamente 17 milhões de pessoas, o que representa taxa de crescimento anual de 1,60%, ritmo pouco menor do que o verificado na década de 1990, 1,63% a.a. O incremento anual no período 1991/2000 foi de 2.552,6 mil pessoas e entre 2000 e 2006 subiu para 2.828,6 mil pessoas/ano, ou seja, mesmo persistindo a redução no ritmo de crescimento, o nível de incremento populacional ainda se eleva. Reforçando o caráter concentrador do movimento de redistribuição populacional no território nacional, quase 44% do incremento populacional, tanto no primeiro quanto no segundo período, dar-se-à nas 15 Regiões Metropolitanas brasileiras. O incremento estimado para o período recente é de 7.437,4 mil habitantes, 1.239,6 ao ano, maior do que aquele observado no período anterior, mesmo com diminuição no ritmo de crescimento, o qual passou para 1,91% a.a. (Quadro 1). É como se a cada ano fosse incorporada ao conjunto metropolitano uma nova cidade de mais de 1 milhão de habitantes.

QUADRO 1 – INDICADORES DE POPULAÇÃO PARA O BRASIL E O CONJUNTO DAS REGIÕES METROPOLITANAS – 1991/2006

INDICADORES	BRASIL	REGIÕES METROPOLITANAS	PROPORÇÃO (RMs/BRASIL)
População em 1991	146.825.475	51.709.681	35,22

É tempo de compreender que a coesão social no sentido mais amplo do termo é a condição mesma da eficácia; que os países que melhor souberam preservar essa coesão são os que conhecem menos a pobreza e o desemprego, os que conhecem as disparidades de renda menos denunciadas, e não os que têm os mais baixos custos salariais e desmontam ou recusam a proteção social.

População em 2000	169.799.170	61.791.373	36,39
População em 2006	186.770.562	69.228.776	37,07
Incremento populacional total 1991/2000	22.973.695	10.081.692	43,88
Incremento populacional total 2001/2006	16.971.392	7.437.403	43,82
Incremento populacional ao ano 1991/2000	2.552.633	1.120.188	43,88
Incremento populacional ao ano 2001/2006	2.828.565	1.239.567	43,82
Taxa de crescimento populacional 1991/2000 (% a.a.)	1,63	2,00	-
Taxa de crescimento populacional 2000/2006 (% a.a.)	1,60	1,91	-

FONTE: IBGE - Censos Demográficos e Estimativa 2006 .
 Tabulação do Observatório das Metrôpoles

Enquanto a população continua se concentrando nos aglomerados urbanos metropolitanos, constatamos tendências nítidas á diminuição relativa da concentração das atividades econômicas, como constatado em outro trabalho realizado pelo Observatório das Metrôpoles. (Ruiz, R. M; Pereira, F. B., 2007). A interpretação exata deste descompasso entre as dinâmicas territorial da população e da economia ainda está por fazer. É certo que não encontramos aqui sinais do esvaziamento produtivo das metrôpoles, como ocorrido em outros países como resultado das transformações da engendradas pela globalização e pela reestruturação produtiva. Com efeito, como mencionado anteriormente, os aglomerados urbanos metropolitanos continuam concentrando as forças produtivas, pois nelas estão concentrados 70% da capacidade tecnológica nacional. Certamente estamos diante dos efeitos de um dos principais traços do novo modelo de desenvolvimento capitalista, ou seja, o descasamento entre à tendência de hipermobilidade do capital e da riqueza, em contraposição à imobilidade da força de trabalho. Ao mesmo tempo, os dados sobre as mudanças das estruturas produtivas das metrôpoles indicam a crescente segmentação do mercado de trabalho, cujo traço mais relevante para os nossos propósitos não é o desemprego, mas a geração da instabilidade dos laços com o mundo de trabalho e a transformação do regime de mobilidade sócio-ocupacional que vigorou no modelo anterior⁸.

Tendo em vista este traços gerais da dinâmica espaço-temporal em nossos aglomerados urbanos, examinaremos nesta seção três dimensões desta crise que são nada mais do que velhas e novas facetas do antigo conflito social: (i) tendências a reprodução da precariedade do habitat urbano; (ii) segregação urbana e reprodução das desigualdades de

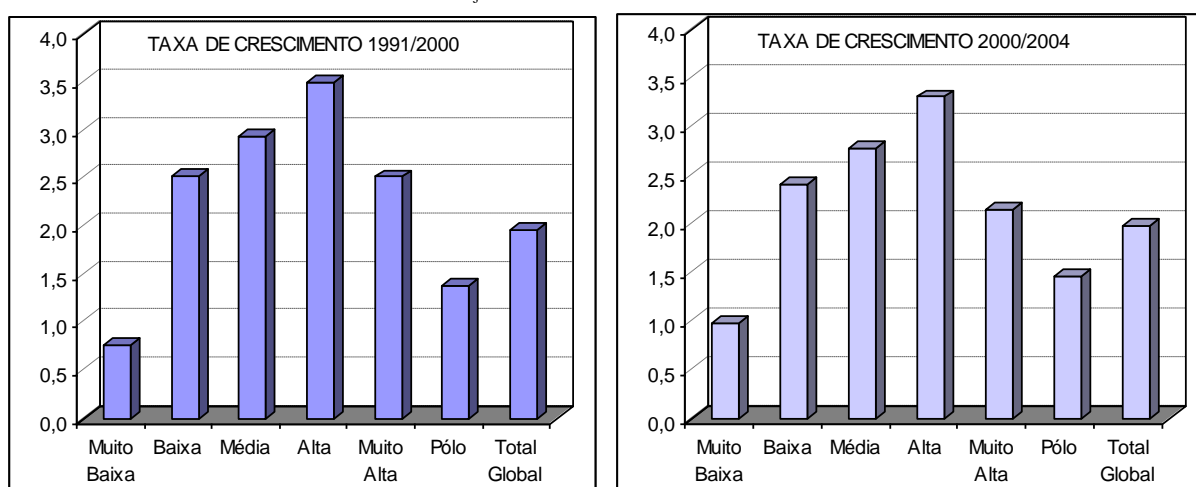
⁸ Sobre o caráter fluido do regime de mobilidade que acompanhou a nossa industrialização e urbanização ver Pastore e Silva (2000)

oportunidades; e, (iii) segregação urbana e a crise da sociabilidade.

Reprodução do Habitat Urbano Precário

No período histórico conhecido como de substituição de importação – 1930/1980 – a dinâmica de organização do sistema urbano-metropolitano brasileiro foi fortemente caracterizada pelas tendências à dispersão da população em distantes periferias das áreas centrais, através do modelo de provisão de moradia conhecido como loteamento-periférico-autoconstrução. A análise interna das 15 metrópoles indica que tal tendência persiste, mas ao mesmo tempo, apresenta movimentos de pressão pela ocupação das áreas centrais, como mostra o Gráfico 2 a seguir.

GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO E GRAU DE INTEGRAÇÃO NAS 15 METRÓPOLES

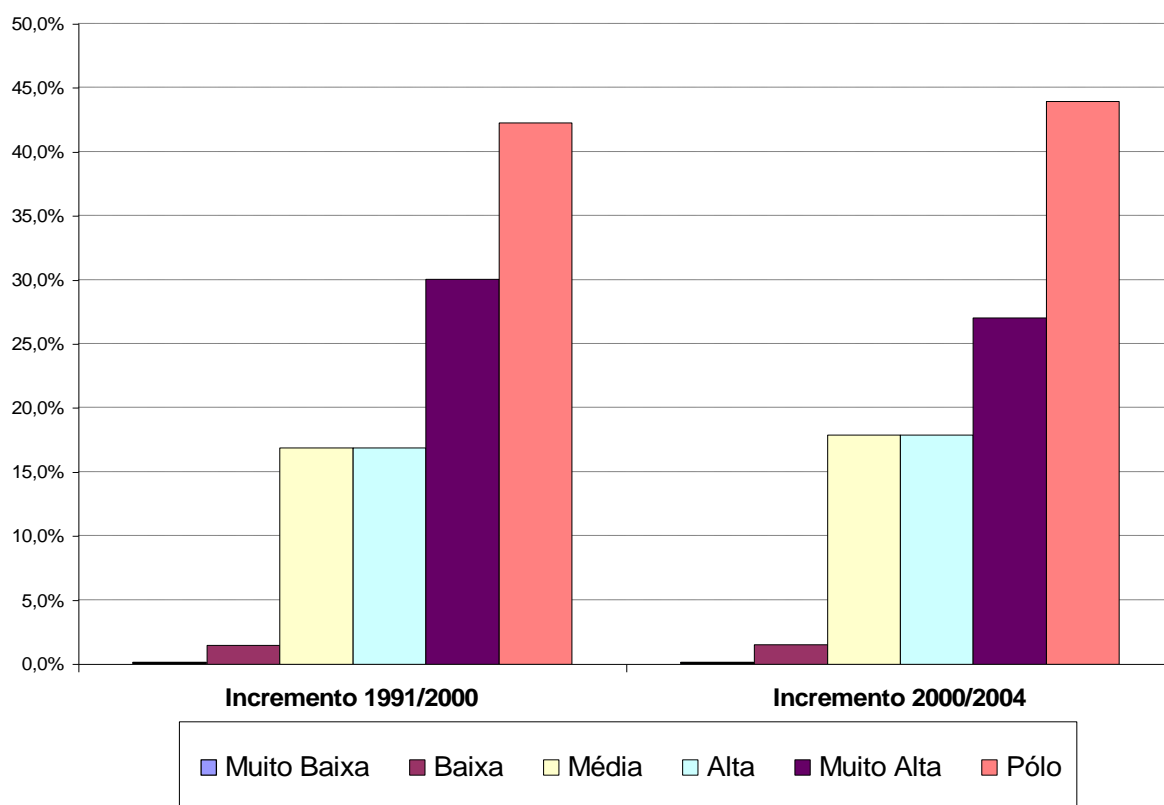


Fonte: Censo Demográfico, 1991 e 200. FIBGE. Tabulação do Observatório das Metrôpoles

Com efeito, nos períodos de 1991/2000 e 2000/2004 os municípios polos tiveram menores taxas médias anuais de crescimento demográfico do que aqueles que formam suas periferias, com exceção dos municípios com muito baixa integração na dinâmica metropolitana.

Examinando por este prisma, portanto, podemos constatar que no período mais recente persistem as tendências de dispersão na organização interna dos 15 principais núcleos urbanos brasileiros. Quando, porém, avaliamos o crescimento pelos números absolutos, constatamos forte concentração do crescimento demográfico nos municípios mais centrais das metrópoles, como indica o Gráfico 3.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO E DO INCREMENTO DEMOGRÁFICO, SEGUNDO AS CATEGORIAS DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS



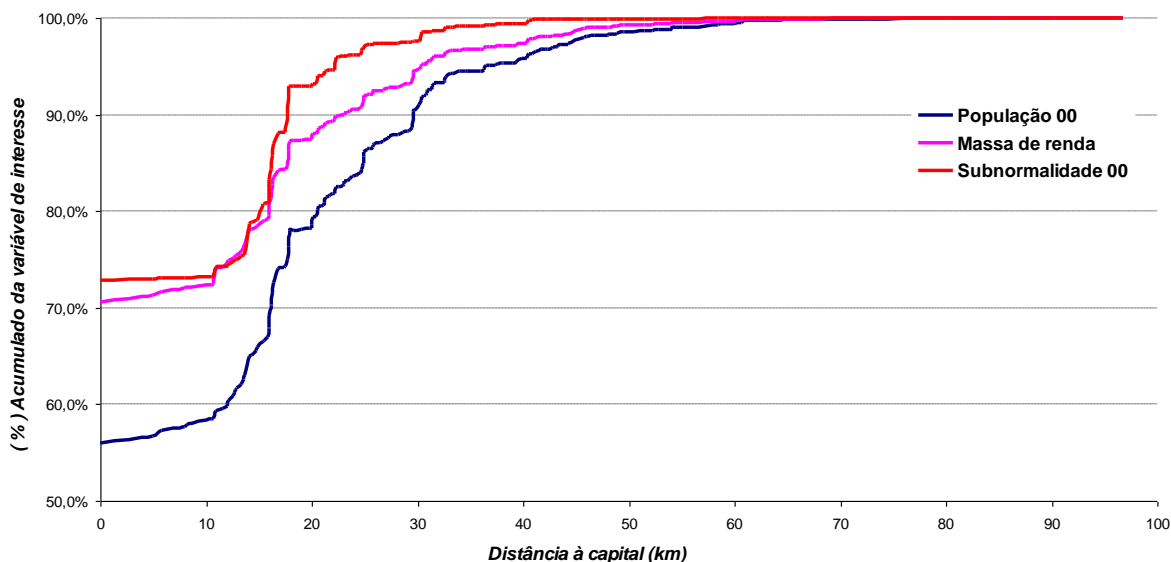
Tal pressão certamente resulta da combinação das transformações do mercado de trabalho ocorridas nos anos 80 e 90, cujo principal traço foi o crescimento da ocupação precária, informal, transitória, especialmente no setor de serviços em geral e, em especial, nos serviços pessoais, ao lado da reconhecida crise da mobilidade urbana e do colapso das formas de provisão de moradia. Como a riqueza continua concentrada nos municípios polo, como mostra o gráfico III, pode-se concluir que uma das principais características da dinâmica sócio-territorial das regiões metropolitanas brasileiras é a existência de forte pressão pela ocupação das áreas centrais como condição de acesso à renda para vastos seguimentos de trabalhadores subempregados.

A segmentação do mercado de trabalho, imobilidade urbana e ausência de políticas efetivas de provisão de moradia geram a segmentação sócio-territorial das metrópoles, cuja evidência mais forte é a pressão pela ocupação das áreas mais centrais. O fundamento desta pressão é a continuidade da concentração de municípios polo da riqueza e da renda, espaços onde os trabalhadores mais precarizados tentam se infiltrar.

A consequência socioterritorial é a pressão pela expansão do *habitat* precário nas áreas onde se concentram as camadas de maior renda. O Gráfico 4 evidencia como nas 15 metrópoles estão distribuídas o percentual acumulado da população total, da população moradora em favela e a massa da renda pessoal total em relação à distância do município polo. Quase $\frac{3}{4}$ dessas moradias distribuem-se por um raio de até 10 km, concentrando-se nos polos.

GRÁFICO 4 - PERCENTUAL ACUMULADO DE POPULAÇÃO DE 2000, DA

MASSA DE RENDA PESSOAL E DA MORADIA EM FAVELA, SEGUNDO A DISTÂNCIA AO NÚCLEO METROPOLITANO (CONJUNTO DAS 15 METRÓPOLES)



Fonte: FIBGE, Censo 2000 - Tabulação Observatório das Metrôpoles.

O crescimento das favelas continua sendo a expressão da solução perversa das necessidades habitacionais acumuladas. Trata-se de um fenômeno essencialmente metropolitano, pois no ano de 2000 as 9 principais regiões metropolitanas instituídas concentravam 78% do total de moradias em favelas existentes no Brasil. Levantamentos feitos diretamente pelas Prefeituras apontam assustadores índices de crescimento de moradias em favelas: na grande São Paulo, 20% da população mora em favela, quando em 1970 era apenas de 1%; na cidade do Rio de Janeiro, este percentual se eleva a 28%, em Salvador 33% e em Belém 50%. Por outro lado, o fato de apenas cerca de 16% das moradias construídas no Brasil corresponderem à oferta gerada pelo segmento formalizado, no qual a construção e o financiamento são atividades organizadas, nos permite avaliar a extensão da exclusão do mercado.

Toleram-se as favelas nas áreas centrais das metrôpoles, onde estão concentrados segmentos de maior renda, portanto, onde estão as oportunidades de ocupação em serviços pessoais e, conseqüentemente de acesso à renda. Perverso por duas razões: (i) na ausência de uma política habitacional, deixou-se um vasto conjunto da população instalar-se em solos não apropriados sob diversos pontos de vista; (ii) foi institucionalizada a integração marginal à cidade. Institucionalizou-se a existência de uma linha divisória na organização interna das metrôpoles brasileiras que hoje cobra um grande tributo e atua como mecanismo de exclusão. Este fato é a conseqüência da combinação da urbanização organizada pelo *laissez faire* urbano e pela *política de tolerância total* com todas as formas de apropriação da cidade – a utilização da cidade como política social perversa.

A moradia popular nas metrôpoles brasileiras não tem como sua principal característica – como no passado – a sua rusticidade e improvisação. A premência da

localização em áreas próximas ou acessíveis aos territórios onde estão concentradas a renda e a riqueza desencadeia a reprodução do *habitat* precário como solução de inserção na condição urbana. Suas características são: a ilegalidade, irregularidade, construção em solos pouco propícios à função residencial, o adensamento da ocupação da moradia pela multiplicação das famílias conviventes e, em muitos casos, o emprego de parcelas consideráveis da renda no aluguel. Estas características não estão homoganeamente presentes em todas as metrópoles, pois são altamente influenciadas pela história das formas de produção da moradia popular e do regime urbano⁹ prevalecente em cada cidade. As favelas em São Paulo, por exemplo, apresentam maior precariedade quanto ao tipo de terreno ocupado e maior afastamento das áreas mais centrais da região metropolitana. Maricato (1996:58) estima que 49,3% das favelas da cidade de São Paulo estão localizadas em beira do córrego, 32,2% em terrenos sujeitos a enchentes, 29,3% foram construídas em terrenos com declividade acentuada e 24,2% em terrenos sujeitos à erosão. Os mapas da localização das favelas de São Paulo evidenciam o seu distanciamento em relação ao núcleo social e econômico da metrópole, mas em áreas que permitem a acessibilidade. Em compensação, os cortiços parecem constituir estratégia de proximidade, em razão da sua localização nas áreas mais centrais¹⁰. Já na região metropolitana do Rio de Janeiro o regime urbano permitiu acomodação dos conflitos potenciais decorrentes dos efeitos da segmentação sócio-territorial pela configuração de um modelo de proximidade das favelas com os bairros que concentram as moradias dos segmentos superiores da estrutura social.

Segregação Urbana e Reprodução Desigualdades de Oportunidades

O padrão de organização social do território das metrópoles brasileiras é crescentemente marcado pelo fenômeno da segregação residencial. Por um lado, pelo aprofundamento da auto-segregação das camadas superiores formadas por aqueles que historicamente ocupam posições de controle das oportunidades, por controlarem as várias formas de poder expressas no controle dos capitais econômico, social, político e cultural. São aquelas reconhecidas nas representações sociais da sociedade brasileira como as “altas classes médias”. Com algumas diferenças entre as metrópoles, decorrentes das suas respectivas histórias urbanas, o padrão de organização espacial vigente no período 1950/1990 foi caracterizado pela distância social e proximidade física entre as classes superiores e os vários segmentos da “baixa classe média” e os vários segmentos do mundo operário-popular. Esta estrutura sócio-espacial vem se transformando aceleradamente com a constituição de espaços de forte concentração das classes superiores – o que estamos denominando neste texto de auto-segregação é a constituição de territórios que concentrando parcelas significativas da população vulneráveis nos planos do trabalho, da família e da comunidade estão submetidas a mecanismos de reprodução intergeracional das desigualdades e da pobreza, todos relacionados às conseqüências do isolamento sócio-territorial.

O Quadro 2 mostrada a seguir apresenta algumas evidências empíricas do auto-isolamento das camadas de alta qualificação e proprietária de parcelas expressivas dos

⁹ Por regime urbano entendemos as condições e formatos institucionais que em cada cidade regulou o processo de incorporação das camadas populares ao poder urbano comandado pelas elites políticas locais e as forças da acumulação urbana. É importante assinalar que a eficácia dos regimes urbanos de cada cidade teve como fundamento a manutenção no plano nacional de um regime político caracterizado fortemente por governos autoritários e ditatoriais que permitiram a instauração de um processo controlado de negociação na incorporação das massas urbanas no sistema político e nos benefícios do crescimento econômico acelerado.

¹⁰ Sobre a situação da moradia em São Paulo ver Pasternak Taschener e Bogus (2004)

capitais econômico, social e cultural (empresários, dirigentes dos escalões superiores dos setores público e privado e os profissionais do nível superior), a segregação compulsória dos trabalhadores manuais com baixa qualificação do terciário, da construção civil, empregados domésticos, ambulantes e biscateiros e indicadores do grau de interação sócio-espacial entre estes dois grupos¹¹.

QUADRO 2 - INDICADORES DE SEGREGAÇÃO E COMPOSIÇÃO SOCIO-OCUPACIONAL DAS METRÓPOLES BRASILEIRAS

Indicadores de Segregação e Composição Sócio-ocupacional das metrópoles brasileiras

Metrópole	Dissimilaridade	Interação ¹			Isolamento ²		Composição sócio-ocupacional (%)	
		xP*y	xP*x	yP*y	Alta qualificação	Baixa qualificação		
Belém	0,46	0,16	0,84	0,41	7,7	29,5		
Brasília	0,61	0,19	0,81	0,61	12,4	26,0		
Belo Horizonte	0,57	0,16	0,84	0,51	9,0	27,0		
Curitiba	0,59	0,18	0,82	0,57	9,5	22,4		
Fortaleza	0,47	0,16	0,84	0,37	6,9	26,4		
Goiânia	0,53	0,16	0,84	0,49	8,1	26,2		
Manaus	0,42	0,16	0,84	0,33	6,4	27,4		
Maringá	0,56	0,13	0,87	0,38	6,8	25,0		
Natal	0,53	0,18	0,82	0,46	8,1	24,9		
Porto Alegre	0,67	0,19	0,81	0,54	9,1	21,9		
Recife	0,50	0,17	0,83	0,44	8,4	26,5		
Rio de Janeiro	0,58	0,17	0,83	0,55	10,3	25,6		
Salvador	0,56	0,15	0,85	0,46	8,0	27,9		
São Paulo	0,52	0,21	0,79	0,53	10,0	22,5		

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo demográfico 2000

1 - Interação (Exposição) entre as pessoas com ocupações de baixa qualificação e as pessoas com ocupações de alta qualificação

2 - Isolamento das pessoas com ocupações de baixa qualificação (xP*x) e isolamento das pessoas com ocupações de alta qualificação (yP*y)

O índice de dissimilaridade mostra a desigualdade da distribuição destes dois grupos nas principais metrópoles brasileiras. Considera-se baixa segregação quando este índice varia de 0 a 0,3, moderada entre 0,3 e 0,5 e alta segregação acima de 0,5. Observamos, então que os valores de desigualdade da distribuição destes segmentos da estrutura social indicam elevados graus de segregação. Os índices de interação e isolamento permitem descrever melhor a forma como os grupos sociais se localizam no território metropolitano. Neste sentido, podemos notar que os índices de interação e isolamento calculados para as metrópoles brasileiras confirmam o que indica o índice de dissimilaridade. Ou seja, nas metrópoles onde este índice é elevado fica evidente uma organização sócio-espacial caracterizada por um lado pelo isolamento das pessoas cuja ocupação exige baixa qualificação e das pessoas cuja ocupação exige alta qualificação e, por outro, pela baixa interação entre estes dois grupos.

¹¹ Os índices usados neste texto estão descritos em Massey e Denton (1988).

Vamos tomar alguns exemplos: em Brasília o índice de dissimilaridade chega a 0,61, a interação a 0,19 e o isolamento a 0,81, enquanto isto a composição sócio-ocupacional indica que no universo das pessoas ocupadas 12,4% exercem funções de alta qualificação, por outro lado as pessoas com ocupações de baixa qualificação representam 26% dos ocupados. No caso de Belém, a baixa dissimilaridade em comparação com as outras metrópoles significa um menor grau de desigualdade na distribuição das pessoas de baixa e alta qualificação no território da metrópole. Nesta metrópole os índices de interação ($xP*y$) e isolamento ($xP*x$) poderiam indicar uma segregação mais acentuada, no entanto sabemos que o resultado destes índices são sensíveis à composição dos grupos. Entretanto o índice de isolamento do grupo de alta qualificação ($yP*y$) mostra uma baixa concentração – ou isolamento - deste grupo em comparação à outras metrópoles. Belo Horizonte é outro caso interessante, pois apresenta um dos maiores índices de dissimilaridade, alto índice de exposição e conseqüentemente uma baixa interação em comparação às outras metrópoles. Mas São Paulo, que também tem um índice de dissimilaridade superior a 0,5, apresenta alto grau de interação e um menor índice de exposição em comparação às demais metrópoles. E, por outro lado, apresenta também um grau mais elevado de isolamento do grupo de alta qualificação. No caso do Rio de Janeiro, há um maior isolamento de ambos os grupos sociais, com alta dissimilaridade.

A concentração territorial dos segmentos vulnerabilizados no mercado de trabalho e, simultaneamente vivendo em estruturas sociais fragilizadas desencadeia uma série de mecanismos que tendem à reprodução das desigualdades e à pobreza. Em outro trabalho sobre as 15 metrópoles¹² identificamos o surgimento de territórios vulneráveis, nos quais prevalecem estruturas e dinâmicas sociais tendentes à reprodução das desigualdades e da pobreza na forma da acumulação de riscos sociais da população de 4 a 24 anos frente à família, à escola e ao trabalho¹³. Os resultados mais descritivos desta investigação estão sintetizados no Quadro 3.

¹² Análise das Regiões Metropolitanas no Brasil - Construção de Tipologias: Tipologia Social e Identificação de Áreas Vulneráveis”, desenvolvido para o Ministério das Cidades em 2004/2005.

¹³ Escolhemos, para tanto, os segmentos da população de 4 a 24 anos, que correspondem a vários ciclos de socialização e de aquisição dos recursos necessários a integração social.

- (i) Crianças de 4 até 5 anos de idade residentes em família sem nenhuma pessoa com 20 anos ou mais desocupada (todos os adultos fora de casa) e com renda familiar per capita de 1/2 SM que estão fora da escola ou da creche, configurando a situação de desamparo materno-infantil.
- (ii) Criança de 7 até 14 anos de idade, com 2 anos ou mais de atraso escolar ou que estão fora da escola ou creche, configurando a situação atraso escolar.
- (iii) Mães de 15 até 19 anos, solteiras, que não trabalham, não estudam e não procuram emprego, configurando a situação risco de bloqueio da sua socialização frente à escola e ao trabalho.
- (iv) Mães de 15 até 19 anos, solteiras, que trabalham ou estudam ou procuram emprego, configurando uma situação de risco distinto em relação à anterior na medida em que, mesmo com dificuldades está presente em uma das duas instituições socializadoras.
- (v) Jovem, responsável, exceto mães, de 15 até 24 anos de idade, que não trabalha, não estuda e não procura emprego, configurando a situação do jovem que assume o papel de constituição da família, mas está aliado das outras duas instituições: a escola e o trabalho.
- (vi) Jovem, responsável de 15 até 24 anos de idade, exceto mães, que não trabalha, não estuda, mas procura emprego, configurando a situação de vulnerabilidade frente ao mercado de trabalho.
- (vii) Jovem, não responsável, exceto mães, de 15 até 24 anos de idade que não trabalha, não estuda, mas procura emprego, configurando a condição do desocupado.
- (viii) Jovem, não responsável, exceto mães de 15 até 24 anos de idade que não trabalha, não estuda e não procuram emprego. Trata-se neste caso da situação extrema de vulnerabilidade em razão deste jovem não estar assumindo nenhum dos papéis socialmente exigidos frente às três instituições: família, escola e trabalho.

QUADRO 3 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DE 4 A 24 ANOS EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL SEGUNDO A COMPOSIÇÃO SOCIAL DOS BAIRROS (*) (15 METRÓPOLES)

Composição Social dos Bairros			
Tipo de <i>Status</i> ocupacional das áreas intrametropolitanas*	População RISCO	População com idade entre 4 e 24 anos	(%) de população sob RISCO
Baixo	3.515.387	16.188.812	21,7%
Médio	653.570	4.192.966	15,6%
Médio Superior	296.502	2.585.322	11,5%
Superior	60.668	872.569	7,0%
Total Global	4.526.127	23.839.669	19,0%

Fonte: Censo 200. FIBGE. Tabulação Observatório das Metrôpoles (*) AED's

O risco social aqui examinado expressa a exposição de crianças e jovens a situações nas quais não adquirem os ativos (socialização, capital escolar, experiência profissional etc.) necessários ao aproveitamento de eventuais oportunidades distribuídas pelo mercado e pelo Estado e à futura inserção na sociedade. Em outros trabalhos (Alves, Franco e Ribeiro, 2008; Ribeiro, 2004) testamos de maneira mais focada os efeitos negativos da segregação urbana sobre a escolaridade de crianças no município do Rio de Janeiro. Pesquisas sobre a metrópole de São Paulo também vêm demonstrando empiricamente o papel da segregação urbana na reprodução das desigualdades do acesso a oportunidades de emprego e educação fundamental (Marques, 2003).

Os efeitos destas duas modalidades de segregação urbana – a auto-segregação e a segregação compulsória - desencadeiam mecanismos que geram importantes impactos nas cidades e no conjunto da sociedade. Desde as pesquisas seminais realizadas por J. Wilson (1990), vários trabalhos realizados nos Estados Unidos¹⁴, na Europa¹⁵ e mesmo na América Latina vêm apontando para as seguintes tendências.

- 1) A des-solidarização das camadas superiores com relação aos destinos dos outros e, conseqüentemente da cidade como espaço de interação social. Com efeito, a auto-segregação urbana pode estar incentivando a difusão de um estilo de vida privatista, localista e individualista, retirando da arena pública da cidade aqueles que têm voz (e incentivando o *exit*) pelo fato de deterem importantes parcelas do capital cultural e político, com importantes impactos na fragilização da esfera pública da sociedade. Este fato ganha particular importância na sociedade brasileira se considerarmos, de um lado, a importância do histórico papel exercido por parcelas das classes médias – especialmente as profissionais – como atores mediadores entre o mundo popular e o Estado¹⁶.
- 2) Diminuição do histórico papel da cidade como experiência coletiva de aprendizagem da convivência de indivíduos diferentes e desiguais, mas que compartilham valores comuns.
- 3) A cidade brasileira deixa de estar associada à experiência da mobilidade social

¹⁴ Dreier, P., Mollenkopf & Swanstron (2004)

¹⁵ Fitoussi, J. P., Laurent, E. & Maurice, J. (2004)

¹⁶ Sobre o papel das classes médias no associativismo urbano brasileiro ver Boschi (1987)

ascendente que acompanhou a acelerada industrialização e a rápida urbanização.

- 4) Por outro lado, a concentração territorial dos vulneráveis, privando-os do acesso a ativos diferentes dos que circulam normalmente em seu entorno urbano, bloqueia a sua exposição aos feitos positivos dos modelos de papéis sociais e, incentiva fortemente a constituição das subculturas locais, gerando apatia social e cívica ou, o seu contrário, a quebra da necessária alteridade para a vida urbana.

Crise da Sociabilidade

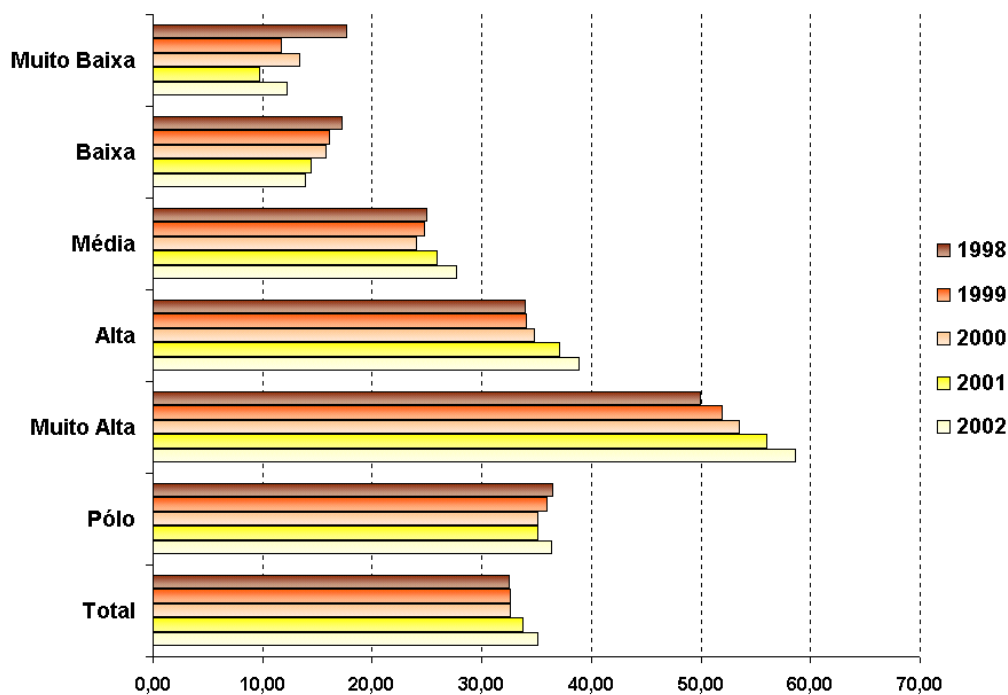
Nas metrópoles brasileiras, a compreensão do papel da segregação urbana na descoesão da nação exige o entendimento das conexões deste fato sócio-territorial com duas importantes mudanças: a emergência da criminalidade violenta e a aceleração da transformação da nossa matriz sociocultural híbrida.

A associação entre a violência letal e a urbanização apresenta variadas evidências em estudos empíricos realizados por especialistas. Não parece, contudo, haver grande convergência entre os pesquisadores quanto aos mecanismos que realizam esta associação. Encontra-se menção à presença possível do conjunto de fatores de desordem social relacionados ao crescimento urbano acelerado na ausência da expansão dos serviços sociais, pobreza, falta de controle social e anonimato, desigualdade, ausência de oportunidades para a juventude etc. (CANO E SANTOS, 2001). Para outros autores trata-se da consequência da crise do padrão integrativo construído historicamente na sociedade brasileira baseado no par hierarquia-favor, sem a reposição de outro fundado no avanço dos valores individualistas, no contrato social e na afirmação da cidadania como padrão de interação inter-classes sociais e de integração das camadas populares vulnerabilizadas ao sistema político (SOARES, 1996). Nas grandes metrópoles, a crise integrativa tem contundentes impactos corrosivos das relações de reciprocidade entre os grupos e classes sociais em razão do modelo de segregação residencial explicitar de maneira intensa as enormes desigualdades sociais (VELHO, 1996).

Tais considerações e os dados produzidos nas pesquisas do Observatório das Metrópoles autorizam-nos supor que ganham relevo e importância para a compreensão da crise social brasileira os fenômenos de organização sócio-territorial das metrópoles.

A evolução entre 1998 e 2002 das taxas de homicídios nas 15 principais metrópoles brasileiras, segundo o nível de integração dos municípios na dinâmica da aglomeração revela de maneira clara que as taxas são maiores nas áreas mais centrais, sendo mais crítica a situação dos municípios que mantêm níveis de integração alto e muito alto (Gráfico 5). Com efeito, é nesta parte do território metropolitano - parte periférica ao polo - que se observa constante crescimento das taxas de homicídio, o que pode estar revelando que nestas áreas integradas esteja ocorrendo concentração dos efeitos negativos decorrentes da combinação entre a crise dos laços sociais e os processos de segmentação e segregação residencial.

GRÁFICO 5 - TAXAS DE HOMICÍDIOS POR 100 MIL HABITANTES NAS 15 METRÓPOLES SEGUNDO O GRAU DE INTEGRAÇÃO DOS MUNICÍPIOS – 1998- 2002



Fonte: Ministério da Saúde. DATASUS. Tabulação Observatório das Metrôpoles

É importante repetir que a relação entre segregação urbana e a criminalidade violenta deve ser compreendida no quadro de ruptura do sistema de reciprocidade, baseada na mencionada matriz sociocultural híbrida que serviu de amortecedora dos conflitos inerentes ao caráter conservador da nossa modernização. Nas metrôpoles brasileiras, com efeito, experimentam-se, na vida cotidiana, os efeitos da díade contraditória decorrente da aceleração da difusão dos valores igualitários-individualistas (pela escola, pelo mercado, pela política, pela religião), perdendo pouco a pouco legitimidade o lado hierárquico-holista da sociedade, ao mesmo tempo em que a economia, as instituições e o território excluem, desigalam e segregam, com enorme potencial corrosivo da crença de estar toda a população na mesma sociedade, compartilhando o mesmo projeto de futuro. Este descompasso foi perfeitamente percebido por Peralva (2000) ao evidenciar a paradoxal simultaneidade entre os processos de democratização e integração sociocultural e a exacerbação da violência. Ao mesmo tempo, a reconfiguração social das altas classes médias, a construção da percepção coletiva de declínio e perda de prestígio, a difusão da “cultura do medo” (Soares, 1996) criam justificativas para a des-responsabilização social dos “patrões” com relação às trocas de proteção, recursos, benefícios a que eram obrigados como contrapartida da submissão Soares (1996) retira duas consequências destas mudanças em termos de comportamentos prováveis das classes populares com base na leitura desta ordem que, de híbrida, tornou-se dual: de um lado, a passividade decorrente da crença que a pobreza, o desamparo, a precariedade, resultam da incapacidade dos próprios pobres em enfrentar as novas condições sociais; de outro lado, “a hierarquia sem nenhum tipo de mutualidade tradicional é reduzida ou pode ser entendida pela classe baixa, como reduzida à sua estrutura vertical formal” (Soares, 1996:232). Ou seja, a dualidade pode estar sendo interpretada como um incentivo ao individualismo *bobbesiano*, onde o uso da força parece ser o caminho para obter os recursos, os benefícios, a proteção e a honra.

Por outras palavras, nas metrópoles brasileiras enfrenta-se a face mais aguda dos desafios de uma sociedade que consolida a democracia e homogeneiza seus valores e crenças republicanas, mas, ao mesmo tempo, mantém e aumenta as desigualdades sociais.

Neste sentido, o quadro das desigualdades sócio-espaciais das nossas metrópoles não desafia apenas os ideais igualitários, mas também as representações coletivas e a filosofia social necessárias à transformação em sociedade de qualquer agrupamento humano. Sem a crença coletiva compartilhada de que, embora diferentes e até mesmo desiguais, todos pertencem a uma mesma totalidade que nos transcende e estão envolvidos em um mesmo projeto de futuro, desfaz-se a sociedade.

GOVERNANÇA URBANA, CIDADANIA E GESTÃO DAS METRÓPOLES: desafios e urgências

As cidades estão hoje, portanto, no coração dos dilemas da formação social brasileira. Em seu solo estão dramatizados e concentrados os efeitos da disjunção entre nação, economia e sociedade inerentes à sua condição histórica de periferia da expansão capitalista, acelerados pela subordinação à globalização hegemônica pelo capital financeiro.

A aprovação da lei denominada Estatuto da Cidade em 2001 e a criação do Ministério das Cidades em 2003 foi instituído no Brasil um Programa Municipal de Reforma Urbana cujos principais princípios são:

- a) **Gestão democrática e participativa da cidade**, implicando na adoção dos princípios da soberania popular, da descentralização inter e intragovernamental do processo decisório, especialmente no que concerne ao orçamento e à democratização do acesso às informações sobre os problemas urbanos e a ação do governo. A tradução destes princípios na reforma institucional teria como resultado a implantação de uma democracia semi-direta capaz de corrigir os limites e ampliar o sistema da democracia representativa.
- b) **Distribuição da renda urbana na cidade** de maneira a quebrar a dinâmica da espoliação urbana, da qual uma das principais causas é a especulação imobiliária que encarece a terra e a moradia, segrega residencialmente as camadas pobres, cria vazios urbanos e impõe uma ineficiência no uso dos equipamentos e na infraestrutura urbana. Esta distribuição se concretiza com a recuperação pelo poder público de parte da valorização imobiliária, de recursos a serem aplicados na urbanização e regularização fundiária das áreas ocupadas por favelas e loteamentos irregulares e clandestinos, com a criação de constrangimentos legais e fiscais aos proprietários de terrenos vagos e com a democratização do acesso à terra urbana para as camadas mais pobres. Para tanto, é necessário reformar o direito de propriedade, separando-o do direito de construir e, ao mesmo tempo, submetendo-o ao exercício de uma função social.
- c) **Inversão de prioridades na alocação dos recursos públicos**, de maneira a dar ênfase às despesas sociais do poder público social em detrimento àquelas de sustentação da reprodução do capital na cidade.
- d) **Universalização do direito urbano**, isto é, possibilitar o acesso aos serviços e equipamentos coletivos.
- e) **Reconhecimento da cidade real**, através da titulação da posse ilegal e irregular existente na cidade e da urbanização das favelas e seus congêneres nas cidades, ao invés dos clássicos programas de remoção.

As Prefeituras têm à sua disposição um conjunto de instrumentos legais, urbanísticos, fiscal-financeiros necessários à adoção de políticas regulatórias e redistributivas do uso do solo urbano, de controle social dos investimentos urbanos e de democratização da propriedade urbana e do acesso aos serviços e equipamentos de consumo coletivo. Se usados de maneira conveniente, estes instrumentos permitem a realização concreta da palavra de ordem *Direito à Cidade* proposta por H. Lefbvre no início dos anos 70, na sua versão latino-americana. Com efeito, não se trata apenas de se contrapor à cidade da racionalidade industrial-capitalista, mas à cidade da ordem urbana espoliativa nascida, vertente do modelo de desenvolvimento que combinou crescimento e pobreza, ao mesmo tempo em que bloqueou a afirmação de direitos reais de cidadania.

O potencial reformador deste novo marco institucional de gestão das cidades pode ser sintetizado no princípio estabelecido na Constituição Federal segundo o qual a política urbana deve se orientar pela da *função social da cidade e da propriedade*. Os constituintes expressaram neste princípio a demanda por um **direito à cidade**, correspondente aos ideais republicanos de justiça distributiva, proteção social e democracia participativa.

A transformação deste Programa em políticas públicas enfrenta hoje alguns desafios, ao mesmo tempo em que necessita da atualização do seu escopo para dar conta das urgências decorrentes da articulação entre a questão urbana e as tendências à des-coesão social. Quais são os desafios?

Retomamos aqui a reflexão que fizemos em anterior trabalho (Ribeiro, 2004b) sobre as conexões entre as tendências de des-coesão social presentes em nossas grandes cidades e os impasses para a consolidação da cidadania. O ponto essencial pode ser assim formulado:

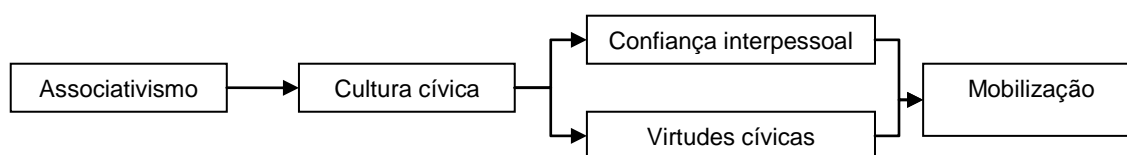
Como criar um projeto de desenvolvimento para as nossas cidades que responda ao que parece ser o imperativo da competitividade e aos novos requerimentos da economia de aglomeração que demandam cooperação entre atores do mercado, da sociedade e o poder público, nesse quadro de segmentação social e fragmentação social, territorial e institucional?

Responder a essa pergunta implica avaliar os impactos das transformações descritas anteriormente sobre o sistema de atores da cidade, no quadro da crise social produzida pelo esgotamento do modelo desenvolvimentista prevalecente desde os anos 1950. Formular a questão nesses termos impõe partir de uma visão mais ampla sobre a *problemática da governabilidade urbana* do que a forma pela qual ela vem sendo formulada pelo senso comum técnico, pois centrada apenas nos problemas da engenharia institucional ou na concepção utilitarista da ação coletiva. A eficácia das políticas públicas depende da capacidade da sociedade brasileira em construir um sentido de comunidade política nas cidades capaz de fundamentar e legitimar o necessário consenso à instauração de uma autoridade pública sobre os territórios urbanos. O maior desafio neste sentido é o de superar os limites decorrentes de *cidades escassa*¹⁷, cuja característica essencial é a existência de *urbes* sem

¹⁷ O termo *cidade escassa* foi uma bela invenção metafórica da cientista política Carvalho (2000) para descrever os mecanismos pelos quais no Rio de Janeiro não desenvolveu uma cultura política que favorecesse a consolidação de um padrão de relações sociais entre poder público e as camadas populares geradores da ética necessária à constituição da cidade como uma comunidade política. É claro que o sentido deste termo é o referente à concepção de Tocqueville e Weber, o que implica em pensar a cidade atravessada ao mesmo tempo por diversidades, conflitos e disputas de interesses e projetos políticos, mas também constituída por uma cultura e de mecanismos capaz de articular a satisfação dos interesses privados com interesses gerais.

instituições e práticas que incorporem ampla e igualmente o conjunto dos cidadãos nas dimensões *civitas* e *polis* do fenômeno urbano. A inexistência destas condições faz com que vigore na cidade uma ética que orienta e legitima o comportamento social fundada na atitude privatista e na busca da realização privada dos interesses privados, seja nas interações entre grupos, indivíduos e grupos e entre estes e o poder público. As relações sociais e a sociabilidade são banhadas por valores da ética *hobbesiana* que valida o comportamento predatório e belicoso, o que significa dizer relações de dominação, relações de puro poder. Esta cultura política valida os comportamentos daqueles poderosos que controlam os circuitos da contravenção e do crime. Por outro lado, a cultura cívico-política da *cidade escassa* implica na manutenção da inação daqueles que não têm recursos para o exercício do poder, através de mecanismos e condições que reproduzem relações de hierarquia e patronagem que integram de maneira subordinada e seletiva aqueles que estão à margem da cidade escassa. Tais relações são necessárias na medida em que os marginalizados da cidade, sendo portadores de direitos políticos formais, são chamados a validar um sistema representativo sem capacidade de universalizar os interesses particulares. Através da hierarquia e da patronagem, os marginalizados participam na política sem autonomia para explicitarem o conflito com os donos do poder urbano e, ao mesmo tempo, fragmentados pela competição que estabelecem para terem reconhecidas suas necessidades e as demandas atendidas. Portanto, fecha-se o circuito: os que estão fora da cidade devem também usar de relações de poder entre eles para competirem pela acumulação de maior quantidade de recursos que lhes permitam maximizar a sua entrada na cidade. O *hobbesianismo* ocorre, portanto, entre os donos do poder, entre estes e os que estão fora e entre estes. O resultado mais geral da cidade escassa pode ser identificado em dois aspectos: de um lado, a fragmentação do tecido social onde estão os marginalizados em mundos sociais justapostos, em grupos e famílias, crescentemente antagônicos; de outro lado, na inexistência de uma visão universalizada da ordem social, prevalece na cidade escassa o permanente divórcio entre sociedade civil e sociedade política.

Esta reflexão permite-nos interpretar parte dos resultados do *survey* realizado pelo Observatório sobre o impacto do meio metropolitano na cultura política¹⁸. Nela não identificamos o encadeamento lógico entre associativismo, cultura cívica, traduzida em virtudes cívicas (direitos do bom cidadão) e em confiança interpessoal e mobilização política, sintetizado no esquema abaixo.



Tais condições implicam na existência a prevalência na cidade de uma visão universalista da ordem social que pressupõe a separação das esferas pública e privada.

¹⁸ Trata-se de um projeto realizado pelo Observatório das Metrôpoles em articulação com a rede do *International Social Survey Program - ISSP*, através de uma parceria com o Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro – IUPERJ e com o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Além de uma robusta bateria de 60 indicadores sócio-demográficos, esse questionário internacional compõe-se de 60 perguntas - mais 4 optativas sobre a exposição aos *media* informativos - que incidem sobre as seguintes temáticas: deveres do “bom cidadão”; direitos de cidadania; confiança social; interesse, compreensão, eficácia e confiança políticas; participação em associações; mobilização cívico-política; avaliação da democracia e da administração pública; tolerância; cidadania global etc.

Esta constatação é importante, sobretudo se levarmos em consideração as formulações de Putnam (1993) sobre a importância na cultura cívico-política na constituição de fundamentos institucionais do engajamento dos indivíduos na arena política. Nas cidades brasileiras, a distribuição dos recursos políticos desigualdades distribuídos na estrutura social e espacial. Em outro estudo realizado pelo Observatório das Metrôpoles sobre o associativismo nas áreas metropolitanas, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra à Domicílio de 1988 e da Pesquisa Mensal de Emprego de 1996 realizadas pelo IBGE, encontramos escassa evidência do que Putnam (1993) chamou de capital social, ou seja, uma experiência histórica acumulada na forma de regras consolidadas de reciprocidade e sistema de participação cívica. Com efeito, analisando as informações sobre a filiação/associação das pessoas maiores de 18 anos às entidades civis a sindicatos, associações profissionais, associações esportivas e culturais, associações religiosas, associações de bairro e órgãos comunitários em geral, verificou-se que nas 6 principais metrôpoles brasileiras, de um universo de 22,5 milhões de pessoas de 18 anos ou mais de idade, apenas 27% tinham vínculo com algum tipo de organização associativa¹⁹. Tendo-se como referência as organizações sindicais, que ostentam os maiores índices de filiação/associação, percebe-se claramente que as camadas sociais mais organizadas, em todas as regiões metropolitanas, são as que têm maior escolaridade e maior renda, o que traduz o poder social das classes médias na sociedade urbana brasileira²⁰.

Neste quadro de desigualdades de recursos políticos, a segregação sócio-espacial tem assumido o papel de reprodução das desigualdades no que concerne à distribuição do poder social na sociedade, entendido este como a capacidade diferenciada dos grupos e classes em desencadear ações que lhes permitam disputar os recursos urbanos. A auto-segregação das altas classes médias – que, como foi mencionado, controlam o poder social na cidade brasileira –, seja pelo esvaziamento demográfico das áreas onde elas já estão densamente presentes, seja pelo recurso da recriação do sistema de cidadela, aprofundará a fragmentação metropolitana, separando os espaços em que se concentram os poderosos, vitoriosos da globalização, produzindo territórios do autogoverno e modelos neo-corporativos de governança urbana. Assim é que em várias metrôpoles constata-se a emergência de formas de gestão e estilos de políticas públicas onde os interesses do empresariado imobiliário, concessionários de serviços urbanos e moradores de alta classe média se articulam para decidir sobre as ações do poder público. Isto tem dado nascimento a um “urbanismo de proximidade” e um “modelo contratualista” de intervenção pública. Criam-se territórios onde prevalece uma espécie de *hipervidadania*, na medida em que a ideologia participacionista é apropriada para realizar uma concepção de política urbana neo-corporativa em uma cidade onde a esfera pública é escassa. Por isso mesmo, os bairros populares, as favelas e as periferias pobres são abandonados às práticas renovadas do clientelismo, de que é exemplo a difusão do assistencialismo privado praticado pelos políticos locais. Quando são incorporados pelas políticas públicas, são tratados como problemas isolados sem a consideração da totalidade da cidade. Em muitas Prefeituras encontramos, por exemplo, programas de urbanização de favelas, mas não total inexistência de políticas de provisão de moradia e muito menos políticas urbanas regulatórias do uso e ocupação do solo urbano.

¹⁹ Rio de Janeiro (24%), São Paulo (29%), Belo Horizonte (25%), Recife (24%) e Salvador (22%).

²⁰ Para maiores informações ver Santos Junior, Ribeiro e Azevedo, 2004.

PRODUÇÃO ACADÊMICA DOS NÚCLEOS

Linha I – Metropolização, dinâmicas intrametropolitanas e o Território Nacional

1.1. Dinâmica Intrametropolitana

Resultados e Produtos dos Núcleos da Rede Observatório das Metrôpoles:

- **RM Belo Horizonte**

- a) Publicação do artigo Dinâmica e crescimento demográfico da RMBH – 1960-2000 no livro Metrôpole - território, sociedade e política: o caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Nome dos organizadores: Luciana Teixeira de Andrade, Jupira Gomes de Mendonça, Carlos Aurélio Pimenta de Faria). Ano: 2008. Nome dos autores: André Junqueira Caetano, José Irineu Rangel Rigotti (ver publicações).
- b) Produção de quatro monografias de iniciação científica sobre o tema (ver anexo).
- c) Produção de quatro dissertações de mestrado sobre o tema (ver anexo)
- d) Apresentação do trabalho Movimentos migratórios para o estado da Bahia: efeitos diretos e indiretos da migração de retorno no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Ano: 2008. Nome dos autores: Cláudia Cristina Rios Caxias da Costa, José Irineu Rangel Rigotti. (ver publicações).

- **RM Curitiba**

- a) Análise de o Movimento Pendular do Estado do Paraná: movimentos internacionais, interestaduais e intra-estaduais; análise particularizada dos movimentos segundo as mesorregiões geográficas do Estado do Paraná. Relatório completo divulgado na Rede em abril de 2007; síntese apresentada e debatida no Seminário Regional “Território, Coesão Social e Governança Democrática”. Regiões Metropolitanas de Curitiba e Maringá, em Curitiba, maio de 2007; e no Encontro do GT de Migrações da ABEP, Campinas, outubro de 2007.
- b) Análise do preliminar do movimento pendular nos municípios dos estados da Região Sul, no âmbito da análise da rede urbana sulina - resultados apresentados e debatidos no X Simpósio de Geografia Urbana, promovido pela UFSC, em Florianópolis, em novembro de 2007.
- c) Análise dos fluxos pendulares intrametropolitanos e dos fluxos migratórios internacionais do Estado de Santa Catarina - resultados foram apresentados em março de 2008, no evento “Desigualdades urbanas e populacionais e territorialidades em rede”, em promoção pela UFMG.
- d) Cruzamento das informações do movimento pendular com outros indicadores sociais e demográficos, criando um perfil do morador em trânsito: foram feitos cruzamentos com informações referentes à renda e ocupação das pessoas; a pesquisa evoluiu para uma análise mais pormenorizada do caso movimentos pendulares no município de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba.
- e) O debate sobre a dimensão escalar aberto pela pesquisa necessita ser prosseguido, também buscando possibilidades comparativas. Durante a pesquisa, foram feitos importantes intercâmbios com pesquisadores da Universidad del Litoral (Santa Fé, Argentina), que atuam em grupo de pesquisa sobre o tema. Pretende-se também aprofundar o estudo de caso em Colombo com o objetivo de verificar a organização deste fluxo pendular. Através da abordagem metodológica das redes sociais, pretende-se verificar a distribuição espacial dos trabalhadores pendulares em Curitiba, suas táticas de

inserção no mercado de trabalho, e, construir uma tipologia histórica da mobilidade espacial e social destes trabalhadores pendulares.

f) produção de 3 monografias de graduação sobre o tema (ver anexo)

g) Produção do artigo Quantificação e mapeamento dos movimentos pendulares dos municípios do Estado do Paraná, 2000, publicado na revista Primeira Versão, Ipardes. Ano: 2008. Nome dos autores: Marley Deschamps, Anael Cintra, Paulo Delgado, Rosa Moura.

h) Produção do artigo Movimento Pendular para trabalho na região metropolitana de Curitiba: uma análise das características de quem sai e quem fica, apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais - Caxambu. Ano: 2008. Nome dos autores: Marley Deschamps, Anael Cintra

i) Produção do artigo Redes e fronteiras: o caso da migração de sul-catarinenses para os EUA, publicado no livro A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço (organizadores: Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luísa Zeferino Pires, Vanda Ueda). Ano: 2008. Nome da autora: Gislene Santos (ver publicações).

- **RM Maringá**

a) O projeto permitiu, a partir da classificação da Região Metropolitana de Maringá (RMM) como aglomerado não-metropolitano, a realização de uma pesquisa mostrando que a centralidade da cidade polo é preponderante na dinâmica local. Uma das variáveis demonstrativas disto se expressa pelo movimento de estudantes em busca de serviços de Ensino Superior no polo metropolitano. Outra variável importante se refere ao movimento pendular com o objetivo de acesso ao mercado de trabalho em Maringá, que atrai cerca de 50% da população acima de 17 anos dos 02 municípios com alto grau de integração com o polo. Os desdobramentos mais importantes do projeto se referem ao aprofundamento do movimento pendular metropolitano. Este tema será objeto de estudos de caso e subsidiará a elaboração de políticas de transporte integrado no âmbito metropolitano que a Coordenadoria da Região Metropolitana de Maringá está implementando.

b) Produção do trabalho Condomínios Fechados e/ou Pseudocondomínios Horizontais na RM de Maringá, apresentado no III Seminário Nacional do Observatório das Metrôpoles. Ano: 2008. Nome dos autores: VERCEZI, J. T., MENDES, C. M., TÖWS, R. L.

c) Produção do livro Retratos da Região Metropolitana de Maringá: subsídios para a elaboração de políticas públicas participativas. Ano: 2008. Organizadoras: Ana Lúcia Rodrigues e Celene Tonella. Ano: 2008. (ver publicações).

d) Produção do relatório de pesquisa O PERFIL DO USUÁRIO DE TRANSPORTE COLETIVO EM MARINGÁ, SARANDI E PAIÇANDU. Ano: 2006 Nome dos autores: Ana Lúcia Rodrigues.

e) Produção de cinco monografias sobre o tema (ver anexo).

- **RM Natal**

a) a análise indica que o espaço metropolitano de Natal apresenta disparidades consideráveis com relação aos indicadores intrametropolitanos, em especial aqueles que se inserem no âmbito da cultura, da educação e da saúde, ficando evidente o fenômeno da macrocefalia. Ou seja, há uma total dependência dos municípios metropolitanos em relação ao Natal, além do que há uma desigualdade socioespacial de grande monta entre a realidade da cidade do Natal e os demais municípios metropolitanos.

b) A análise sobre o setor terciário na região metropolitana de Natal apontou para as

seguintes conclusões: (i) o intenso processo de expansão do terciário na região metropolitana de Natal. No entanto, esse crescimento não ocorre de forma homogênea, de modo que é perceptível um amplo dinamismo desse setor na Cidade do Natal e Parnamirim, com menor intensidade em Extremoz, ficando os demais municípios com um terciário marcado pelo serviço público administrativo; (ii) A atividade turística tem sido de muita importância na expansão do terciário na região metropolitana. No entanto, deve ser ressaltado que essa atividade contribui de forma significativa para o crescimento do setor informal, principalmente nas áreas de praia tanto em Natal como nos demais municípios; (iii) é notório o crescimento do terciário atrelado ao varejo moderno, tendo sido o Hiper Bompreço o ponto de partida para essa realidade; (iv) O terciário em Natal tem se expandido, principalmente nas Vias Expressas de Circulação sendo estas constituída pelas principais avenidas da cidade, que possibilitam a integração Norte sul, leste oeste; (v) Ainda destacamos a expansão do terciário na Zona Norte de Natal, em especial os grandes empreendimentos do varejo moderno, que vem se expandindo nessa direção, dando uma outra dimensão ao terciário.

c) Produção do relatório de pesquisa Desigualdades Socioespaciais no RN. Ano: 2008. Nome dos autores: Rita de Cássia da Conceição Gomes, Maria do Livramento Miranda Clementino, Valdenildo Pedro da Silva e Anieres Barbosa da Silva.

d) Apresentação do trabalho Dinâmica e organização do espaço metropolitano de Natal: uma leitura a partir do terciário no IX Colóquio Internacional de Geocrítica, realizado em Porto Alegre RS. Ano: 2007. Nome dos autores: Rita de Cássia da Conceição Gomes; Anieres Barbosa da Silva.

e) Produção da dissertação de mestrado A relação urbano rural no contexto da metrópole: um enfoque nos assentamentos rurais da RM Natal. Ano: 2008. Nome do autor: Rosa Maria Rodrigues Lopes. Instituição: UFRN. Área de conhecimento: Geografia (ver anexo).

f) Produção do artigo Dinâmica e organização do espaço metropolitano de Natal: uma leitura a partir do setor terciário, publicado na Revista Scripta Nova. Ano: 2007. Nome dos autores: Rita de Cássia da Conceição Gomes, Anieres Barbosa da Silva (ver publicações).

g) Produção do relatório O terciário na RM NATAL_relatório sintético Ano: 2008. Nome dos autores: Rita de Cássia da Conceição Gomes, Anieres Barbosa da Silva.

h) Apresentação do trabalho Dinâmica organização do espaço metropolitano de Natal: uma leitura a partir do setor terciário no IX Colóquio Internacional de Geocrítica, realizado em Porto Alegre. Ano: 2007. Nome dos autores: Rita de Cássia da Conceição Gomes, Anieres Barbosa da Silva.

i) Produção da dissertação de mestrado Setor informal da economia ea dinâmica dos territórios nas praias da cidade do Natal/RN. Ano: 2008. Nome do autor: Gilberto Oliveira Fernandes. Instituição: UFRN. Área de conhecimento: Geografia (ver anexo)

• RM Porto Alegre

a) A análise indica que a mobilidade pendular no Estado do Rio Grande do Sul (RS) é elevada se considerarmos as demais unidades da federação, constituindo-se, sobretudo, em uma questão importante no contexto das relações de troca tanto entre as aglomerações urbanas como no seu interior. Os fluxos do RS para fora de seu território não são muito significativos, aumentando, no entanto, de relevo quando originados nas aglomerações do Sul e do Litoral Norte. Já o conjunto dos municípios localizados fora das aglomerações se destacou por enviar população para estudar e/ou trabalhar não só em outros estados, como em outros países, sendo que o Uruguai aparece como o destino mais procurado. A

situação de fronteira certamente favorece esses últimos deslocamentos. Dentre as unidades da federação Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro são as direções mais frequentes, sendo interessante salientar a polaridade de São Paulo que, mesmo mais distante, atraiu volume maior de gaúchos do que o Paraná. A grande maioria dos fluxos, porém, tem caráter intra-estadual, sendo que a Região Metropolitana de Porto Alegre é o destino majoritário para os movimentos pendulares no RS. Considerando os aglomerados, os movimentos internos são sempre predominantes.

b) Em relação à atratividade no nível municipal, Porto Alegre desponta como grande força centrípeta para a pendularidade no Estado, com um saldo positivo entre entradas e saídas muito superior ao dos outros municípios. Além da capital, integram a classificação dos maiores saldos, Novo Hamburgo, município da RMPA, que se constitui em polo para as localidades ao norte da região; Pelotas e Caxias do Sul, cidades mais importantes das aglomerações do nordeste e do sul; Triunfo sede do polo petroquímico do estado e Igrejinha, que faz parte do complexo coureiro-calçadista instalado no norte da RMPA; Santa Maria, Passo Fundo, Ijuí e Erechim, centros médios importantes do Estado; Santa Cruz do Sul e Lajeado, que fazem parte do conjunto que estamos chamando de perimetropolitano; e por fim Gramado, cidade da serra gaúcha que, por seus atrativos naturais, se desenvolveu como ponto turístico importante. Na origem dos fluxos para trabalho e estudo, encontramos municípios localizados fundamentalmente na RMPA. São configurações bastante diferenciadas que vão desde tradicionais “dormitórios”, e esta é a situação de Viamão e Alvorada que tiveram os maiores saldos negativos, até municípios com dinamismo econômico como Gravataí, que é sede do complexo automotivo da GM, e Canoas, cujo PIB está entre os maiores do Estado. Os resultados sobre o perfil demográfico dos que estão em situação de mobilidade são os esperados, predomínio da população em idade ativa e dos homens.

c) Com relação à estrutura ocupacional constatamos que as categorias médias, se tomadas em conjunto, são os principais sujeitos na mobilidade pendular no RS. Na RMPA, além das camadas médias, os trabalhadores da indústria, especialmente do segmento moderno e trabalhadores do terciário não especializado, prestadores de serviços e empregados domésticos, apresentam as maiores taxas de mobilidade. Já na Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e na do Sul (AUSul) o diferencial é a mobilidade elevada das elites. Em termos de volumes esses movimentos envolveram principalmente camadas operárias e populares e segmentos das categorias médias. A RMPA concentrou esses movimentos, sobretudo os de entrada, ficando com o maior saldo das trocas. A AUNE aparece também com resultado positivo, porém bem inferior. Já nas demais aglomerações os saldos da pendularidade foram negativos, apontando a centralidade do aglomerado metropolitano no RS.

d) Os saldos da mobilidade pendular nos polos regionais apontam que a atratividade da capital do Estado e polo metropolitano é incomparável com a dos demais núcleos. As categorias ocupacionais envolvidas são em geral operárias e populares, à exceção dos trabalhadores de escritório, que, embora fazendo parte das camadas médias, constituem um conjunto “tradicional” de ocupações que se encontram em mudança tendo em vista a modernização e informatização dos processos de trabalho que afetam esse segmento. Sobre a mobilidade para fora do Estado ressalta o perfil mais elitizado dos trabalhadores que se deslocam para São Paulo e a influência da situação de fronteira no caso do Uruguai: o perfil dos trabalhadores reflete, sobretudo, as situações das fronteiras urbanas, onde o comércio é a principal atividade, e das fronteiras rurais, onde as articulações envolvidas na produção agrícola, muitas vezes extravasam os limites entre os países.

e) Entre as principais conclusões da análise, destacam-se:

(i) A mobilidade pendular no Estado do Rio Grande do Sul (RS) é elevada se

considerarmos as demais unidades da federação, constituindo-se, sobretudo, em uma questão importante no contexto das relações de troca tanto entre as aglomerações urbanas como no seu interior. Os fluxos do RS para fora de seu território não são muito significativos, aumentando, no entanto, de relevo quando originados nas aglomerações do Sul e do Litoral Norte. Já o conjunto dos municípios localizados fora das aglomerações se destacou por enviar população para estudar e/ou trabalhar não só em outros estados, como em outros países, sendo que o Uruguai aparece como o destino mais procurado. A situação de fronteira certamente favorece esses últimos deslocamentos. Dentre as unidades da federação Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro são as direções mais frequentes, sendo interessante salientar a polaridade de São Paulo que, mesmo mais distante, atraiu volume maior de gaúchos do que o Paraná.

(ii) A grande maioria dos fluxos, porém, tem caráter intra-estadual, sendo que a Região Metropolitana de Porto Alegre é o destino majoritário para os movimentos pendulares no RS. Considerando os aglomerados, os movimentos internos são sempre predominantes.

Em relação à atratividade no nível municipal, Porto Alegre desponta como grande força centrípeta para a pendularidade no Estado, com um saldo positivo entre entradas e saídas muito superior ao dos outros municípios. Além da capital, integram a classificação dos maiores saldos, Novo Hamburgo, município da RMPA, que se constitui em polo para as localidades ao norte da região; Pelotas e Caxias do Sul, cidades mais importantes das aglomerações do nordeste e do sul; Triunfo sede do polo petroquímico do estado e Igrejinha, que faz parte do complexo coureiro-calçadista instalado no norte da RMPA; Santa Maria, Passo Fundo, Ijuí e Erechim, centros médios importantes do Estado; Santa Cruz do Sul e Lajeado, que fazem parte do conjunto que estamos chamando de perimetropolitano; e por fim Gramado, cidade da serra gaúcha que, por seus atrativos naturais, se desenvolveu como ponto turístico importante.

(iii) Na origem dos fluxos para trabalho e estudo, encontramos municípios localizados fundamentalmente na RMPA. São configurações bastante diferenciadas que vão desde tradicionais “dormitórios”, e esta é a situação de Viamão e Alvorada que tiveram os maiores saldos negativos, até municípios com dinamismo econômico como Gravataí, que é sede do complexo automotivo da GM, e Canoas, cujo PIB está entre os maiores do Estado.

(iv) Os resultados sobre o perfil demográfico dos que estão em situação de mobilidade são os esperados, predomínio da população em idade ativa e dos homens.

Com relação à estrutura ocupacional constatamos que as categorias médias, se tomadas em conjunto, são os principais sujeitos na mobilidade pendular no RS. Na RMPA, além das camadas médias, os trabalhadores da indústria, especialmente do segmento moderno e trabalhadores do terciário não especializado, prestadores de serviços e empregados domésticos, apresentam as maiores taxas de mobilidade. Já na Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE) e na do Sul (AUSul) o diferencial é a mobilidade elevada das elites.

(v) Em termos de volumes esses movimentos envolveram principalmente camadas operárias e populares e segmentos das categorias médias. A RMPA concentrou esses movimentos, sobretudo os de entrada, ficando com o maior saldo das trocas. A AUNE aparece também com resultado positivo, porém bem inferior. Já nas demais aglomerações os saldos da pendularidade foram negativos, apontando a centralidade do aglomerado metropolitano no RS.

(vi) Os saldos da mobilidade pendular nos polos regionais apontam que a atratividade da capital do Estado e polo metropolitano é incomparável com a dos demais núcleos. As categorias ocupacionais envolvidas são em geral operárias e populares, à exceção dos trabalhadores de escritório, que, embora fazendo parte das camadas médias, constituem um conjunto “tradicional” de ocupações que se encontram em mudança tendo em vista a

modernização e informatização dos processos de trabalho que afetam esse segmento. Sobre a mobilidade para fora do Estado ressalta o perfil mais elitizado dos trabalhadores que se deslocam para São Paulo e a influência da situação de fronteira no caso do Uruguai: o perfil dos trabalhadores reflete, sobretudo, as situações das fronteiras urbanas, onde o comércio é a principal atividade, e das fronteiras rurais, onde as articulações envolvidas na produção agrícola, muitas vezes extravasam os limites entre os países.

Resultados e Produtos:

- a) Produção do artigo Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Coredes, publicado na revista Ensaios FEE. Ano: 2005. Nome dos autores: Maria de Lourdes Jardim, Tanya M. de Barcellos (ver publicações)
- b) Produção do artigo Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas, publicado no livro Território, Economia e Sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre, (organizadores: José Antonio Fialho Alonso, Rosetta Mammarella, Tanya M. de Barcellos). Ano: 2009. Nome dos autores: Tanya M. de Barcellos, Maria de Lourdes Jardim (ver publicações).
- c) Apresentação do trabalho Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas, no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu. Ano: 2008. Nome dos autores: Tanya M. de Barcellos, Maria de Lourdes Jardim.
- d) Apresentação do trabalho Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos regionais de Desenvolvimento Coredes), no Ano: 2005 IV Encontro Nacional Sobre Migrações, GT Migração, Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), realizado no Rio de Janeiro. Nome dos autores: Maria de Lourdes Jardim, Tanya M. de Barcellos.

• RM Recife

- a) Foi realizada a análise do grau da integração dos municípios da RM Recife, a dinâmica da aglomeração e o mapeamento dos fluxos do movimento pendular intrametropolitano. Pôde-se verificar que há uma estreita relação entre a mobilidade para o estudo ou trabalho e as taxas geométricas de crescimento. A mobilidade para o estudo e trabalho ocorre principalmente em direção ao polo metropolitano (Recife 75%); os fluxos para os municípios de) Olinda e Jaboatão (municípios com alto nível de integração) são posteriormente os mais significativos (7,5% e 5,5%). Na escala intra-metropolitana destacaram-se, ainda, o forte incremento populacional que recebeu a região de Miribeca (11,46% a.a.) e o entorno da Lagoa Olho d'água (7,92% a.a.) em Jaboatão dos Guararapes e o Centro de Camaragibe (7,31%.aa.). O crescimento nessas regiões está relacionado ao processo de periferização metropolitano incrementado por ocupações informais e conjuntos habitacionais. É importante observar o forte incremento que acontece nas regiões do litoral de Paulista ao Norte, Guabiraba e Dois Irmãos no Recife e litoral de Ipojuca ao Sul. Essas regiões tradicionalmente ocupadas por segunda residência registram um incremento médio superior 5.0% ao ano. O que significa uma importante transformação de segunda em primeira residência. A região de Aldeia apresenta uma taxa de crescimento mais instável, menor que 2% ao ano.
- b) Entre os desdobramentos possíveis observa-se a atualização dos estudos a partir do Censo demográfico de 2010, que deve colocar a possibilidade de análise comparativa sobre o tema da mobilidade para o trabalho e estudo, uma vez que esta variável não consta nas bases censitárias anteriores a 2000.
- c) A partir dessa análise, foi elaborado o projeto de estudo Produção do Espaço Intra-Metropolitano rural-urbano: o caso da RM do Recife. O Projeto visou analisar os

processos de produção do espaço em áreas de transição rural-urbanas metropolitanas considerando que as relações rural/urbano como problemática relevante para o Planejamento Urbano, seja nos aspectos socioeconômicos, seja nos aspectos físico-territoriais. Não há ainda um conjunto de referências conceituais e técnicas de suporte ao planejamento que enfrentem os processos socioespaciais nas áreas de transição rural-urbana no Brasil. Nessas áreas emergem questões que requerem novas ferramentas para sua compreensão. Existem poucos descritores organizados para apoiar os estudos e a caracterização das áreas de transição rural-urbana, assim como poucos indicadores, parâmetros e instrumentos de planejamento, regulação e gestão. Até mesmo as competências federativas são pouco claras levando em conta as características dessas áreas. O Estudo ofereceu elementos para a discussão sobre os processos espaciais e as possibilidades de planejamento em áreas de transição rural-urbana situadas nas aglomerações metropolitanas, considerando: i) a diversidade de processos espaciais; ii) as informações e metodologias disponíveis para caracterizar tais processos; iii) o arcabouço institucional e regulador disponível. Para observar as essas questões, trabalhou-se com as áreas de transição rural-urbana da Região Metropolitana do Recife (RM Recife) enquanto área objeto de estudo. Essa região esboça fortes conflitos de urbanização nas zonas rurais que mantêm a agroindústria canavieira como significativo ativo econômico. Tal situação permitirá a observação de especificidades, de forma que possam ter aplicabilidade em outras realidades para garantir uma visão mais estruturadora das áreas de transição rural-urbana.

Resultados e produtos:

(i) Produção do artigo SULANCAXMUAMBA: rede social que alimenta a migração de retorno publicado na revista São Paulo em Perspectiva - Movimentos Migratórios nas Metrôpoles. Ano: 2005. Nome dos autores: LYRA, M. R. S. B (ver publicações).

(ii) Produção do relatório FLUXO MIGRATÓRIO PARA A REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE NO PERÍODO 1990-2000. Ano: 2008. Nome dos autores: Maria Rejane Souza Brito.

(iii) Apresentação do trabalho O Regional e o Metropolitano: desafios do Desenvolvimento Nacional no IX Simpósio Nacional de geografia Urbana. Ano: 2005. Nome dos autores: Lívia Miranda.

(iv) Produção da tese de doutorado Planejamento e Produção do Espaço em áreas de Transição Rural-urbana: O caso da RM Recife. Ano: 2008. Nome do autor: Lívia Miranda. Instituição: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da RM Recife Área de conhecimento: Planejamento Urbano, Metropolização, Produção do Espaço (ver anexo).

• RM Rio de Janeiro

a) A equipe do RJ desenvolveu uma linha de investigação sobre a organização econômica dos espaços metropolitanos, com duas escalas de análise: (1) uma análise nacional das tendências em curso nas metrópoles brasileiras e (2) uma análise local da estrutura produtiva na periferia metropolitana do Rio de Janeiro.

b) Os resultados do estudo sobre a estrutura produtiva dos municípios periféricos na metrópole do Rio de Janeiro apontam dinâmicas diferenciadas entre municípios de uma mesma região, demandando uma análise sobre as especificidades de cada poder local e dos pactos políticos que direcionam as atividades econômicas.

Resultados e Produtos:

a) Produção do relatório: Diagnóstico econômico dos municípios da Baixada Fluminense. Ano: 2008. Nome dos autores: Gabriel Strautman, Luciana Corrêa do Lago.

b) Apresentação do trabalho Tendências da Organização Econômica Dos Espaços

Metropolitanos, na XIV Semana de Planejamento Urbano e Regional, realizado no Rio de Janeiro. Ano: 2008. Nome dos autores: Luiz César de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro.

c) Apresentação do trabalho Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais, no III Seminário Nacional Observatório das Metrôpoles, realizado no Rio de Janeiro. Ano: 2008. Nome dos autores: Luiz César de Queiroz Ribeiro, Marcelo Gomes Ribeiro.

1.2. O Metropolitano e Não-Metropolitano no Território Nacional

Atividades realizadas:

Entre as principais atividades desenvolvidas, destacam-se:

- Atualização do debate sobre território e o desenvolvimento regional na era da globalização;
- Atualização do debate acerca da diversidade urbana brasileira: principais implicações;
- Atualização do debate sobre Brasil: regionalizações e políticas públicas;
- Produção de Banco de dados (primeira etapa) revisado e corrigido a partir do produto - Projeto: Bra/04/022 - Sistema Nacional de Informações das Cidades. Recife: UFPE / Observatório PE, FASE / Ministério das Cidades, 2005;
- Banco de dados (segunda etapa) sistematizado com a inserção de dados do REGIC, PNDR, TC-MI entre outros;
- Preparação de base Cartográfica - Malha Municipal do Brasil e Georreferenciamento da base de dados;
- Produção de mapas temáticos.

Partindo-se da pesquisa Classificação/tipologia das Cidades Brasileiras, (2005) onde foram apresentados 19 tipos de cidades no Brasil, buscou-se oferecer elementos para subsidiar a reflexão: Como a Política Nacional e Desenvolvimento Urbano poderia reduzir as disparidades regionais, considerando a grande diversidade do urbano brasileiro? Observou-se que:

a) Metrôpoles do Norte e Nordeste apresentam diferenças expressivas em relação as do Centro-Sul.

b) A Política urbana ainda não conseguiu enfrentar a diversidade: de um lado a concentração das áreas metropolitanas, justificando uma política metropolitana. Mas do outro lado, não tem enfrentado o isolamento de algumas sedes.

c) A desarticulação entre a promoção das políticas urbano-regional (quem trabalha cidade não discute o território, quem discute o território não debate as cidades);

d) A análise das diferentes regionalizações do território nacional para definição de políticas mostrou que: (i) I. As iniciativas que pouco dialogam: algumas partem do território outras das cidades; (ii) Um Brasil rural/urbano disperso (agronegócio e « grotões ») e um Brasil urbano com grandes concentrações metropolitanas e forte densidade da malha urbana; III. Territorialidades político-administrativas (estados e municípios) da federação vs escalas de diagnóstico e escalas operacionais – um dilema comum para todos.

e) Entende-se que a diversidade dos municípios brasileiros, em um contexto crescente de implementação das políticas nacionais de desenvolvimento territorial, não pode prescindir de uma constante atenção à dimensão regional e à perspectiva de integração dos territórios

municipais. Assim, mostra-se relevante dar continuidade aos estudos a partir de (i) um aprofundamento da reflexão sobre a retomada das políticas de planejamento territorial, tendo como mote a diversidade dos municípios brasileiros, justificada pela importância do diálogo entre o urbano/regional e o regional/urbano, evidenciado pelos trabalhos acadêmicos e pelas próprias políticas; (ii) a atualização da Tipologia das Cidades, para analisar a diversidade em movimento, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2005); informações do IBGE (2008 e 2010); e dados da educação (implantação de novos CEFETs e IFES). Movimentos demográficos e populacionais (Censo de 2010); estudo do IBGE – Regiões de Influência das Cidades (REGIC) a ser divulgado em breve; (iii) a discussão acerca da relação entre a diversidade evidenciada na Tipologia das Cidades e as Políticas Territoriais dos diferentes Ministérios (MIN/PROMESO, CASA CIVIL/TERRITÓRIOS DA CIDADANIA, MICidades/PLANAHB), com o objetivo de analisar e acompanhar a relação entre o urbano e o regional, a partir das políticas de desenvolvimento em base territorial, verificando se há ou não o diálogo com a diversidade apresentada pela tipologia, destacando a importância da tipologia para um olhar sobre os territórios; (iv) dialogar com o Estudo do CEDEPLAR (proposta para um Brasil Policêntrico) sobre as possibilidades de refinamento escalar, apontando outros níveis de atuação estatal.

Resultados e produtos:

- a) Produção do relatório Uma classificação - Tipologia para as Cidades Brasileiras, 2008. Ano: 2008. Nome dos autores: Ana Cristina Fernandes, Jan Bitoun, Tânia Bacelar, Livia Miranda, Anselmo Cesar.
- b) Produção do relatório: Sistema nacional de Informações das Cidades: Classificação/tipologia das Cidades Brasileiras (Relatório da atividade 5.1). Ano: 2005. Nome dos autores: Ana Cristina Fernandes, Tania Bacelar de Araújo, Livia Miranda, Jan Bitoun, Angela Souza.
- c) Produção do livro As Novas Tipologias das Cidades Brasileiras (2008). Ano: 2009. Nome dos autores: Jan Bitoun, Tânia Bacelar, Livia Miranda, Ana Cristina Fernandes. Editora: Fase/Observatório das Metrópoles (ver publicações).
- d) Produção de banco de dados: Classificação/Tipologia das Cidades Brasileiras. Fonte: Fase, Observatório das Metrópoles, UFPE. Data de Referência: 2005. Tamanho: População Brasil. Unidade do banco: pessoas, domicílios. Referência espacial: Municípios.
- e) Produção de banco de dados: Classificação/tipologia das cidades brasileiras, 2008. Fonte: FASE, UFPE, Observatório das Metrópoles PE. Data de Referência: 2009. Tamanho: População Brasil. Unidade do banco: Pessoas, domicílio. Referência espacial: Município.

1.3. Estudos de caso:

a) RM Porto Alegre

Estudo da dinâmica das atividades terciárias na Região Metropolitana de Porto Alegre (1985/2003, em anos selecionados), buscando desvendar o papel exercido pelas atividades terciárias no desenvolvimento da economia metropolitana, seja na função de indutoras seja na função de induzidas pelas atividades ditas produtivas (agropecuária e indústria).

Os estudos sobre a dinâmica dos serviços na economia metropolitana revelaram dois tipos de constatação sobre o papel dessas atividades no desenvolvimento. De um

lado, o avanço dos serviços tanto na composição da renda (PIB) quanto no emprego regional, sugerindo um crescente papel de indutor e não mais, somente, de induzido no desenvolvimento dessas formações. De outro lado, a dispersão de alguns tipos de serviços, antes localizados, predominantemente, na sede metropolitana, ensejando a emergência de novas centralidades na aglomeração metropolitana. Tal dispersão parece ter acompanhado a mobilidade intrametropolitana do capital industrial na busca de espaços que permitam a sua reprodução a custos mais baixos.

A pesquisa permite dois tipos de desdobramentos. O primeiro é proporcionar investigações mais aprofundadas sobre o papel das atividades de serviços tanto no desenvolvimento da economia metropolitana quanto na sua configuração territorial. O segundo desdobramento é permitir uma ampliação da abordagem dessas atividades em outras aglomerações urbanas do Estado. Os estudos realizados no âmbito do Milênio revelaram a necessidade de ampliar a investigação sobre o papel das atividades terciárias no desenvolvimento econômico de outras aglomerações urbanas institucionalizadas, não metropolitanas, do Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, um novo projeto de estudos deverá abranger também a possibilidade de determinar (definir) os limites de duas aglomerações emergentes no estado, cujas centralidades principais são Santa Maria e Passo Fundo.

Resultados e Produtos:

(i) Produção do artigo Economia dos serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): uma primeira leitura, publicado na revista Indicadores Econômicos FEE. Ano: 2009. Nome dos autores: José Antonio Fialho Alonso (ver publicações).

(ii) Produção do livro Território, Economia e Sociedade: Transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre (organizadores: José Antonio Fialho Alonso, Rosetta Mammarella, Tanya M. de Barcellos). Ano: 2009. (ver publicações).

(iii) Publicação do livro eletrônico Como Anda a MetrÓpole de Porto Alegre Nome dos organizadores: Rosetta Mammarella. Nome da editora: FEE. Ano 2006.

(iv) Apresentação do trabalho Economia dos serviços na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA): uma primeira leitura, no XII Encontro Nacional da Anpur, realizado em Belém. Ano: 2007. Nome dos autores: José Antonio Fialho Alonso.

(v) Apresentação do trabalho Mudanças estruturais e mobilidade espacial dos serviços na RMPA: 1995-2005, no 4º Encontro de Economia Gaúcha, realizado em Porto Alegre/RS. Ano: 2008. Nome dos autores: José Antonio Fialho Alonso.

b) RM Curitiba

Análise do papel da indústria no processo de desconcentração urbano/metropolitano, com ênfase na indústria automobilística implantada no aglomerado metropolitano de Curitiba, e suas repercussões no âmbito da migração (expatriados), inserção diferenciada dos municípios na dinâmica, e demais expressões espaciais do referido processo.

O desenvolvimento do projeto se fez por meio de diversas atividades, relacionadas tanto a análise da literatura, quanto à coleta direta e indireta de dados e informações, nas indústrias e em órgãos como FIEP (Federação das Indústrias do Estado do Paraná),

prefeituras municipais, IPPUC, COMEC, dentre outros, além da produção de um conjunto de cartogramas que sintetizam os resultados alcançados.

No âmbito da análise espacial da indústria, partiu-se da hipótese da conformação de novos territórios da indústria, preliminarmente denominados de complexos de produção flexíveis. Contudo, o desenvolvimento da pesquisa resultou na adoção de uma nova terminologia, mais especificamente a de “condomínios industriais”, no interior dos quais se identificou, no caso particular para a Renault, os Parques Industriais de Fornecedores – PIFs.

Também foram aprofundadas as relações entre montadora e fornecedores, em suas várias dimensões, o que levou à adoção da teoria da proximidade como possibilidade explicativa para os processos em curso no Paraná. Por meio dela, compreende-se a territorialidade da indústria automobilística, enfatizando as classes de proximidade que repercutem nas relações espaciais dessa indústria.

Para o desenvolvimento do projeto, partiu-se dos dados disponíveis sobre os fornecedores das duas montadoras, Renault e Audi-Volkswagen, que foram organizados em um mapa base de localização industrial, seguido de mapas que permitiram espacializar o ordenamento dos estabelecimentos de acordo com sua vinculação funcional às montadoras, capturando-se, assim, a arquitetura das redes de relações estabelecidas e a lógica de estruturação das mesmas.

Para além da indústria automobilística e de modo a poder se avaliar mais detidamente a relação entre a localização industrial e a desconcentração metropolitana em Curitiba, precedeu-se a um mapeamento das áreas ocupadas pelas maiores indústrias (definidas segundo o número de empregados), resultando num cartograma que permite a correlação tempo-espacial, bem como entre a localização e o gênero de atividade.

Da proposta original, não se realizou a análise dos expatriados tendo em vista a dificuldade na obtenção de informações específicas no âmbito das empresas que possuem em seus quadros estrangeiros.

O desenvolvimento do projeto possibilitou aprofundar as reflexões acerca da realidade paranaense, em particular do Aglomerado Metropolitano de Curitiba; fornecendo subsídios para as ações de planejamento do uso industrial do espaço metropolitano; formando massa crítica capaz de refletir sobre as diferentes dimensões das transformações em curso, na medida em que contribuiu para a qualificação de alunos de graduação e pós-graduação, por meio do desenvolvimento de monografia de conclusão de curso de graduação, dissertações de mestrado, apresentação e publicação de trabalhos científicos.

Também permitiu a produção de uma leitura espacial dos fenômenos sociais em tela no Paraná, que tem sido divulgada não apenas no meio acadêmico, mas também para a sociedade em geral, por meio de entrevistas nos mais variados meios de divulgação e da participação em cursos de formação relacionados aos movimentos sociais.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa permitiu a aproximação com a “teoria da proximidade”, que passou a ser utilizada como possibilidade explicativa de certas tendências da indústria automobilística. Também indicou a necessidade de ampliação da análise da desconcentração para outros setores de atividades, dando origem a novo projeto de pesquisa, como será explicitado no item seguinte.

Com o desenvolvimento do projeto, constatou-se que a lógica de implantação dos condomínios industriais das montadoras Renault e Audi/Volkswagen, bem como de vários de seus fornecedores, vinculou-se a uma nova dimensão de Curitiba, na medida em que foram poucas as empresas instaladas no interior deste município, pelo contrário, seu padrão de localização revelou um crescente distanciamento das áreas tradicionais de localização industrial.

Assim, sabendo-se que não é apenas a indústria que contribui para a conformação dessa nova escala de análise, e que a ela se somam outros setores de atividades, o mapeamento dos condomínios (territórios) e de suas relações com os fornecedores (territorialidades), fez emergir o interesse pela investigação de outros elementos, de modo a se entender a conformação do espaço metropolitano em Curitiba.

Desse modo, a continuidade do presente projeto se faz por meio da apresentação de uma nova proposta, diretamente relacionada ao projeto anterior, mas superando-o e inserindo outras atividades econômicas, para além da indústria, visando à compreensão das transformações em curso e a qualificação da dimensão metropolitana em Curitiba.

Trata-se do projeto intitulado “Internacionalização, expansão urbana e metropolização: olhares cruzados para a apreensão do espaço metropolitano em Curitiba (PR)” aprovado no Edital 03/2008 Ciências Humanas e Sociais Aplicadas do CNPQ e contando com financiamento dessa instituição. Tal projeto também faz parte do plano de trabalho para o Instituto

Tal projeto insere-se numa dupla perspectiva: em primeiro lugar aquela de testar hipóteses explicativas acerca da expansão urbana na atualidade e, em segundo, contribuir para a definição da espacialidade metropolitana que caracteriza Curitiba.

Para tanto, partirá do recorte institucional da Região Metropolitana de Curitiba para desconstruí-lo e construir uma categoria de análise espacial adequada à essa realidade, provisoriamente, utiliza-se a expressão “aglomerado metropolitano” para fazê-lo.

O trabalho será norteado teoricamente, pelas inúmeras e recentes proposições que buscam qualificar o urbano/metropolitano e sua expressão espacial, o que tem levado inúmeros autores a propor novos termos para a apreensão dessas formas urbanas que se estendem por superfícies cada vez mais vastas, dentre outros, cidade difusa (INDOVINA, 1990), cidade global (SASSEN, 1991), metápoles (ASCHER, 1995), cidades-regiões (SCOTT e outros, 2001), exopolis (SOJA, 2002).

Metodologicamente, a hipótese principal será baseada nas proposições de Mattos (2004), que avança de modo efetivo, indicando a análise de alguns setores/atividades para a compreensão da nova realidade urbana, com destaque para os conjuntos e edifícios empresariais (centros empresariais, edifícios corporativos e novas implantações industriais); espaços comerciais integrados ou diversificados (shoppings centers e hipermercados); espaços para viajantes globais (hotéis, ambientes para conferências e feiras); espaços de entretenimento (parques temáticos e complexos cinematográficos); espaços residenciais protegidos e segregados (edifícios de alto padrão e condomínios fechados). Tais setores/atividades originam paisagens urbanas marcadas cada vez mais por elementos relacionados a uma dinâmica internacionalizada, capaz de alterar profundamente a lógica das atividades existentes e mesmo de constituir novas centralidades urbanas.

É isso que o presente projeto propõe: partir das discussões teóricas mais amplas, tomar um caminho investigativo baseado na hipótese apresentada por Mattos (2004), porém inserindo novos elementos (ocupações irregulares e deslocamento pendular) e concluir sobre Curitiba e sua dimensão metropolitana, bem como sobre a adequação dos vários conceitos propostos à realidade em questão.

Resultados e Produtos:

(i) Produção do artigo Considerações sobre As Escalas Espaciais de Análise da Indústria no Brasil, publicado na Revista da ANPEGE (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia). Ano: 2005. Nome dos autores: Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (ver publicações).

- (ii) Produção do artigo Internacionalização e novos conteúdos de Curitiba. Revista paranaense de desenvolvimento, publicado na Revista Paranaense de Desenvolvimento. Ano: 2005. Nome dos autores: Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (ver publicações).
- (iii) Produção do artigo Renault: a montadora e os fornecedores. Elementos de pesquisa comparada entre Brasil e França, apresentado no XV Encontro Nacional de Geógrafos – São Paulo (SP). Ano: 2008. Nome dos autores: Olga Lucia C. de Freitas Firkowski, Patrícia Baliski (ver publicações).
- (iv) Produção do artigo Proximidade, Indústria Automobilística e Espaço Urbano em Curitiba, apresentado no X Simpósio Nacional de Geografia Urbana – Florianópolis (SC). Ano: 2007. Nome dos autores: Patrícia Baliski, Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (ver publicações).
- (v) Produção do artigo Escalas de proximidade da indústria automobilística no Paraná, apresentado no XIV Encontro Nacional de Geógrafos – Rio Branco (AC). Ano: 2006. Nome dos autores: Olga Lucia C. de Freitas Firkowski, Patrícia Baliski (ver publicações).
- (vi) Produção do artigo Organização industrial em rede: considerações sobre a Audi/VW e Renault no Paraná, apresentado no X Encontro de Geógrafos da América Latina – São Paulo (SP). Ano: 2005. Nome dos autores: Olga Lucia C. de Freitas Firkowski, Helena Lisboa, Luciano Felix da Silva, Maria Lucia Kuzma (ver publicações).
- (vii) Produção do artigo A inserção do Paraná na lógica do capital mundial: território e trabalho na nova indústria automobilística, apresentado no X Encontro de Geógrafos da América Latina – São Paulo (SP). Ano: 2005. Nome dos autores: Olga Lucia C. de Freitas Firkowski, Benilde M. Lenzi Motim, Silvia Maria P. Araujo (ver publicações).
- (viii) Produção do artigo A dimensão espacial da implantação da indústria automobilística no Aglomerado Metropolitano de Curitiba, publicado no livro Trabalho e capital em trânsito: a indústria automobilística no Brasil (organizador: Silvia Maria Pereira de Araujo). Ano: 2007. Nome dos autores: Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (ver publicações).
- (ix) Produção do artigo A indústria automobilística Renault e suas estratégias espaciais: estudo comparado entre Brasil e França, publicado no livro Territorio, Ciudad, Educación. Actas del Seminario Internacional de Investigadores Brasileños en Europa (organizadores: Carlos Augusto de Amorim Cardoso, Doralice Sátyro Maia, Ivaine Maria Tonini, Ruth Maria da Costa Ataíde). Ano: 2007. Nome dos autores: Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (ver publicações).
- (x) Produção do artigo Urbanização, crise urbana e cidades no século XXI: um olhar a partir da realidade paranaense, publicado no livro Panorama da Geografia Brasileira II (organizadores: José Borzacchiello da Silva, Luiz Cruz Lima, Eustógio Wanderley). Ano: 2006. Nome dos autores: Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (ver publicações).
- (xi) Produção do artigo Dinâmica populacional e urbanização, publicado no livro Paraná espaço e memória. Diversos olhares histórico-geográficos (organizadores: Adalberto Scortegagna, Cláudio Rezende, Rita Triches). Ano: 2005. Nome dos autores: Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski (ver publicações).
- (xii) Publicação do livro Indústria, ordenamento do território e transportes. A contribuição de André Fischer. Ano: 2008. Nome dos autores: Olga Lucia C. de Freitas Firkowski, Eliseu Savério Sposito (ver publicações).

(xiii) produção de quatro monografias de graduação relacionadas ao tema da pesquisa (ver anexo)

(xiv) Produção de seis dissertações de mestrado relacionadas ao tema da pesquisa (ver anexo).

(xv) Produção de uma tese de doutorado relacionada ao tema da pesquisa - Título: Conflitos ambientais urbanos: o lugar enquanto categoria de análise no processo de intervenção pública. Ano: 2007. Nome do autor: Rosirene Martins Lima. Instituição: Universidade Federal do Paraná (ver anexo).

c) RM Goiânia

Análise do processo de transformação da economia metropolitana de Goiânia, do ponto de vista da economia do Estado de Goiás e da região Centro Oeste, no que se refere às atividades produtivas mais significativas. Serão aprofundados os aspectos referentes ao trabalho/emprego, com ênfase à informalidade, à mobilidade da população e às alterações espaciais resultantes do processo de interação entre essas variáveis.

O ponto de partida foram dois estudos realizados: Como Anda a Metrópole Goianiense e Análise da Estruturação Urbana da Região Metropolitana De Goiânia – 2000. Os estudos do “Como Anda a Metrópole Goianiense”, é composto por quatro partes, além da introdução e considerações finais.

Na primeira parte, fez-se uma caracterização geral da Região Metropolitana de Goiânia, focando dois aspectos: como se formou e como está a configuração do espaço metropolitano goianiense e uma análise dos vetores de crescimento e da dinâmica da economia metropolitana. Na segunda, o foco central desta pesquisa, foi feito um amplo diagnóstico sociourbano da Região Metropolitana de Goiânia, tendo como pressuposto de análise, variáveis como demografia, educação, moradia, mobilidade e transporte, incidência de homicídios. Na terceira, a preocupação foi mostrar as condições institucionais de possíveis cooperação técnica e política entre os municípios metropolitanos. A conclusão do estudo indica que a diversidade de partidos políticos e a falta de mais engajamento da população na defesa de interesses que ultrapassa os limites administrativos entre os municípios leva também a um desinteresse, no âmbito da política, de uma gestão compartilhada.

Já no que se refere aos estudos - Análise da Estruturação Urbana da Região Metropolitana de Goiânia – 2000, este se constituiu num aprofundamento do “Como Anda”, que teve como desdobramento a produção de novos parâmetros de análises, principalmente no que se refere à atualização da Tipologia Sócioocupacional da Região Metropolitana de Goiânia. A partir deste estudo, a questão regional passa a ser considerada, e a dinâmica da Região Metropolitana, a ser analisada no contexto da economia do Centro-Oeste e, sobretudo, do Estado de Goiás.

Resultados e Produtos:

(i) produção do artigo Título: Ocupação e urbanização dos Cerrados: desafios para a sustentabilidade, publicado na Revista Cadernos Metrôpoles. Ano: 2008. Nome dos autores: MOYSÉS, A.& SILVA, Eduardo. R. (ver publicações).

(ii) Produção do artigo Ocupação e urbanização dos Cerrados do Centro-Oeste e a formação de uma Rede urbana concentrada e desigual, apresentado na XII ENANPUR. Ano: 2007. Nome dos autores: MOYSÉS, A.& SILVA, Eduardo. R. (ver publicações).

d) RM Belém

Análise das dinâmicas econômicas e territoriais na região amazônica e seus impactos na estrutura da Região Metropolitana de Belém. Propõe-se um duplo olhar: da metrópole sobre a organização do território das cidades médias e um olhar das cidades não-metropolitanas quanto ao processo de metropolização.

Foram desenvolvidas as atividades de espacialização dos indicadores comuns a todas às metrópoles acrescentado de levantamentos em cidades médias que estavam incluídas em áreas de influência de projetos econômicos, tais como a construção de hidrelétrica, portos e a rede de acessibilidade no estado do Pará.

O principal desdobramento da pesquisa diz respeito a articulação da discussão metropolitana com a realidade urbana e da transição rural-urbana no estado do Pará.

Resultados e Produtos:

(i) Publicação do artigo A estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana de Belém: reflexões sobre a distribuição dos tipos sócio-ocupacionais de 1009 a 2000 Nome dos autores: Ana Claudia Duarte Cardoso, José Júlio Ferreira Lima, Lucinda Freitas de Assis Sena, Ricardo Bruno N. dos Santos, Sandra Helena Ribeiro Cruz; Ano: 2007. Revista: Novos Cadernos NAEA. (ver publicações)

(ii) Publicação do livro O Espaço Alternativo, vida e forma urbana nas baixadas de Belém. Autora: Ana Claudia Duarte Cardoso. Editora da UFPA, 2007. (ver publicações).

e) RM Recife

Análise das particularidades da economia de serviços da economia metropolitana do Recife procurando identificar, de um lado, as estratégias de redução das desigualdades, e, de outro, as condições de difusão das inovações na Região Metropolitana de Recife.

Atividade não realizada em função da readequação das atividades do projeto

f) RM São Paulo

Análise do processo de descentralização produtiva da economia metropolitana na década de 90 e suas repercussões no mercado de trabalho e na estrutura sócio-ocupacional.

O trabalho desenvolvido nessa sub-linha consistiu na tabulação de dados da RAIS/MTE - Registro Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego - para cada um dos municípios da Região Metropolitana de São Paulo, como também na análise dos dados que resultou na produção do trabalho "Dinâmica econômica intra-urbana e desigualdade sócio-espacial na Região Metropolitana de São Paulo no período 1990-2006".

Entre as principais conclusões do estudo, destacam-se:

- Sem sombra de dúvida, a Região Metropolitana de São Paulo se tornou uma metrópole dos serviços, o grande centro decisório das atividades financeiras brasileiras, além de abrigar as sedes das maiores empresas nacionais. Além disso, o setor de serviços ganha destaque, como visto anteriormente, reúne 59% dos trabalhadores formais no ano de 2006, desbancando a hegemonia do setor industrial predominante durante décadas. Desta forma, percebe-se a tendência à despolarização do emprego industrial, já que gradativamente a indústria perde peso no Município de São Paulo em detrimento das demais cidades da RMSP, bem como do restante do Estado.

- A composição do setor de serviços se tornou heterogênea ao agregar profissionais de segmentos com lógica e complexidade do trabalho distintos. Sabe-se que a expansão deste setor apoiou-se na criação de postos de trabalho de baixa qualidade, vinculados geralmente a empresas que terceirizam serviços antes inseridos, por exemplo, nas próprias indústrias. De acordo com análises do DIEESE, as recentes mudanças estruturais da economia brasileira, impulsionadas pela abertura econômica e, pelo desempenho negativo da economia nos anos 90, caracterizam-se pela fragilização do mercado de trabalho, uma vez que a redução do emprego industrial significou um aumento de emprego nos setores de comércio e serviço, acompanhado da queda do rendimento médio dos trabalhadores.

- De outro ponto de vista, a situação da economia e do trabalho começou a mostrar sinais de recuperação do ano 2000 em diante. O crescimento econômico e as novas políticas de recuperação do poder de compra dos trabalhadores - dentre elas os seguidos reajustes reais do salário mínimo nacional, em especial após 2003 - minimizam os retrocessos decorrentes das décadas anteriores, pelo menos no que diz respeito à população com menor poder aquisitivo.

Como desdobramento das análises desenvolvidas optou-se por tratar o Município de São Paulo separadamente. Já estão em processo de tabulação os dados da RAIS/MTE segundo os distritos do município de São Paulo para o período 1990-2006, a partir disso pretende-se destacar as principais diferenças entre as transformações na estrutura produtiva deste município frente aos demais da Região Metropolitana de São Paulo, principalmente em relação ao setor industrial.

Resultados e Produtos:

a) Apresentação do trabalho Dinâmica econômica intra-urbana e desigualdade sócio-espacial na Região Metropolitana de São Paulo no período 1990-2006 no VI Congresso Português de Sociologia. Ano: 2008. Nome dos autores: Rafael Soares Serrano.

Linha II - Dimensão sócio-espacial da Exclusão/Integração nas metrópoles:

4.2.4. Estudos de Caso

a. Tipologias de formas de vida em territórios populares em situações de integração, segmentação e segregação espacial.

Resultados e Produtos por Metrópole Estudada:

- **RM Rio de Janeiro**

O estudo no Rio de Janeiro focou na análise dos mecanismos de acesso ao trabalho, no setor de confecção de roupas, num bairro popular periférico. Ao longo da pesquisa em um bairro no município de São João de Meriti, observamos a importância das redes sociais na construção das redes produtivas, onde habilidades individuais muitas vezes desencadeiam todo um PROCESSO PRODUTIVO que não transforma apenas a vida dos envolvidos neste, mas também as características de todo um bairro, e até mesmo do município, alterando as estratégias de localização dos moradores.

Resultados e Produtos

a) Produção do artigo A periferia metropolitana como lugar do trabalho: da cidade-dormitório à cidade plena, publicado na revista Cadernos IPPUR. Ano: 2008. Nome dos autores: Luciana Corrêa do Lago (ver publicações).

b) Produção de uma monografia de iniciação científica sobre o tema (ver anexo)

- **RM Belo Horizonte**

a) Produção do artigo Criminalidade violenta e níveis de integração metropolitana na RMBH, publicado na revista Pensar BH. Política Social. Ano: 2008. Nome dos autores: Alexandre Magno Alves Diniz, Luciana Teixeira de Andrade (ver publicações).

b) Produção do artigo Singularidade e igualdade nos espaços públicos, publicado na Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano: 2007. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade (ver publicações).

c) Produção do artigo A territorialidade da prostituição em Belo Horizonte, publicado na revista Cadernos Metrôpole (PUCSP). Ano: 2005. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade, Alexandre Eustáquio Teixeira (ver publicações).

d) Produção do artigo Cidade e patrimônio: o tombamento na percepção dos proprietários de imóveis em Belo Horizonte, publicado na revista Sociedade e cultura. Ano: 2005. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade, Tarcísio Rodrigues Botelho (ver publicações).

e) Produção do artigo Os condomínios fechados e os novos empreendimentos de cultura e lazer em Nova Lima, publicado no livro Novas periferias metropolitanas (organizadora: Heloísa Soares de Moura Costa). Ano: 2006. Nome dos autores: Luciana Teixeira Andrade (ver publicações).

f) Produção do artigo Estilos de vida nos condomínios residenciais fechados, publicado no livro As cidades e seus agentes (organizadores: Heitor Frúgoli Junior, Luciana Teixeira de Andrade, Fernanda Arêas Peixoto). Ano: 2006. Nome dos autores: Luciana Teixeira Andrade (ver publicações).

g) Produção do artigo Segregação socioespacial e construção de identidades urbanas, publicado no livro *Transformaciones urbanas y procesos territoriales. Lecturas del nuevo dibujo de la ciudad latinoamericana* (organizadores: Rodrigo Hidalgo, Ricardo Trumper, Axel Borsdorf). Ano: 2005. Nome dos autores: Luciana Teixeira Andrade (ver publicações).

- h) Produção do artigo Os condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas, publicado no livro “Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na América Latina” (organizadores: Rogério Leando Lima da Silveira, Paulo César Xavier Pereira, Vanda Ueda). Ano: 2006. Nome dos autores: Luciana Teixeira Andrade (ver publicações).
- i) Produção do artigo Metropolização e crimes violentos na RMBH e no seu colar, publicado no livro Metrópole. Território, sociedade e política. O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte (organizadores: Luciana T. de Andrade, Jupira G. de Mendonça e Carlos A. P. de Faria). Ano: 2008. Nome dos autores: Alexandre Magno Alves Diniz, Luciana Teixeira de Andrade (ver publicações).
- j) Publicação do livro As cidades e seus agentes. Ano: 2006. Nome dos autores: Heitor Frúgoli Junior, Luciana Teixeira de Andrade, Fernanda Arêas Peixoto. Editora: PUC Minas e Edusp (ver publicações).
- k) Produção do relatório Autonomia e Vulnerabilidade na trajetória de Vida de Mulheres jovens das camadas Médias e Populares da Cidade de Belo Horizonte. Ano: 2008. Nome dos autores: Magda de Almeida Neves, Alessandra Chacham, Juliana Jayme, Mônica Bara maia, Malco Camargos.
- l) Apresentação do trabalho As praças como espaços públicos das grandes cidades, na 25ª Reunião Brasileira de Antropologia – ABA, realizado em Goiânia. Ano: 2006. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade, Juliana Gonzaga Jayme (ver publicações).
- m) Apresentação do trabalho Metropolização e crimes violentos na Região Metropolitana de Belo Horizonte e em seu Colar, no XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR, realizado em Belém. Ano: 2007. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade, Alexandre Magno Alves Diniz (ver publicações).
- n) Apresentação do trabalho Estudos de bairros: construindo uma metodologia qualitativa com suporte quantitativo, apresentado no 31 Encontro Anual da ANPOCS, realizado em Caxambu. Ano: 2007. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade, Jupira Gomes Mendonça (ver publicações).
- o) Apresentação do trabalho Formas atuais de produção do espaço: a nova periferia metropolitana em Belo Horizonte, Brasil, apresentado no 52o Congresso Internacional De Americanistas - Pueblos y Culturas de las Americas: diálogos entre globalidad y localidad, realizado em Sevilla. Ano: 2006. Nome dos autores: Jupira Gomes Mendonça, Luciana Teixeira de Andrade (ver publicações).
- p) Apresentação do trabalho Condomínios fechados e as novas dinâmicas metropolitanas, apresentado no X Encontro de Geógrafos da América Latina, realizado em São Paulo. Ano: 2005. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade (ver publicações).
- q) Apresentação do trabalho Espaços públicos em Belo Horizonte: uma reflexão sobre as diferentes formas de sociabilidades em algumas praças da cidade, apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, realizado em Salvador. Ano: 2005. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade, Juliana Jayme Gonzaga, Renata Chequeller de Almeida (ver publicações).
- r) Apresentação do trabalho Trajetórias de deslocamentos: experiências e narrativas de

moradores da rua do Buraco no espaço urbano de Ipatinga, no 30º Encontro Anual da Anpocs, realizado em Caxambu. Ano: 2006. Nome dos autores: Cláudio Castro, Magda de Almeida Neves (ver publicações).

s) Produção do Banco de dados dos setores censitários e dos bairros de Belo Horizonte. Fonte: IBGE/Prodabel. Data de Referência: 2008. Tamanho: Cidade de Belo Horizonte. Unidade do banco: Domicílio. Referência espacial: Bairro, setor censitário.

t) Produção de três dissertações de iniciação científica sobre o tema (ver anexo)

u) Produção de 10 dissertações de mestrado sobre o tema (ver anexo)

- **RM Goiânia**

O Estudo de caso na capital e mais três municípios da Região Metropolitana de Goiânia centrou-se na questão da violência urbana, segmentação e segregação espacial. Foram desenvolvidas as seguintes atividades:

1. Foi aplicado um *survey* de vitimização e sentimento de insegurança na capital, Goiânia e nos municípios da Região Metropolitana Aparecida de Goiânia, Senador Canedo e Trindade. Foi utilizada a tipologia desenvolvida pelo Observatório das Metrôpoles para selecionar os bairros pesquisados. Em Goiânia foram aplicados questionários em uma amostra domiciliar de 2.000 pessoas nas áreas de expansão domiciliar (AEDs) pertencentes aos diferentes tipos socioespaciais. A amostragem levou em conta a população total de cada tipo socioespacial e ainda, a distribuição populacional de cada AED estratificada por sexo e idade.

Em cada um dos outros três municípios da Região Metropolitana a amostra foi de 400 pessoas contemplando também a tipologia. Essas cidades foram escolhidas devido à sua maior integração à capital e por apresentarem índices de violência mais altos. Nos três municípios investigados não há uma diversidade muito grande das categorias sócio-espaciais, distribuídas pelas AEDs. Ainda assim a repartição do espaço a partir dessa metodologia foi importante para que se conhecesse melhor a população a ser pesquisada. O questionário visou captar a vitimização, a percepção das incivildades e o sentimento de insegurança a elas associado e o impacto da vitimização no medo. Tentou-se perceber também a integração da vizinhança por meio de questões sobre o tempo de residência no bairro e a frequência com que conversa com os vizinhos. A pesquisa buscou traçar as características das vítimas, procurando identificar os segmentos da população mais vitimados por sexo, faixa etária (pessoas de 19 a 59 anos e de 60 anos e mais), condições socioeconômicas e localização no espaço social; identificar as redes mais frequentes de vitimização; buscou também traçar um perfil dos agressores; caracterizar o contexto social do crime; a estrutura urbana e a morfologia social dos locais onde ocorrem os crimes e os lugares considerados perigosos em cada município pesquisado; identificar os temores mais frequentes da população pesquisada; identificar a forma mais frequente de propagação do sentimento de insegurança para a população pesquisada; perceber as reações e medidas tomadas pelas pessoas para evitar a vitimização e a sua percepção do local onde vivem; estabelecer a relação entre vitimização e sentimento de insegurança; perceber de que forma as vítimas se relacionam com as instituições de segurança pública e com a comunidade onde vivem.

Os resultados mostraram:

- (i) Alto o sentimento de insegurança entre os moradores das cidades investigadas e que tal sentimento não corresponde à vitimização.
- (ii) Baixo o nível de integração dos moradores na vizinhança, o que impede o controle social espontâneo na prevenção da criminalidade.
- (iii) Agravamento da segregação socioespacial, produzindo efeitos sociais, culturais e espaciais de grandes proporções, tais como a adoção, cada vez maior de medidas de segurança nos domicílios, no modo de vida e nas relações interpessoais, marcadas pela desconfiança e pela suspeita.
- (iv) Manifestação subjetiva diferenciada: se por um lado as elites enclausuradas em condomínios exclusivos não exprimem nenhum desejo de uma vivência mais aberta, associando a vida atrás dos muros à liberdade e qualidade de vida, por outro lado, muitos moradores de prédios e casas particulares nos bairros “abertos” da capital veem os muros, as grades e os sistemas de segurança como formas de aprisionamento.
- (v) O sentimento de insegurança faz com que os espaços públicos sejam abandonados ou privatizados. O fechamento de ruas públicas e uma série de medidas empreendidas pelos moradores aparecem nos discursos como medidas necessárias e que não devem ser questionadas pelos órgãos públicos, já que eles não garantem a segurança dos cidadãos. A percepção de que a segurança é uma tarefa individual e privada.
- (vi) Manifestações por maior rigor punitivo da parte dos entrevistados, especialmente daqueles localizados no patamar inferior da escala social. Descrença e desconfiança nos órgãos de segurança pública.

2. Foi realizada uma pesquisa qualitativa sobre sentimento de insegurança nas AEDs do tipo superior. Foram realizadas 16 entrevistas semi-estruturadas com os membros da elite goianiense (moradores das AEDs do tipo superior), cujo objetivo principal foi apreender os discursos sobre o medo e a violência e o modo como esses discursos têm sido incorporados às práticas, em termos de respostas concretas à violência, expressas nas vivências cotidianas, nos comportamentos, formas de moradia, atitudes e relações com o espaço público. O estudo ainda contou com a observação em alguns espaços da cidade, tanto públicos como privados (praças, condomínios fechados, bairros residenciais) e a produção de algumas fotografias que permitiram documentar visualmente as soluções adotadas para fazer face à insegurança.

Principais conclusões:

- (i) A produção de espaços exclusivos atrela-se a uma tendência de perda funcional dos espaços públicos fomentando uma cultura da auto-segregação, informando práticas distintas de habitar e morar na cidade. O movimento da classe média e alta goiana, para as bordas da cidade, constitui-se muito mais do que um simples deslocamento espacial, à medida que condiciona valores como enclausuramento, isolamento, descompromisso com a totalidade da cidade, negação da vida pública e aberta.
- (ii) O sentimento de insegurança faz com que os espaços públicos sejam abandonados ou privatizados. O fechamento de ruas públicas e uma série de medidas empreendidas pelos moradores aparecem nos discursos como medidas necessárias e que não devem ser questionadas pelos órgãos públicos, já que eles não garantem a segurança dos cidadãos. A percepção de que a segurança é uma tarefa individual e privada.
- (iii) Os condomínios fechados se colocam como um contraponto à cidade plural,

desigual e perigosa, reforçando a idéia simbólica de dois mundos independentes, completamente diferentes, intra e extramuros. A opção por esse estilo de morar revela uma contradição entre pertencer e não pertencer à cidade. Se de um lado, os moradores desses espaços desejam distanciamento da cidade plural, desigual e perigosa, por outro, eles prezam o usufruto de uma série de benefícios urbanos, o que aponta para seu uso seletivo e despreocupado.

3. Entrevistas com delegados, agentes e escrivães sobre criminalidade, violência e punição. Foram realizadas 24 entrevistas. A proposta visou mostrar como esses operadores da segurança pública, que lidam diretamente com a violência urbana, constroem a idéia de punição e como essa construção se diferencia ou se aproxima de formas dominantes de representação seja as que cobram punições mais rigorosas, seja as que, cultivando valores democráticos, entendem-na (a idéia de punição) na perspectiva da cidadania.

Principais conclusões:

Os responsáveis pela segurança pública vêem o problema da criminalidade como decorrente do aumento populacional da Região Metropolitana e não creem na possibilidade de enfrentá-lo com eficácia. Consideram-se profissionais da segurança pública e opõem à sua identidade os profissionais dos direitos humanos. Há a tendência de criminalizar os jovens e de considerar que a sua punição é auto-aplicável, pois a vida no crime é curta.

No decorrer desse estudo foi elaborado e aprovado o projeto de pesquisa: Violência Urbana: estudos comparativos entre Rio de Janeiro e Goiás. Este projeto se configura como uma continuidade desta pesquisa, com financiamento aprovado no Edital da CAPES PROCAD N° 01/ 007, visando cooperação interinstitucional entre o IFICS-UFRJ e o Grupo de Estudos de Violência da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás para estudos sobre violência urbana. Pela UFRJ coordena o grupo o professor Luiz Antonio Machado da Silva, que também compõe o Millenio; pela UFG a professora Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, coordenadora deste estudo de caso.

As pesquisas realizadas mostraram a necessidade de concentrar os esforços de investigação nos crimes de homicídio, sua relação com o tráfico e o consumo de drogas e na população jovem, especialmente naquela moradora das áreas mais segregadas. Além disso, indica a necessidade de continuar pesquisando a relação entre violência, as formas de integração cultural e o aparato institucional. Indica ainda a necessidade da discussão do sentimento de insegurança e sua ameaça à convivência em um espaço público democrático. Por fim, torna necessário continuar aprimorando as informações de segurança pública e continuar alimentando o banco de dados sobre criminalidade na Região Metropolitana de Goiânia.

Resultados e Produtos:

a) Criação de banco de dados cobrindo o período de 1995 a 2008 sobre crimes violentos a partir de informações da Diretoria Geral de Polícia Civil. O banco de dados foi complementado com coleta direta de informações quantitativas e qualitativas em inquéritos policiais e boletins de ocorrência nas delegacias especializadas de Goiânia e em todas as delegacias de Aparecida de Goiânia. A análise privilegiou a motivação para o crime violento e as relações entre agentes e vítimas.

b) Produção do livro *Violência Urbana no Estado de Goiás*. Ano: 2008. Nome dos autores: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, Aristides Moyses, Francisco Chagas Evangelista Rabelo, Najla Franco Frattari. Ano 2009. Editora: Cênone (ver publicações).

c) produção do relatório *Survey de Vitimização e Sentimento de Insegurança na Região Metropolitana de Goiânia*. Ano: 2008. Nome dos autores: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza. Meio de divulgação: impresso.

d) Apresentação do trabalho *Título: Violência urbana e punição – representação de agentes envolvidos no “combate” à violência*, no 32o. Encontro Nacional da ANPOCS, realizado em Caxambu. Ano: 2008. Nome dos autores: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, Francisco Chagas Evangelista Rabelo (ver publicações).

e) Apresentação do trabalho *Vitimização e sentimento de insegurança em três municípios da RM de Goiânia*, apresentado no 31o. Encontro Nacional da ANPOCS, realizado em Caxambu. Ano: 2007. Nome dos autores: Dalva Maria Borges de Lima Dias de Souza, Francisco Chagas Evangelista Rabelo (ver publicações).

f) Produção de duas monografias de graduação sobre o tema.

g) Produção de duas dissertações de mestrado sobre o tema.

b. Realização de estudos de caso visando avaliar as percepções e as práticas sociais em espaços típicos da segmentação da metrópole

Foram realizados estudos de caso no Rio de Janeiro, compreendendo: (i) a análise das desigualdades sociais expressas na espacialidade urbana; (ii) a análise das desigualdades sociais expressas na espacialidade urbana, através das estratégias de localização dos moradores, tendo em vista o universo de possibilidades dadas pelo mercado de trabalho, pelo mercado de terra e de moradia, pela definição das “necessidades básicas”, pelas redes sociais e amplitude da experiência cotidiana na cidade, pela representação dos “lugares” que conformam a metrópole, delimitando “fronteiras” simbólicas e pela construção social das condições ambientais consideradas “adequadas”, em termos de acesso a recursos e de exposição a riscos e agravos ambientais; (iii) a análise, com base nos resultados a serem alcançados nos objetivos anteriores, da medida em que configuração territorial da metrópole, ao mesmo tempo em que expressa as desigualdades de classe, condiciona e reproduz esses padrões desiguais de acesso à moradia, equipamentos e serviços urbanos e de distribuição do risco e dos agravos de natureza ambiental; (iv) a análise das situações específicas de desigualdades qualitativas e quantitativas no acesso aos serviços de saneamento que ainda caracteriza a Região Metropolitana, identificadas na análise quantitativa das desigualdades ambientais.

Resultados e Produtos:

a) Produção do artigo *Proximidade Territorial e Distância Social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano*, publicado na revista *Veracidade*. Ano: 2008. Nome dos autores: Luiz Cesar Ribeiro (ver publicações).

b) Produção do artigo *Viver às Margens dos Rios: uma análise da situação dos moradores da Favela Parque Unidos de Acari*, publicado no livro *Rios e Paisagens Urbanas em Cidades Brasileiras* (organizadores: Costa, Lucia). Ano: 2006. Nome dos autores:

BRITTO, Ana Lucia e SILVA, Victor Andrade Carneiro. Editora: Viana & Mosley/PROURB (ver publicações)

c) Produção de quatro monografias de graduação sobre o tema.

d) Produção de uma dissertação de mestrado sobre o tema.

c. Estudos de caso sobre o “efeito vizinhança” e “efeito escola” na explicação de desempenho escolar de estudantes de 4 série do ensino elementar.

Atividades realizadas por Núcleo onde a Pesquisa foi Realizada

- **RM Rio de Janeiro:**

A pesquisa compreendeu as seguintes atividades:

1 - Organização do banco de dados do Disque Denúncia com dados de 1995 a 2008. O banco foi construído a partir de 5 atributos principais: cadastro de denúncia, cadastro de envolvidos, tabela de assuntos, cadastro de veículos (somente para roubo de veículos), tabela de órgãos e informações do logradouro da ocorrência. Os tipos de denúncia são estabelecidos por classe de denúncia. Ao todo são 163 tipos agrupados em 19 classes de denúncias. As denúncias foram georeferenciadas a partir do logradouro da ocorrência.

2 - Organização de banco de dados sobre educação, desigualdades sociais, tensão social e segregação residencial no município do Rio de Janeiro no nível do aluno e da escola com os seguintes fontes: (i) informações censitárias (IBGE 2000) georeferenciadas no nível do setor censitário; (ii) localização georeferenciada das escolas públicas de ensino fundamental da cidade do Rio de Janeiro; (iii) dados do Censo Escolar 2005 (INEP); (iv) Informações da Prova Brasil de 2005 no nível de micro dados (INEP); (v) informações do serviço Disque Denúncia correspondente ao período de 1995-2006.

3 - Organização de banco de dados Metrôpoles e Educação, no nível dos municípios, a partir de dados das seguintes fontes: Prova Brasil 2005/2007 (INEP), Censo Escolar (2000-2005), Censo 2000 (IBGE), PNUD (2000) DATASUS (2000-2005).

4 - Desenvolvimento do projeto “Observatório da Educação nas Cidades”, que é uma cooperação entre o Departamento de Educação/Laboratório de Avaliação da Educação (LAEd/ PUC-Rio) e o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR)/ Coordenação do Observatório das Metrôpoles (UFRJ).

5 - Elaboração de banco de dados e Relatório Final (referente ao período de Maio à Dezembro de 2006) da pesquisa “Segmentação Social, Segregação Urbana, e Desigualdade Social: o ‘efeito vizinhança’ e o ‘efeito escola’ na explicação do desempenho escolar dos estudantes de quarta série do ensino fundamental”. O banco e o relatório foram montados a partir de uma pesquisa realizada em 16 escolas públicas municipais, localizadas em bairros típicos da divisão social da cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa de campo obedeceu a uma metodologia de caráter qualitativo, que se vale de técnicas investigativas como entrevistas, observação participante, diário de campo e levantamento fotográfico. As entrevistas foram realizadas com pais de alunos, professores e diretores das escolas e abarcaram relações referentes ao universo social dos alunos, incorporando questões sobre

o bairro e da vizinhança, formas de moradia, situação familiar do aluno, clima educativo encontrado em casa (educação como um valor incentivo ao estudo dos filhos; boas condições de estudo em casa, acompanhamento da escolaridade pelos pais). O desempenho dos alunos da 4ª série foi avaliado por meio de testes de matemática e de português.

Os estudos desta sub-linha mostraram como a organização sócio-territorial de grandes centros urbanos impactam as oportunidades educacionais. Investigaram, em especial, a relação entre segregação residencial e educação na cidade do Rio de Janeiro, que apresenta um modelo de segregação específico, caracterizado por proximidade física e distância social. Tanto as pesquisas que se utilizaram de dados quantitativos quanto qualitativos mostraram os efeitos da moradia nas favelas e/ou da localização das escolas dentro ou nas proximidades das favelas para os resultados escolares medidos tanto pelo desempenho de alunos em provas padronizadas, quanto a partir do atraso e evasão escolar. Os resultados destas investigações evidenciam o impacto destes processos sócio-territoriais tanto sobre a demanda (processos de socialização das crianças e adolescentes) como sobre a oferta desigual da educação (diferentes infra-estrutura e organização das escolas). Os resultados sugerem que a melhoria da qualidade da educação em grandes metrópoles precisa ser pensada a partir da articulação de políticas educacionais bem como de políticas urbanas.

Resultados e produtos:

a) Produção do artigo Segregação Urbana e Reprodução das Desigualdades Sociais: um estudo sobre os atuais bairros pobres urbanos e sua influência na trajetória de seus moradores, publicado na Revista Três Pontos. Ano: 2007. Nome dos autores: Salata, André (ver publicações).

b) Produção do artigo Segregación urbana y rezago escolar en Río de Janeiro, publicado na Revista de la CEPAL. Ano: 2008. Nome dos autores: Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz, Franco Junior, Francisco Creso J.; Alves, Fátima (ver publicações).

c) Produção do artigo Segregación residencial y reproducción social: el “efecto vicindario” en La reproducción de la pobreza em las metrópolis brasileñas, publicado no livro Trabajo y producción de lapobreza em Latino Aérica y el Caribe. Estructuras, discursos y actores (organizador: Leguizamón, S. A.). Ano: 2005. Nome dos autores: Luiz Cesar Ribeiro (ver publicações).

d) Produção do artigo Sucesso/insucesso escolar e segregação residencial: a divisão favela x bairro e a defasagem idade-série no Rio de Janeiro, publicado no livro Sucesso e Insucesso: Escola, Economia e Sociedade (organizador: Manuel Villaverde Cabral). Ano: 2008. Nome dos autores: 3- Ribeiro, Luiz Cesar Queiroz, Franco Junior, Francisco Creso J.; Alves, Fátima (ver publicações).

e) Produção do artigo O papel do território na configuração das oportunidades educativas: efeito escola e efeito vizinhança, publicado no livro Cidade: olhares e trajetórias (organizadora: Carneiro, Sandra Maria de Sá). Ano: 2008. Nome dos autores: 5- Sant’Anna, Maria Josefina Gabriel (ver publicações).

f) produção do relatório Segmentação Social, Segregação Urbana, e Desigualdade Social: o ‘efeito vizinhança’ e o ‘efeito escola’ na explicação do desempenho escolar dos estudantes

de quarta série do ensino fundamental. Ano: 2008. Nome dos autores: Luiz Cesar Ribeiro; Maria Josefina Sant'Anna.

g) Produção do artigo Efeito metrópole e acesso às oportunidades educacionais, apresentado no encontro da ANPOCS. Ano: 2008. Nome dos autores: Ribeiro, Luiz César de Queiroz & Koslinski, Mariane Campelo (ver publicações).

h) Produção do artigo Localização sócio-espacial e a reprodução das desigualdades sociais no município do Rio de Janeiro: uma análise dos resultados da Prova Brasil sob o prisma da segregação urbana, apresentado na XIV Semana IPPUR. Ano: 2008. Nome dos autores: Andre Salata (ver publicações).

i) Produção do artigo Desigualdades sócio-espaciais e o “efeito escola” no cotidiano de escolas públicas na cidade do Rio de Janeiro, apresentado no encontro da ANPOCS. Ano: 2008. Nome dos autores: Cid, Gabriel da Silva Vidal; Chistovão, Ana Carolina & Soares, Carolina Zuccarelli (ver publicações).

j) Produção do artigo Territorialidade e Educação: relações entre efeito escola e o efeito vizinhança à luz de abordagens quantitativas e qualitativas, apresentado na XIV Semana de Planejamento Urbano e Regional. Ano: 2008. Nome dos autores: Cid, Gabriel da Silva Vidal; Soares, Carolina Zuccarelli & Christovão, Ana Carolina (ver publicações).

k) Produção do artigo Segregação. Residencial e Reprodução das Desigualdades: o papel do território na configuração das oportunidades, apresentado no XIII congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em Recife. Ano: 2007. Nome dos autores: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Sant'Anna, Maria Josefina Gabriel (ver publicações).

l) Produção do artigo Testando o efeito vizinhança e efeito escola na explicação dos diferenciais de desempenho escolar, apresentado no Encontro da ANPOCS. Ano: 2006. Nome dos autores: 32- Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Sant'Anna, Maria Josefina Gabriel, Teixeira (ver publicações).

m) Produção do banco de dados Metrôpoles e Educação. Fonte: Prova Brasil 2005/2007 (INEP), Censo Escolar (2000-2005), Censo 2000 (IBGE), PNUD (2000) DATASUS (2000-2005).

n) produção de uma monografia de graduação sobre o tema (ver anexo)

o) produção de cinco dissertações de mestrado sobre o tema (ver anexo)

p) Produção de uma tese de doutorado Segregação residencial e desigualdades de oportunidades (trabalho e educação). Ano: em andamento. Nome do autor: Marcelo Ribeiro. Instituição: IPPUR/UFRJ. Área de conhecimento: PUR.

● **RM Belo Horizonte**

Foi criado um banco de dados das escolas públicas - municipais e estaduais - de Belo Horizonte. Esse banco conta com o cálculo do nível socioeconômico - NSE - dos alunos, das escolas e do espaço geográfico onde a escola está situada. Para isto criou-se um arquivo de dados cuja unidade é o domicílio. As informações sobre cada domicílio considerado vieram ou da resposta do aluno ao questionário do PROEB ou do questionário do censo. Estes dois instrumentos contem itens que captam a escolaridade

dos pais e, indiretamente, a renda de cada domicílio, através da verificação da presença de itens de conforto doméstico. Para a agregação destes indicadores em um único índice utilizou-se a Teoria de Resposta ao Item. Primeiramente as informações das duas fontes de dados forneceram e foram usadas concomitantemente e o arquivo de dados foi composto de tantas linhas quantos foram os alunos participantes da avaliação e dos domicílios incluídos na amostra do censo populacional. Ao final obteve-se uma medida do NSE das famílias dos alunos testados. O nível socioeconômico das escolas, doravante denominado NSE_ESC, é a média do NSE das famílias de seus respectivos alunos.

A pesquisa testou a influência do espaço sobre o desempenho escolar. Os resultados obtidos mostraram que as condições socioeconômicas da UEH onde se localiza a escola não tem capacidade explicativa para o desempenho dos alunos. No entanto, algumas outras hipóteses sobre as relações entre espaço e desempenho escolar foram levantadas. Entre elas o reforço da segregação socioespacial nas escolas situadas em bairros da classe média na fronteira com favelas. Nesses casos, o efeito positivo da possibilidade de convivência e de exposição dos menos favorecidos aos exemplos exitosos dos alunos com capital social e cultural mais elevado se anula, uma vez que os grupos médios não estudam nas escolas públicas próximas de suas residências.

Por outro lado, o georeferenciamento das escolas permitiu encontrar algumas estruturas na distribuição espacial de qualidade e de equidade. Ficou mostrado que, do ponto de vista socioespacial, a realidade escolar é muito mais complexa que a socioeconômica. O afastamento do centro não diminui necessariamente a qualidade ou a equidade da escola.

O quadro geral, como já constatado em outros estudos, é preocupante. De maneira geral, as escolas públicas de Belo Horizonte apresentam baixo desempenho, pouca qualidade e poucas conseguem mediar a influência do NSE de seus alunos. No entanto, mostrou-se que há escolas da mesma rede, na mesma UEH com níveis de qualidade muito diferentes. Ou seja, há espaço para políticas escolares para a melhoria do desempenho dos alunos.

No desenvolvimento desse estudo, foi apresentado e aprovado um projeto de pesquisa sobre o tema no Fundo de Incentivo à Pesquisa da PUC Minas. A partir desse projeto passamos a contar com duas bolsistas de iniciação científica. Além disso fizemos uma parceria acadêmica com o professor José Francisco Soares da UFMG, com o qual desenvolvemos a pesquisa que resultou na construção de um banco de dados e de um artigo apresentado no workshop e posteriormente publicado no livro *A Cidade contra a Escola*. Uma das bolsistas de IC ganhou o prêmio de melhor trabalho nas áreas das Ciências Sociais. Esta premiação ocorre quando da apresentação dos trabalhos dos alunos durante o seminário anual de Iniciação Científica da PUC Minas.

Resultados e Produtos:

- a) Publicação do livro *A Cidade contra a escola*. Nome dos organizadores: Luiz César de Queiroz Ribeiro, Ruben Kaztman. Ano: 2008. Editora: Letra Capital (ver publicações)
- b) Produção do relatório *O efeito-vizinhança e o efeito escola na explicação do desempenho escolar*. Ano: 2007. Nome dos autores: Luciana Teixeira de Andrade, Juliana Gonzaga Jayme, José Irineu Rigotti, José Francisco Soares.

- c) Apresentação do trabalho A evolução das taxas de aprovação escolar em Minas Gerais, segundo o status migratório - período 1991 e 2000, no VXI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu. Ano: 2008. Nome dos autores: Jarvis Campos, José Irineu Rangel Rigotti (ver publicações).
- d) Apresentação do trabalho A escolaridade recente no município de Belo Horizonte: uma abordagem intra-municipal, no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu. Ano: 2006. Nome dos autores: Jarvis Campos, José Irineu Rangel Rigotti, Arthur Felipe Feuchard Linhares Ceraso (ver publicações).
- e) Produção de banco de dados das escolas públicas de Belo Horizonte. Fonte: Simave e Censo 2000. Data de Referência: 2003 e 2000. Tamanho: Escolas municipais e estaduais de Belo Horizonte e domicílios. Unidade do banco: Escolas e domicílios. Referência espacial: Unidades espaciais homogêneas.
- f) Produção de duas monografias de iniciação científica sobre o tema.
- g) Produção de duas dissertações de mestrado sobre o tema.
- h) produção de uma tese de doutorado sobre o tema. Título: Modelos hierárquicos aplicados à educação no Brasil (provisório). Ano: 2009. Nome do autor: Tânia Fernandes Bogutchi. Instituição: PUC Minas. Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

Linha III - Governança Urbana, Cidadania e Gestão das Metrôpoles

3.1. Cultura Política, Cidadania e Segregação nas Metrôpoles.

Atividades desenvolvidas pelos Núcleos:

- a) Belo Horizonte: As atividades internas ao grupo de pesquisa de “cultura política” de Belo Horizonte centraram-se primeiro na elaboração de um banco de dados próprio a partir do survey do Instituto SENSUS para Belo Horizonte. Posteriormente precedeu-se a uma comparação com as outras metrôpoles com objetivo de entender as peculiaridades de Belo Horizonte. As atividades comparativas da pesquisa no plano nacional foram feitas, em parte por meio eletrônico, e, posteriormente nos encontros propiciados pelo Observatório, no RJ em 2007, em Salvador em maio de 2008 e no RJ a Oficina de Pesquisa em março e 2008. Do ponto de vista conceitual, sob alguns aspectos, percebeu-se um descompasso no grau de generalização da pesquisa de Portugal e a de Belo Horizonte. Outra conclusão que causa surpresa, no caso de BH, refere-se ao recuo do associativismo no contexto de uma administração democrática e popular, com políticas sociais robustas, em comparação com os outros estados.
- b) Goiânia. Os resultados da pesquisa indicam que Goiânia goza de uma situação peculiar no Brasil em relação às demais capitais (especialmente aquelas que foram objeto da submissão desse survey). Isso porque os dados referentes à concepção política e à prática cidadã apontam para uma coerência em Goiânia não percebida nas demais capitais, que tenderam a constituir dois blocos: um, de elevado nível de concepção política, porém baixo

nível de prática cidadã; e o outro o contrário, de baixo nível de concepção política, porém elevado nível de prática cidadã. Os resultados das demais capitais sinalizam para uma realidade legível a partir dos referenciais da nova cultura política, o que não é o caso de Goiânia, em que a realidade se explica melhor pela leitura clássica da cultura política.

c) Natal: Os dados nos mostram, com bastante clareza, por exemplo, a inexistência de uma relação de determinação, entre indicadores demográficos e cultura política. Não há relação, também entre as variáveis políticas: valores, percepções e prática política. Natal foi a capital pesquisada que apresentou o maior índice no tocante a valores de cidadania – consciência de deveres e direitos, na comparação com outras capitais brasileiras. Dentro da perspectiva marshaliana, poderíamos afirmar a existência de uma visão cidadã, muito desenvolvida na sociedade natalense. Em contrapartida, Natal apresenta índices extremamente baixos no tocante às variáveis que supõem interesse e participação no cenário político local, características centrais em uma nova concepção de cidadania. Essa realidade leva-nos a supor que, a despeito do cidadão natalense ter um alto grau de consciência cívica, a cidadania para ele é uma “cidadania não ativa” na medida em que ele não exerce, na prática, a sua “condição cidadã” que se expressaria numa participação, comprometida e responsável, acerca do futuro da sociedade onde vive. Por outro lado, o baixo nível de mobilização e associativismo apresentado nessa capital, está longe de se constituir como exemplo daquilo que denominamos de Nova Cultura Política, uma cultura política caracterizada pela crise dos tradicionais espaços de associativismo e de mobilização e pela tendência ao individualismo, presentes nas sociedades modernas. O que se expressa em Natal é a velha cultura política brasileira, que identifica a política como espaço privado das tradicionais elites políticas, que oligarquizam as estruturas partidárias e fazem dessas, expressões de vontades e interesses particulares. Uma cultura política não participativa, não cívica, fruto de uma história política calcada na desigualdade social e no autoritarismo. Essa cultura política é, certamente, fruto das tradições sociais e políticas de nossa sociedade, que moldam, condicionam e estabelecem os limites do lugar do cidadão no cenário local. É também resultante das práticas políticas das elites, enquanto produtoras de realidades e de significados sobre a vida política, o que acaba afastando os indivíduos de uma participação mais ativa. Por fim é preciso pensar também acerca da importância dos modelos de interação que, no marco de uma estrutura social desigual, mantêm entre si os indivíduos, os grupos e as instituições, na qualidade de atores políticos. Isso explica, sem nenhuma dúvida a descrença, em Natal, na mobilização e no associativismo e a reafirmação constante dos contatos pessoais (pela via do favor e da lealdade), como fórmula de resolução dos problemas do cidadão.

d) Porto Alegre. Além dos dados da survey das regiões metropolitanas sobre cultura política, foram realizados ainda quatro grupos focais com lideranças da sociedade civil em quatro municípios da RMPA, quais sejam Porto Alegre, São Leopoldo, Viamão e Guaíba. Foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas com lideranças da sociedade civil dessas cidades (ao longo do ano de 2009 cerca de quinze entrevistas adicionais serão realizadas). As principais conclusões obtidas são as seguintes: (i) Ausência de sustentação empírica para a generalização do argumento que parece ter assumido uma posição de verdade incontestável entre segmentos de pesquisadores e membros de agências de desenvolvimento; qual seja: que o associativismo seria a fonte básica da confiança e, assim, de capital social; (ii) Na RMPA existiriam níveis relativamente altos de envolvimento associativo e, ao mesmo tempo, níveis muito baixos de confiança inter-pessoal e político-institucional; (iii) Os dados da pesquisa indicam uma forte correlação entre o baixo nível de confiança manifestado pelos entrevistados e a avaliação extremamente negativa dos mesmos sobre os atores e instituições político-administrativos; (iv) A forma como a

configuração associativa incide sobre os níveis de (des)confiança seria condicionada pelo contexto político-institucional.

e) Recife. De um modo geral, os resultados finais da Pesquisa parecem indicar mais tendências de coexistência entre atitudes e percepções das pessoas entrevistadas sobre o sistema político vigente do que de oposição ou fragmentação desses valores. Há, portanto, elementos do modelo clássico de cultura política (associativismo clássico: virtudes cívicas, confiança interpessoal, crença nas instituições, entre outros) com o modelo mais individualista de exercício da cidadania, onde a vinculação das pessoas a algum tipo de associativismo ou mobilização é potencialmente menos duradoura. A Pesquisa também revela que a Política (como valor cívico) e o Partido Político (como prática e exercício em torno desse valor) não são atraentes para as pessoas entrevistadas: o interesse em torno de ambos é baixo e, talvez, por isso tenha sido tão difícil para os entrevistados identificarem quais instituições melhor poderiam defender seus interesses. Como consequência, Igrejas e Cultos Religiosos são alternativas prováveis – bem mais que os Partidos Políticos – à participação e pertencimento associativo dos entrevistados, talvez por estarem fisicamente mais próximos desses cidadãos ou por operarem numa dimensão mais profunda e menos material do ser e de suas necessidades espirituais.

f) Rio de Janeiro. No caso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a pesquisa foi realizada na capital, em Niterói e na Baixada Fluminense, região que faz parte da sua periferia. Pelos dados, observa-se diferenças significativas entre a cultura política do núcleo metropolitano (formada pela capital e por Niterói) e sua periferia, sendo que a primeira apresenta níveis de associativismo superior à periferia, qualquer que seja o tipo de organização considerado, onde apenas a filiação a igreja ou organizações religiosas alcançou níveis semelhantes. Da mesma forma, não obstante serem menos significativas, também se observa níveis de mobilização sociopolítica mais elevados no núcleo da metrópole fluminense do que na sua periferia. Em termos das percepções relacionadas aos valores de cidadania, as pessoas moradoras na periferia parecem valorizar mais ações e comportamentos vinculados aos valores republicanos tradicionais do que aqueles residentes no núcleo metropolitano. Esses dados, em princípios, paradoxais poderiam ser explicados pela maior difusão dos valores individualistas – em parte relacionados aos valores da Nova Cultura Política – na capital.

g) São Paulo: Buscou-se avaliar, através da pesquisa, avaliar em que medida a emergência de uma nova cultura política, associada ao tamanho e complexidade da Metrópole – bem como ao papel que desempenha num sistema mundializado – é realizada através de determinações locais, configurando até certo ponto um *devir sui generis*, onde o novo reatualiza o experimentado sem excluí-lo. O centro da reflexão estava relacionado a discussão do quanto a centralidade metropolitana responde pela cultura política em São Paulo, o que obviamente não pode ser apenas medido a partir desta pesquisa. Porém, a análise precedente sugere pistas importantes na direção de um “efeito metrópole”. Primeiramente, níveis mais elevados de socialização, interesse pela política, associativismo, mobilização, exposição à mídia e similares, inclusive quando comparados ao Rio de Janeiro, dizem algo sobre o acesso dos cidadãos aos recursos necessários, coerentes com a posição de São Paulo no contexto do desenvolvimento nacional. Em segundo lugar, mas não menos importante, o paulista é mais inclinado ao uso de formas de mobilização associadas a uma “nova cultura política”: “boicotar produtos por razões políticas, éticas e ambientais”; “contactar/aparecer na mídia” e “participar num fórum através da Internet”. Em terceiro lugar, tais tendências são exponenciadas no Município de São Paulo; algo se deve, portanto à centralidade.

Resultados e Produtos:

- a) Produção de relatório final da pesquisa Mudanças Contemporâneas e a Cultura Política das Metrôpoles Brasileiras. Ano 2009. Autores: Sergio de Azevedo, Orlando Alves Santos Junior e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.
- b) Produção do artigo A “Nova Cultura Política” na Modernidade da Periferia: O Brasil em foco, publicado no livro Cidade e Cidadania: governança urbana e participação cidadã em perspectivas comparadas (organizadores: CABRAL, Manuel Villaverde, SILVA, Filipe Carreira da, SARAIVA, Tiago). Ano 2008. Autores: AZEVEDO, Sérgio de, SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos, RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Editora: Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- c) Produção do relatório Cultura política em Belo Horizonte. Ano: 2008. Nome dos autores: Lea souki, reanto fontes, Luciana Teixeira de Andrade, Ananias Freitas.
- d) Produção do artigo A atualidade de T.H.Marshall no estudo da cidadania no Brasil, publicado na revista Civitas (Porto Alegre). Ano: 2006. Nome dos autores: Lea Guimarães Souki (ver publicações).
- e) Produção do artigo O Conselho e a institucionalização da política de patrimônio no município de Belo Horizonte, publicado no livro Democracia Participativa. (organizadores: Sergio Azevedo, Ana Luiza Nabuco). Ano: 2009. Nome dos autores: Luciana Teixeira Andrade. (ver publicações).
- f) Apresentação do trabalho A atualidade de T. H. Marshall : tensão entre cidadania e desigualdade no 3º Congresso Latino-americano de Ciência Política, realizado em Campinas. Ano: 2006. Nome dos autores: Léa Guimarães Souki (ver publicações).
- g) Produção de banco de dados sobre cultura política da RMBH. Fonte: Pesquisa Cultura Política - SENSUS – 2006. Data de Referência: Abril. Tamanho: 384 entrevistas. Unidade do banco: pessoas. Referência espacial: Belo Horizonte.
- h) Produção do relatório Cultura Política, Democracia e Segregação Socioterritorial em Goiânia. Autores: Adão Francisco de Oliveira, Aristides Moysés, Eguimar Felício Chaveiro e Ubiratan Francisco de Oliveira. Ano 2009.
- i) Produção do livro Cidades Sustentáveis: políticas públicas para o desenvolvimento. Ano: 2006. Nome dos organizadores: OLIVEIRA, Adão F. de; NASCIMENTO, Claudemiro Godoy. Editora: Editora da UCG (ver publicações).
- j) Produção do relatório Cidadania e Cultura política: a realidade de Natal. Ano: 2008. Nome dos autores: Ilza Araújo leão de Andrade.
- k) Produção do artigo Fundamentos da confiança: associativismo, instituições político-administrativas e capital social na Região Metropolitana de Porto Alegre, publicado na revista Cadernos Metrôpole. Ano: 2009. Nome dos autores: Soraya Maria Vargas Cortes, Marcelo Kunrath Silva (ver publicações).
- l) Produção do artigo Sociedade civil, instituições e atores estatais: o que condiciona a ação de atores sociais em fóruns participativos? Publicado no livro Território, economia e sociedade: transformações na Região Metropolitana de Porto Alegre (organizadores: José

Antonio Fialho Alonso, Rosetta Mammarella, Tanya M. de Barcellos). Ano: 2009. Nome dos autores: Soraya Maria Vargas Cortes, Marcelo Kunrath Silva (ver publicações).

m) Produção do artigo Viabilizando a participação Conselhos de Política Pública Municipais: arcabouço institucional, organização do movimento popular e policy communities, publicado no livro Políticas Públicas no Brasil (organizadores: Gilberto Hochman, Marta Arretche, Eduardo Marques). Ano: 2007. Nome dos autores: Soraya Maria Vargas Cortes (ver publicações).

n) Produção do relatório: Cultura política e cidadania: uma análise das representações e da atuação políticas dos moradores da Região Metropolitana de Porto Alegre. Ano: 2008. Nome dos autores: Marcelo Kunrath Silva, Soraya Maria Vargas Cortes.

o) Produção do relatório Cultura Política no Recife. Ano: 2008. Autor: Evanildo Barbosa da Silva.

p) Produção do relatório Cultura Política na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ano: 2009. Autor: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Sérgio de Azevedo e Orlando Alves dos Santos Junior.

q) Apresentação do trabalho Cidade, Cidadania e Segmentações Socioterritoriais no Brasil, apresentado no encontro nacional da ANPUR, realizado em Belém. Ano: 2007. Autores: Sergio de Azevedo, Orlando Alves Santos Junior e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (ver publicações).

u) Produção do relatório Cultura política e valores de cidadania na Região Metropolitana de São Paulo. Ano: 2009. Autores: Edison Nunes; Félix Sanches ; Vera Chaia.

3.2. Capital Social e Movimentos Sociais nas Metrôpoles

O survey foi realizado em Porto Alegre, junto aos delegados do Orçamento Participativo de Porto Alegre (doravante OP). O questionário utilizado foi o mesmo da pesquisa da cultura política. Foram adotados indicadores para fins de comparação com os dados sobre a cultura política extraídos da investigação realizada em diversas Regiões Metropolitanas do país, assim como indicadores encontrados em outros países. Intencionou-se fornecer parâmetros empíricos e interpretativos frente a duas questões principais: a possível expressão de valores e de práticas de atuação dos delegados do OP consoantes com a denominada Nova Cultura Política (Clark et al., 2002; Cabral e Silva, s/d; e Azevedo, Santos Jr. e Ribeiro, 2007); e a existência ou não de possíveis aprendizagens favoráveis à formação de uma cultura política democrática - levando-se em conta a tradição autoritária na formação do país - por parte dos indivíduos que se engajam de forma mais intensa e orgânica na discussão das prioridades orçamentárias da cidade de Porto Alegre que ocorre desde 1989, como é o caso dos delegados do OP.

A investigação utilizou-se de amostra probabilística inferida a partir do perfil social, em termos de sexo, escolaridade e faixa etária dos delegados do OP, conforme os percentuais desses indicadores extraídos da última pesquisa existente com os participantes do OP (2005)²¹. O número de entrevistados (383 casos) corresponde ao mesmo número que

21 Cf. Fedozzi, L. *Observando o Orçamento Participativo de Porto Alegre*. Análise histórica de dados: perfil social e associativo, avaliação e expectativas. Tomo Editorial, 2007. (ver www.obervapoa.com.br)

compôs a amostra da população de Porto Alegre incluída na amostra geral da RMPA (768 entrevistados). Todas as 16 Regiões e as 6 Assembleias Temáticas que constituem as formas de base da participação no OP estiveram representadas. A pesquisa foi realizada em novembro de 2008 e os respondentes foram selecionados a partir das listas dos delegados em exercício no ano de 2008.

Os entrevistados podem ser caracterizados como sendo de ambos os sexos, com idade de 50 anos ou mais, de cor branca, com ensino fundamental incompleto ou completo, possuem renda familiar de até cinco salários mínimos, são chefes de família, possuem situações de emprego que lhes permite flexibilidade no exercício da carga horária e residem em Porto Alegre há quase três décadas.

A análise focalizou duas questões principais: (a) a existência de valores e de padrões de atuação expressivos da Nova Cultura Política e (b) a possibilidade de aprendizagens democráticas decorrentes da prática de participação. Em termos gerais, constata-se que os dados resultantes da amostra feita com Delegados do OP - comparados com os de amostras representativas da população das demais cidades pesquisadas - demonstram índices superiores de associativismo, mobilização sócio-política, opinião valorativa sobre os direitos e deveres de cidadania e interesse pela política como instância de mediação social. Embora esses indícios, o conjunto dos dados não confirma a hipótese da vigência de uma Nova Cultura Política. São evidenciadas, também, assimetrias nas aprendizagens democráticas decorrentes da diversidade socioeconômica e cultural do público participante. Considerando-se o tempo (maior ou menor) de participação no OP, verifica-se que as aprendizagens para a cidadania ativa ocorrem menos nas representações sobre direitos e deveres e mais no crescimento do ativismo sócio-político, no interesse pela atividade política, no olhar crítico sobre as formas de gestão e na valorização do regime democrático participativo. Isso relativiza o possível papel de “escola de cidadania” a ser cumprido pelo OP para fins de transformações mais profundas na escala da consciência social dos participantes.

Resultados e Produtos:

- a) Produção do relatório Cultura Política e Cidadania entre os delegados do Orçamento Participativo de Porto Alegre. Ano: 2008. Nome do autor: Luciano Fedozzi.
- b) Apresentação do trabalho Conselhos municipais no contexto das políticas públicas setoriais: um estudo comparativo na Região Metropolitana de Porto Alegre, no XXXI Encontro da ANPOCS, realizado em Caxambu. Ano: 2007. Nome dos autores: Soraya Maria Vargas Côrtes (ver publicações).

3.3. Sistema Federativo e Condições Institucional-Fiscais da Gestão Metropolitana

Dentre as importantes mudanças trazidas pela Constituição Federal de 1988, destacam-se as referentes ao arranjo federativo brasileiro. No que diz respeito à questão metropolitana, o assunto deixa de ser considerado no capítulo referente à ordem econômica, quando as regiões metropolitanas eram criaturas do governo federal, e passa ao âmbito “Da Organização do Estado”. Conforme disposto no Artigo 25, a competência para instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões pelo agrupamento de municípios limítrofes passa à competência dos estados. A união de forças

tem por objeto “integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

Tal determinação, no entanto é simultânea à elevação dos municípios à categoria de unidades da federação, tal como os estados, e à ampliação de sua autonomia, na medida em que lhes garante maior fatia das receitas federais. A partir daí, reforçou-se o relacionamento direto do governo federal com os governos locais, pelo aumento da importância de transferências vinculadas para a execução de políticas descentralizadas. Este é o caso, por exemplo, dos recursos do SUS, do Fundef e de inúmeros convênios. Para os municípios de porte médio, por exemplo, as transferências do SUS são maiores que as do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

O novo contexto institucional implicou em que as instâncias de coordenação dos interesses e ações comuns tenham apenas caráter administrativo: não são entes políticos, não dispendo, portanto, de corpo legislativo. Às dificuldades de ordem institucional se juntam outras de ordem econômica e social que dificultam a coesão, principalmente em torno da realização de investimentos em infraestrutura urbana, onde se concentram grande parte das questões de interesse comum em regiões metropolitanas: saneamento, habitação, transporte, disposição e tratamento do lixo, entre outras.

No campo econômico, as finanças dos estados entram em franca deterioração, reduzindo sua força como provedores de recursos para alavancar ações de interesse comum. Na área federal, a perda de receita pelo aumento da partilha de seus tributos e as novas obrigações sociais decorrentes das mudanças introduzidas pela Constituição de 1988 deixam pequena margem para assunção de novos compromissos. O ajuste fiscal promovido ao final da década de 90, baseado principalmente no aumento da carga tributária, elimina o déficit primário, gerando recursos para as obrigações acrescidas com o serviço da dívida. Às dificuldades de recursos estaduais e federais, soma-se a ausência de um suporte institucional ao financiamento de investimentos no desenvolvimento urbano. Na área de habitação, por exemplo, não se repuseram as perdas decorrentes da crise do Sistema Financeiro da Habitação, de que resultou, em 1986, a extinção do BNH e a absorção de suas funções pela CEF. A ausência de crescimento sustentado do nível de emprego, a queda dos salários e a crescente informalização do mercado de trabalho afetaram a principal fonte de recursos do crédito público para a área urbana, o FGTS.

A década de 90 e os anos 2000 assistem ao crescimento das regiões metropolitanas em número e expressão: das 10 regiões criadas por lei federal, passa-se a 26 regiões, que congregam mais de 400 municípios com uma população superior a 42% do total para o Brasil. Nas regiões inicialmente criadas, em particular, crescem os municípios periféricos, em geral de fraca base tributária, perdendo expressão a cidade núcleo, que se vê chamada a prover serviços para uma população cada vez maior que nela vem trabalhar, enquanto sofre perda relativa de receita, em parte por força de mecanismos relativos à guerra fiscal entre estados e entre os próprios municípios.

Neste cenário, o desenvolvimento de ações nas Regiões Metropolitanas requer que se aprofunde o conhecimento da situação fiscal de seus municípios, e da forma como estes se relacionam com o estado em que se situam e com a União.

O objetivo geral desta atividade foi analisar a situação dos municípios das Regiões Metropolitanas (RMs) de forma a avaliar sua capacidade de aportar recursos para o desenvolvimento de projetos para a solução de problemas comuns. Tal conhecimento orientará o desenho dos instrumentos que viabilizem a cooperação entre os entes federativos. Este objetivo geral desdobra nos seguintes objetivos específicos: (i) situar as RMs no contexto nacional e no estado em que se situam, através de indicadores econômicos, demográficos, políticos e fiscais. As comparações destacarão os dados das cidades núcleo e das demais cidades de cada região. Para todo o trabalho, sempre que couber, os municípios serão diferenciados, quanto ao porte, por faixa de população; (ii) avaliar a estrutura de receitas dos municípios metropolitanos, de forma a delimitar o grau de autonomia do município e a sustentabilidade – disponibilidade de receitas asseguradas; (iii) avaliar a estrutura de despesas dos municípios metropolitanos e seu financiamento, com o objetivo de definir o grau de liberdade para assunção de novos compromissos, face às obrigações constitucionais na área de saúde e educação; (iv) avaliar a capacidade de geração de poupança dos municípios metropolitanos, para sustentar investimentos de prazo mais longo. Aqui, particular atenção será dada à estrutura de financiamento dos investimentos comumente operada pelo município e sua adequação a projetos que requerem recursos assegurados por diversos exercícios fiscais; (v) avaliar o grau de endividamento e de comprometimento da receita com o serviço da dívida.

O estudo das variáveis fiscais permitiu a construção de conjunto de indicadores com a finalidade de conhecer e acompanhar: o grau de autonomia do município; o grau de sustentabilidade da receita; o grau de comprometimento da receita permanente; a capacidade de aportar recursos para investimentos e ações de caráter permanente.

Examinamos a evolução institucional e traçamos um perfil sócio-econômico e de gestão dos municípios das RMBs. Buscamos, dessa forma, destacar a importância desses territórios e identificar alguns dos fatores que dificultam a cooperação na ação coletiva - o tamanho do grupo, a diversidade de suas preferências, de que decorreriam as prioridades na definição de políticas públicas e a capacidade de coordenação dos estados, que adquiriram a competência para instituir regiões metropolitanas a partir da Constituição de 1988.

Para analisar a dimensão institucional da questão metropolitana, incluímos seções específicas sobre a experiência de gestão metropolitana no Brasil e sobre o desenvolvimento da legislação das RMBs. A experiência de gestão metropolitana iniciada na década de 60 e que, sob os auspícios do governo autoritário, teve seu auge na segunda metade da década de 70, perde força ao longo da década seguinte, quando se desarticula o sistema de planejamento idealizado pelo governo central, principal articulador e provedor de recursos para os projetos metropolitanos. Nova tentativa de definir uma base institucional para a gestão metropolitana é feita com a Constituição de 1988. O clima, no entanto, é francamente desfavorável a qualquer possibilidade de coordenação pela União, transferindo-se a responsabilidade pela criação e organização das regiões metropolitanas para os estados. Simultaneamente, os municípios foram reconhecidos como membros da federação, com posição semelhante à dos estados, sepultando - ou ao menos fortemente dificultando - a legitimação destes como instância de coordenação de ações metropolitanas. Perde-se assim um instrumento de redução de custos de transação da ação institucional coletiva - a regulação estadual.

O resultado foi a proliferação de regiões metropolitanas - às nove criadas por lei

federal acrescentaram-se, a partir de 1995, outra 20, constituídas por municípios não raro pouco articulados. O Estado de Santa Catarina, por exemplo, instituiu 3 regiões metropolitanas em 1998 e outras 3 em 2002. Além disso, o número de municípios das antigas regiões e mesmo das recém-criadas cresceu, agregando unidades com graus muito diferenciados de integração.²² O número de municípios de uma região varia de 2 - na Região Metropolitana de Macapá - a 39, na Região Metropolitana de São Paulo. Em Belo Horizonte, se considerarmos o Colar Metropolitano, alcançamos 48.

Mais do que conhecer a regulação sobre a matéria, o exame da legislação revelou importantes aspectos sobre o tratamento dado à questão metropolitana pelo governo federal e, mais recentemente, pelos governos estaduais. A importância da questão metropolitana oscila no tempo e entre os estados, transferindo-se com certa frequência a competência da gestão metropolitana de um órgão para outro dentro do mesmo estado. As estruturas de gestão passam, no entanto, por um processo de amadurecimento em relação à composição de forças, por um lado, e em relação ao reforço do processo democrático na escolha de representantes, por outro. Os instrumentos de financiamentos, quando existem, parecem ser frágeis e de pouca relevância, dificilmente havendo informações claras sobre eles.

O perfil sócio-econômico descortinou diferenças entre regiões e intra-regionais, que, como supusemos anteriormente, devem levar a diferentes prioridades de políticas públicas, dificultando a cooperação. Para compor o perfil sócio-econômico, escolhemos variáveis que têm correspondência com a situação fiscal dos municípios, que será examinada no capítulo seguinte.

O estudo dos aspectos demográficos revelou o crescimento acelerado e contínuo da população, principalmente dos municípios periféricos, levando à constituição de municípios onde o crescente quadro de carências contrasta com a fraca base tributária e, em geral, reduzida capacidade técnica do corpo funcional. Demonstra ainda que as regiões metropolitanas são polos de atração de migrantes, onde a intensa movimentação diária para trabalho ou estudo requer o equacionamento de políticas de habitação e de transporte.

A atividade econômica distribui-se desigualmente pelo território de cada região metropolitana: coexistem municípios de diferentes portes em termos de PIB e população, implicando em diferenças na demanda por serviços públicos e na capacidade fiscal para seu atendimento.

O exame da disponibilidade de serviços urbanos permitiu demonstrar que a área urbana dos municípios periféricos tem, por vezes, um grau de carência maior que a área urbana dos municípios não metropolitanos do mesmo estado. Na ausência de um fluxo estável de investimentos e de disponibilidade de recursos para a manutenção de novos equipamentos urbanos, a situação tende a se agravar.

No campo da educação, a assunção da responsabilidade pelo ensino fundamental é ainda um objetivo longínquo para a grande maioria dos municípios. Além disso, a presença de analfabetismo em crianças de 10 anos demonstra claramente a dimensão das demandas a atender. A pressão crescente pela ampliação de vagas em creches e pré-escolas é outro fator a disputar o orçamento municipal. A substituição do Fundef pelo Fundeb, iniciada em 2007, incentiva a expansão de vagas em creches municipais. No entanto, a ampliação necessariamente requererá aportes adicionais dos próprios municípios, antes que venham a se

²² Em parte, esse crescimento se deve ao forte processo de desmembramento que se verifica após 1988.

beneficiar de maior participação no rateio do Fundeb de seu estado²³.

Quanto aos indicadores de renda e condições de vida, observamos que os municípios metropolitanos oferecem condição de vida melhor que os demais de seu estado. No entanto, há estados em que a proporção de pobres em áreas metropolitanas é extremamente elevada.

Os indicadores de gestão pública apontam o ônus com inativos, que se avoluma nas cidades núcleo das regiões metropolitanas. Quanto aos servidores ativos, a proliferação de municípios levou à perda de escala, uma vez que, em pequenas unidades, o número de servidores por habitante tende a ser bem superior ao de municípios de maior porte.

Os aspectos institucionais, econômicos e sociais abordados neste capítulo deixaram claro que as regiões metropolitanas atualmente constituídas são compostas por municípios bastante diferenciados e desiguais, em termos de demanda por serviços públicos e potencial para enfrentar os desafios para a solução de problemas comuns. À desigualdade intra-regional, somam-se diferenças acentuadas entre as unidades regionais, o que indica que uma política para as regiões metropolitanas de caráter nacional não pode ignorar a multiplicidade de situações que prevalecem nesses territórios. Além disso, a falta de legitimidade dos estados para usar mecanismos de coerção - leis estaduais e outros instrumentos que levem a uma ação coordenada - reforça a necessidade de buscar incentivos que estimulem a cooperação.

Para compor o perfil sócio-econômico, escolhemos variáveis que têm correspondência com a situação fiscal dos municípios, objeto do próximo capítulo, onde examinaremos a estrutura fiscal dos municípios com o objetivo de avaliar sua capacidade de atender as demandas dos cidadãos, aqui identificadas²⁴.

Resultados e Produtos:

- 1) Publicação do livro *As Regiões Metropolitanas: Por que não Cooperam?*, Rio de Janeiro, Letra Capital/Revan, 2009.

²³ O rateio dos recursos do Fundeb constituído em cada estado é feito com base nas matrículas apuradas pelo censo escolar do ano anterior. Logo, para que possa ampliar sua participação na distribuição dos recursos, o município precisará demonstrar que o número de crianças em creche se expandiu.

²⁴ Não há dúvida de que a capacidade fiscal é apenas um dos atributos necessários a atender essas demandas. A capacidade do corpo técnico municipal seria mais um dentre os muitos outros elementos importantes.

ANEXO

Produção de Monografias de Iniciação Científica por Núcleo da Rede

a) RM Belo Horizonte

Título: Iniciação Científica: Dinâmica e caracterização migratória do Colar Metropolitano do Vale do Aço. Ano: 2009. Nome do autor: Thiago Vieira da Silva Matos - Orientador: José Irineu Rangel Rigotti. Instituição: PUC Minas Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.

Título: Iniciação Científica - Mapeando os deficientes no estado de Minas Gerais: uma análise exploratória através do censo demográfico de Minas Gerais. Ano: 2006. Nome do autor: Emerson Augusto Baptista - Orientador: José Irineu Rangel Rigotti. Instituição: PUC Minas. Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

Título: Iniciação Científica: Análise espacial dos fluxos populacionais em Minas Gerais. Ano: 2006. Nome do autor: Luciene Marques da Conceição - Orientador: José Irineu Rangel Rigotti. Instituição: PUC Minas. Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.

Título: Iniciação Científica - Distribuição Espacial da População Brasileira. Ano: 2005. Nome do autor: Arthur Cerazo - Orientador: José Irineu Rangel Rigotti. Instituição: PUC Minas. Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.

Título: Urbanização e Juventude

Ano: 2007

Nome do autor: Carolina de Souza Leal, Denise Garáfalo Fonseca

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Iniciação Científica - Métodos de estudo de bairros: análises dos bairros de Belo Horizonte

Ano: 2007

Nome do autor: Franklin Bruno da Silva - Orientador: Luciana Teixeira Andrade

Instituição: PUC Minas

Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Iniciação Científica - Espaços públicos e formas de sociabilidades em Belo Horizonte

Ano: 2005

Nome do autor: Heloísa Helena de Souza - Orientador: Luciana Teixeira Andrade

Instituição: PUC Minas
Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Iniciação Científica: Segregação socioespacial e desempenho escolar em escolas públicas de Belo Horizonte.

Ano: 2006

Nome do autor: Heloísa Helena de Souza - Orientador: Luciana Teixeira de Andrade

Instituição: PUC Minas

Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Iniciação Científica: O efeito vizinhança e o efeito escola na explicação de desempenho escolar de estudantes de 4a. série do ensino elementar

Ano: 2006

Nome do autor: Ana Carolina Corrieri - Orientador: Juliana Gonzaga Jayme

Instituição: PUC Minas

Área de conhecimento: Antropologia Urbana

b) RM Curitiba

Título: Monografia de Especialização - Brasileiros na Itália – a migração motivada pelo direito à cidadania italiana.

Ano: 2008

Nome do autor: R. Dalla Félix Costa

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Especialização em Relações Internacionais

Título: Monografia de Graduação - Migração rural-urbana: os momentos do processo migratório entre o distrito de Água Azul e o município de Curitiba (PR) (1960-2008).

Ano: 2008

Nome do autor: Soares A. de Assunção

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: Monografia de Graduação - Segregação socioespacial na cidade de Curitiba: condomínios fechados horizontais no bairro Campo Comprido

Ano: 2008

Nome do autor: Juliana Rombaldi

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: A inserção de Fazenda Rio Grande na dinâmica da indústria automobilística.

Ano: 2006

Nome do autor: Maria Lucia Kuzma

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: O periurbano na Região Metropolitana de Curitiba: o caso de Piraquara

Ano: 2008

Nome do autor: Emanuele Gonçalves Stumm.

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: Inclusão e Exclusão Social: até que ponto as novas tecnologias reforçam ou minimizam a segregação?

Ano: 2008

Nome do autor: Letycia Rodrigues de Souza Mangoni

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: Padrão de localização das médias e grandes indústrias no Aglomerado Metropolitano de Curitiba

Ano: 2008

Nome do autor: Patrícia Baliski

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

c) RM Goiânia

Título: A DIFERENÇA ENTRE AS MOTIVAÇÕES PARA OS HOMICÍDIOS PRATICADOS POR PRESOS JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA PRISIONAL GOIANO

Ano: 2008

Nome do autor: Jaqueline Aparecida de Sousa

Instituição: Universidade Federal de Goiás

Área de conhecimento: Sociologia

Título: MOTIVAÇÕES DE HOMICÍDIOS COMETIDOS ENTRE ESTRANHOS

Ano: 2008

Nome do autor: Iamanda Luiza Marciano e Silva

Instituição: Universidade Federal de Goiás

Área de conhecimento: Sociologia

d) RM Maringá

Título: Satisfação de Usuários de Transporte Coletivo por Área de Expansão Demográfica

Ano: 2006

Nome do autor: Nayara Krupek, Isolde Terezinha Santos Previdelli

Instituição: UEM

Área de conhecimento: Estatística

Título: Elaboração do delineamento amostral para pesquisa sobre a qualidade do transporte coletivo em Maringá

Ano: 2006

Nome do autor: Nayara Krupek, Ana Lúcia Rodrigues

Instituição: UEM

Área de conhecimento: Sociologia

Título: Perfil dos Usuários de Transporte Coletivo da Região Metropolitana de Maringá.

Ano: 2006

Nome do autor: Eduardo Gallina Missiaglia

Instituição: UEM

Área de conhecimento: Estatística

Título: O transporte coletivo em Maringá: um estudo sobre os usuários da empresa TCCC- Transporte Coletivo Cidade Canção

Ano: 2006

Nome do autor: Adriano José Scalabrini, Ana Lúcia Rodrigues

Instituição: UEM

Área de conhecimento: Sociologia

Título: UM ESTUDO SOBRE ESTRUTURAÇÃO URBANA, EMPREGO/DESEMPREGO E POBREZA NOS MUNICÍPIOS CONURBADOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE MARINGÁ

Ano: 2008

Nome do autor: Luiz Modesto Costa

Instituição: UEM

Área de conhecimento: Sociologia

e) RM Rio de Janeiro

Título: Repensando a noção de “periferia” na metrópole do Rio de Janeiro:

Ano: 2008

Nome dos autores: Danielle da Silva

Nome do Evento: Jornada de IC UFRJ

Cidade: Rio de Janeiro

Título: O Conjunto Habitacional Nova Sepetiba no Rio de Janeiro: um espaço desigualmente integrado à cidade?

Ano: 2006

Nome do autor: Marina de Oliveira Mendonça

Instituição: IGEO/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: As condições socio-espaciais e a análise socio-econômica dos moradores da Favela Parque Unidos de Acari.

Ano: 2007

Nome do autor: Maria Luiza Machado Ribeiro

Instituição: CCS/PUC RJ

Área de conhecimento: PUR

Título: Construção dos territórios em uma favela: o caso do Parque Unidos de Acari.

Ano: 2008

Nome do autor: Thiago Della Vedova

Instituição: IGEO/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: Proposta de recuperação físico-ambiental do Conjunto Nova Sepetiba

Ano: 2007

Nome do autor: Flavia Royse

Instituição: FAU/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: Nova Pobreza Urbana e Reprodução das Desigualdades Sociais: um estudo sobre os efeitos do local de moradia sobre as possibilidades de ascensão social.

Ano: 2007

Nome do autor: Andre Salata

Instituição: IFCH/UERJ

Área de conhecimento: Ciências Sociais

Produção de Dissertações de Mestrado por Núcleo da Rede

a) RM Belo Horizonte

Título: Migrações na Região do Vale do Aço, MG. Ano: 2009. Nome do autor: Fabiano Couto Milagres. Instituição: PUC Minas. Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.

Título: A migração de retorno para o estado da Bahia: uma análise demográfico-espacial. Ano: 2007. Nome do autor: Cláudia Cristina Rios Caxias da Costa. Instituição: PUC Minas. Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.

Título: Microrregião de Divinópolis: migrações nos períodos de 1986-1991 e 1995-2000. Ano: 2007. Nome do autor: Vani Aparecida de Oliveira. Instituição: PUC Minas. Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional.

Título: Projeção da população de Minas Gerais a partir dos dados de energia elétrica

Ano: 2009

Nome do autor: José Erimá Fernandes

Instituição: PUC Minas

Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

Título: Mercado Central de Belo Horizonte: a convivência entre iguais e diferentes

Ano: 2006

Nome do autor: José Eduardo Costa

Instituição: Puc Minas

Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Trajetórias de vida de mulheres presidiárias envolvidas com o tráfico de drogas em Belo Horizonte

Ano: 2008

Nome do autor: Sheila Venâncio de Jesus Pereira

Instituição: PUC Minas

Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Grupos Culturais da Serra

Ano: 2006

Nome do autor: Miguel Renato de Almeida
Instituição: PUC Minas
Área de conhecimento: Antropologia Urbana

Título: O candomblé na metrópole
Ano: 2006
Nome do autor: Mariana Ramos de Moraes
Instituição: PUC Minas
Área de conhecimento: Antropologia Urbana

Título: Patrimônio cultural e revitalização urbana. Usos, apropriações e representações da rua dos Caetés, Belo Horizonte
Ano: 2008
Nome do autor: Corina Maria Rodrigues Moreira
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: A trajetória das salas de cinema de Belo Horizonte: sociabilidade no espaço Unibanco Belas Artes e nas salas de cinema do shopping Cidade
Ano: 2005
Nome do autor: Maurílio José Amaral Assis
Instituição: Puc Minas
Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Representações e práticas cotidianas de um bairro belorizontino: o caso da Pompéia
Ano: 2008
Nome do autor: Andréia Ribeiro
Instituição: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Patrimônio modernista em Belo Horizonte: o caso da Cidade Jardim.
Ano: 2009
Nome do autor: Karime Gonçalves Cajazeiro
Instituição: PUC Minas
Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Sociabilidade de fronteira: Um estudo no Bairro Sion e da Favela Acaba Mundo
Ano: 2009
Nome do autor: Heloísa Helena de Souza
Instituição: PUC Minas
Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: Juventude e segregação em BH: Um Estudo de trajetórias e representações sociais
Ano: 2009
Nome do autor: Claudinéia Coura
Instituição: PUC Minas
Área de conhecimento: Sociologia Urbana

Título: O quadro da educação em Minas Gerais, segundo o status migratório e as taxas de aprovação escolar período 1991 a 2000

Ano: 2007

Nome do autor: Jarvis Campos

Instituição: PUC Minas

Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

Título: Uma análise exploratória das taxas de aprovação escolar em Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte : períodos de 1982, 1986, 1992, 1996 e 2002

Ano: 2006

Nome do autor: Mariângela Gonçalves da Fonseca Batista

Instituição: PUC Minas

Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

b) RM Curitiba

Título: Riscos ambientais relacionados à indústria automobilística no Aglomerado Metropolitano de Curitiba

Ano: 2008

Nome do autor: Helena Lisboa

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: A internacionalização da economia urbana: uma análise do setor hoteleiro de Curitiba (PR)

Ano: 2007

Nome do autor: Diani Eiri Camilo Mossato

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: O capital transnacional na indústria da madeira: crescimento econômico e produção do espaço urbano

Ano: 2007

Nome do autor: Soeli Regina L. Uba

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: Indústria e produção do espaço urbano em Araucária

Ano: 2006

Nome do autor: Madianita Nunes da Silva

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Geografia

Título: O processo de planejamento urbano e suas temporalidades. Uma análise da influência da legislação urbanística na produção do espaço urbano em Belo Horizonte

Ano: 2005

Nome do autor: Pedro Carlos de Alcântara Fabiano
Instituição: Universidade Federal do Paraná
Área de conhecimento: Geografia

Título: A ocupação urbana em Almirante Tamandaré: um desafio a sustentabilidade
Ano: 2005

Nome do autor: Maria Luiza Malucelli Araújo
Instituição: Universidade Federal do Paraná
Área de conhecimento: Geografia

c) RM Goiânia

Título: Insegurança: As práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia
Ano: 2008

Nome do autor: Najla Franco Frattari
Instituição: Universidade Federal de Goiás
Área de conhecimento: Sociologia

Título: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA NA JUVENTUDE
GOIANIENSE

Ano: 2007

Nome do autor: Moema Gomes
Instituição: Universidade Federal de Goiás
Área de conhecimento: Sociologia

d) RM Natal

Título: A relação urbano rural no contexto da metrópole: um enfoque nos assentamentos rurais da RMNatal

Ano: 2008

Nome do autor: Rosa Maria Rodrigues Lopes
Instituição: UFRN
Área de conhecimento: Geografia

Título: Setor informal da economia ea dinâmica dos territórios nas praias da cidade do Natal/RN

Ano: 2008

Nome do autor: Gilberto Oliveira Fernandes
Instituição: UFRN
Área de conhecimento: Geografia

e) RM Rio de Janeiro

Título: Uma reflexão sobre os problemas socioambientais na Bacia Hidrográfica da Baía de Sepetiba segundo princípios de sustentabilidade.

Ano: 2005

Nome do autor: Fabiana Dias da Silva

Instituição: PROURB/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: Escola na Favela ou Escola de Favela?

Ano: 2007

Nome do autor: Mariana Santos

Instituição: IPPUR/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: A vizinhança importa – Desigualdades e Educação na Favela do Cantagalo.

Ano: em andamento

Nome do autor: Ana Carolina Christóvão

Instituição: IPPUR/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: Segregação Residencial, Capital Social e Desigualdades Educacionais no Rio de Janeiro.

Ano: em andamento

Nome do autor: Carolina Zuccarelli

Instituição: IPPUR/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: Território, Desigualdades e Identidades Sociais: proximidade física e distância social, um estudo de caso de uma escola pública no interior de um condomínio na Barra da Tijuca

Ano: em andamento

Nome do autor: Gabriel Cid

Instituição: IPPUR/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Título: Estudar X Trabalhar: a escolha entre mercado de trabalho e escola por parte dos jovens no município do Rio de Janeiro

Ano: em andamento

Nome do autor: Andre Salata

Instituição: IPPUR/UFRJ

Área de conhecimento: PUR

Produção de teses de doutorado por Núcleos da Rede

a) RM Belo Horizonte

Título: Modelos hierárquicos aplicados à educação no Brasil (provisório)

Ano: 2009

Nome do autor: Tânia Fernandes Bogutchi
Instituição: PUC Minas
Área de conhecimento: Planejamento Urbano e Regional

b) RM Curitiba

Título: Arranjos urbano-regionais no Brasil

Ano: 2009

Nome do autor: Rosa Moura

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Produção e transformação do espaço urbano e regional

Título: Conflitos ambientais urbanos: o lugar enquanto categoria de análise no processo de intervenção pública

Ano: 2007

Nome do autor: Rosirene Martins Lima

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Área de conhecimento: Interdisciplinar - Meio Ambiente e Desenvolvimento

c) RM Recife

Título: Planejamento e Produção do Espaço em áreas de Transição Rural-urbana: O caso da RM Recife

Ano: 2008

Nome do autor: Livia Miranda

Instituição: Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da RM Recife

Área de conhecimento: Planejamento Urbano, Metropolização, Produção do Espaço

d) RM Rio de Janeiro

Título: Segregação residencial e desigualdades de oportunidades (trabalho e educação).

Ano: em andamento.

Nome do autor: Marcelo Ribeiro.

Instituição: IPPUR/UFRJ.

Área de conhecimento: PUR.

PRODUÇÃO ACADÊMICA COMPLETA DA REDE

Consultar o site www.observatoriodasmetroles.net.br

BIBLIOGRAFIA

ALVES, F., FRANCO, C. E RIBEIRO, L.C.Q. Segregação Urbana e Atraso Escolar: a divisão favela X bairro e defasagem idade-série no Rio de Janeiro, In *A cidade contra a escola. Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes metrópoles da América Latina*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2008.

BRANDÃO, C. A. *Território e desenvolvimento. As múltiplas escalas entre o global e o local*. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

BOSCHI, R. R. *A arte da associação. Política de base e democracia no Brasil*, Rio de Janeiro: IUPERJ/Vertice, 1987.

CANO, I., SANTOS, N.. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: Letras, 2001.

CANO, I.; FERREIRA, C.E. (2003). Homicídios e evolução demográfica no Brasil: o impacto da evolução demográfica na futura taxa de homicídios e a incidência dos homicídios na pirâmide populacional. In: HALNSENBALG, C. & VALLE SILVA, N. (orgs.). *Origens e destinos. Desigualdades sociais ao longo da vida*, Rio de Janeiro, Topbooks,

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: Editora DIFEL, 1981.

CARVALHO, M. A. “Violência no Rio de Janeiro: uma reflexão política” In: MESSEDER, C.A. , RONDINELLI, E. at ali *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la Question Sociale. Une chronique du salariat*. Paris: Fayrad. 1995.

----- *L'insécurité sociale. Qu'est-ce qu'être protégé*, Paris, La République des idées/SEUIL, 2003.

DINIZ, C.C. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, re-espacialização e novas funções, Revista Eure , Revista EURE (Vol. XXXIII, N° 98), pp. 27-43, Santiago de Chile, maio de 2007

DREIER, P. , MOLLENKOPF & SWANSTRON *Place matters. Metropolitcs for Twenty-first Century*. Kansas: University Press of Kansas.2004

FARIA, V. “50 anos de urbanização no Brasil”, Novos Estudos CEPBRAP, n. 29. 1991.

FIORI, J. L. *Instabilidade e crise do Estado na industrialização brasileira*. Tese de professor titular. Rio de Janeiro: IE-UFRJ, 1988.

FITOUSSSI, J.P., Laurent,E. & Maurice, J. (Org.s) *Ségrégation urbaine et intégration sociale*. Paris. La Documentation Française, 2004.

FREUD, S. O mal-estar na civilização. Rio de Janeiro. Imago. 1997

RUIZ, R. & PEREIRA, F.B. *Estrutura e dinâmica espaço-temporal das metrópoles brasileira*: Rio de Janeiro, Observatório das Metrópoles, Relatório de Pesquisa, 2007.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 35.

JACOBS, J. *La economía de las ciudades*. Barcelona: Barcelona Ediciones Península, 1969.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARKUSEN, A. “Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator” Diniz, C. C. & Lemos, M. B. (eds.) *Economia e território*. Belo Horizonte: UFMG. 005

MARQUES, Eduardo. *Redes Sociais, Instituições e Atores Políticos no Governo da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume Editora, 2003

MASSEY, D.S. e Denton, N. A. *The dimension of residential segregation*, Social Forces, Vol. 67, No. 2, (Dec, 1988), pp. 281-315.

MELLO, M. C. e NOVAIS, F. A. “Capitalismo tardio e sociabilidade da modernidade” In: NOVAIS, F. A. e SCHWARCZ, L. M. *História da vida privada no Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIR, L. *Guerra Civil, Estado e Trauma*, São Paulo: Geração Editorial, 2004.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2005a. 118 p. Disponível em:

<http://www.observatoriodasmetrololes.ufri.br/produtos/produto_mc_1.pdf>

_____. Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Relatório da atividade 2: Tipologia social e identificação das áreas vulneráveis. Convênio Ministério das Cidades/Observatório das Metrópoles/FASE/IPARDES. Brasília, 2005b. 60p. Disponível em: <http://www.observatoriodasmetrololes.ufri.br/produtos/produto_mc_2.pdf>

PASTORE, J. , SILVA, N. V. *Desigualdade e mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Markron Books, 2000.

PERALVA, A. *Violência e Democracia: paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PUTNAM, R. *Making Democracy Work*. New Jersey: Princeton University, 1993.

RIBEIRO, L. C. Q. *Segregação residencial e segmentação social: o "efeito vizinhança" na reprodução da pobreza nas metrópoles brasileiras*. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, (apresentado no seminário

Internacional sobre Trabajo y Producción de la Pobreza en América Latina y el Caribe) 2004a.

_____. (Org.). *Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito*. São Paulo : Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro : FASE, 2004b.

RIBEIRO, L. C. Q.; LAGO, L. “O espaço social das grandes metrópoles brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, nov/ 2000.

SANTOS Jr, O. A. dos; AZEVEDO, S. de; RIBEIRO, L.C.Q. *Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; FASE, 2004.

SCOOT, J.A. *et al.* “Global city-regions” Scoot et al. J.A. (ed.). *Global city-regions: trends, theory, policy*. Oxford: Oxford University. 2001.

SOARES, L. E. *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iser/Relume, 1996.

_____. “A duplicidade da cultura brasileira”. In: SOUZA, J. (Org.). *O malandro e o protestante. A tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1997.

_____. *Meu casaco de general*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOLOSA, H. C.. *The Rio/São Paulo extended metropolitan region: a quest for global integration*. Paper presented at the Conference on “The impact of Globalization on Urban Development”, Bellagio, Italy, August. 2002

TOURAINÉ, A. *Pour la sociologie*. Paris: Seuil, 1974.

VELTZ, P. *Mondialization. Villes et territoires. L'économie d'archipel*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

_____. *Firmes et territoires. Je t'aime moi non plus*. Seminario Entrepreneurs, Villes et Territoires. Paris, École de Paris du Management, 2002. Disponível em: <http://www.ecole.org/seminaires/FS4/EV_03/EV_090102.pdf>.

VELHO, G. Violência, reciprocidade e desigualdade, In: VELHO, G.; ALVITO, M (Orgs) **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ/ FGV, 1996.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB, 1999.

WILSON, W. J. *The truly disadvantaged. The inner city, the underclass and public policy*. Chicago: University Chicago, 1990.